



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

ANTÔNIA ALINE COSTA DE OLIVEIRA

**O MST OCUPANDO AS ONDAS DO AR: O RÁDIO NA ORGANIZAÇÃO DA LUTA
CAMPESSINA NO CEARÁ**

FORTALEZA

2025

ANTÔNIA ALINE COSTA DE OLIVEIRA

O MST OCUPANDO AS ONDAS DO AR: O RÁDIO NA ORGANIZAÇÃO DA LUTA
CAMPESSINA NO CEARÁ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Meios e Processos Comunicacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Vidal Nunes e
(*in memoriam*) Prof.^o Dr.^o Ismar Capistrano da
Costa Filho

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- O45m Oliveira, Antônia Aline Costa de.
 O MST ocupando as ondas do ar: : o rádio na organização da luta campesina no Ceará / Antônia Aline Costa de Oliveira. – 2025.
 104 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2025.
 Orientação: Profa. Dra. Márcia Vidal Nunes .
1. Mediações. 2. Cotidianidade familiar. 3. Comunicação popular. 4. Rádios comunitárias. 5. Formação política. I. Título.

CDD 302.23

ANTÔNIA ALINE COSTA DE OLIVEIRA

O MST OCUPANDO AS ONDAS DO AR: O RÁDIO NA ORGANIZAÇÃO DA LUTA
CAMPESSINA NO CEARÁ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Meios e Processos Comunicacionais.

Aprovada em: 28/05/2025

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª. Márcia Vidal Nunes (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Profª Drª Juliana Fernandes Teixeira (Examinadora interna)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. José Romário Rodrigues Bastos (Examinador externo)
Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC)

Homenagem à bandeira dos Sem Terra

Com as mãos de plantar e colher, com as mesmas mãos de romper as cercas do mundo, te tecemos. Desafiando os ventos sobre nossas cabeças, te levantamos. Bandeira da terra, Bandeira da luta, Bandeira da vida, Bandeira da Liberdade! Sinal de terra Conquistada! Sinal de luta e de esperança! Sinal de vida multiplicada! Sinal de liberdade! Aqui juramos: Não renascerá sob tua sombra um mundo de opressores. E quando a terra retornar aos filhos da terra, repousarás sobre os ombros dos meninos e meninas livres que nos sucederão.

Sergio Ferro

AGRADECIMENTOS

O caminho até aqui foi construído por muitas mãos. Como uma semente que precisa de solo fértil, água e luz para florescer, minha trajetória só foi possível graças àqueles que lutaram e lutam cotidianamente pela construção de um mundo melhor.

Ao Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), minha escola de vida e luta, gratidão pelos mais de 20 anos de caminhada. O MST me formou politicamente, abriu portas para que eu me tornasse jornalista e, agora, mestra. Em cada ocupação, em cada debate, em cada linha escrita, carrego nossos sonhos coletivos.

À minha mãe, Raimunda, que aos meus 17 anos teve a sabedoria de deixar que eu traçasse meus próprios caminhos. Sua confiança cuidadosa sempre foi meu porto seguro. Obrigada por entender que minha luta também era sua luta.

Em memória do professor Ismar Capistrano da Costa Filho, meu orientador, que partiu deixando um legado de compromisso e responsabilidade com a formação permanente do nosso povo. Desde a graduação até os últimos momentos do mestrado, suas mãos jamais soltaram as minhas. Sua dedicação ao MST e à comunicação popular superou a academia e mudou vidas. Sua ausência física é preenchida pelos ensinamentos que permanecem.

À Professora Márcia Vidal, minha orientadora, que, como uma luz em noite escura nos acampamentos, iluminou meu caminho quando as circunstâncias pareciam adversas. Sua acolhida generosa como orientadora nos dois meses finais desta jornada foi decisiva. Mesmo diante do tempo e das inúmeras responsabilidades que carrego na militância, seus olhos enxergaram possibilidades onde eu via apenas obstáculos. Sua generosidade, experiência acadêmica foram fundamentais para que eu não desistisse. Obrigada por acreditar que era possível, por me oferecer simultaneamente rigor científico e sensibilidade humana, por compreender que meu compromisso com a luta não diminuía meu compromisso acadêmico, mas o fortalecia. Sua confiança me deu asas quando o vento parecia contrário.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM – UFC), por abrir suas portas para que vivências do campo pudessem se transformar em conhecimento científico. Essa instituição, na qual me orgulho de ter cursado Jornalismo da Terra, mostrou que a universidade pública pode e deve dialogar com os saberes populares, construindo pontes entre mundos que só parecem distantes.

Às famílias assentadas no P.A Salão/Morada Nova e ao coletivo da Rádio Resistência Salão, a quem devo o sucesso da pesquisa. Cada entrevista concedida, cada café

compartilhado e cada memória narrada foram importantes na construção deste trabalho. Suas vozes, que ecoam nas ondas do ar, agora ressoam também nas páginas desta dissertação.

À Brigada Florestan Fernandes, especialmente Flaviana e Renato, jovens dirigentes do MST na região de Mombaça, Senador Pompeu e Pedra Branca. Gratidão pela acolhida e pela contribuição durante a pesquisa de campo.

Ao Setor de Comunicação do MST, companheiros e companheiras que assumiram tarefas enquanto me dedicava à escrita acadêmica. Obrigada por compreenderem que o conhecimento que construí retornará multiplicado para nossas trincheiras de luta na comunicação Sem Terra.

Aos membros da banca examinadora, Prof^a Juliana Teixeira e Prof. Romário Bastos, pela disposição em participar deste momento, mesmo diante de um prazo tão apertado.

À professora e amiga Arilene Chaves, que sempre contribuiu com os estudantes do MST, agradeço especialmente pelo apoio desde a preparação para o vestibular do curso de Jornalismo da Terra até o acompanhamento dedicado na elaboração deste projeto de mestrado. Sou grata por sua generosidade, pelo compartilhamento de conhecimento e pela parceria de sempre.

A academia não me afastou da terra; ao contrário, fortaleceu minhas raízes. Cada página escrita, cada conceito aprendido e cada reflexão desenvolvida foram semeados no solo fértil da luta pela Reforma Agrária Popular, em cada bandeira hasteada nos mais diversos latifúndios, os da terra, da educação, do ar e de tantos outros que nossa ousadia e coragem nos permitem romper.

Como disse Cora Coralina: "O saber a gente aprende com os mestres e os livros. A sabedoria se aprende é com a vida e com os humildes." Obrigada a todos que, com humildade e grandeza, compartilharam saberes e teceram comigo esta jornada que não termina aqui. Voos mais altos virão, porque a vida segue em seu ciclo de semear e colher, e os frutos deste percurso alimentarão novas jornadas.

RESUMO

Esta dissertação investiga a Rádio Comunitária Resistência Salão FM 87,9, localizada no Assentamento Salão Morada Nova, no município de Mombaça, Ceará. O estudo discute como essa emissora, coordenada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), atua como ferramenta de formação política e organização social. Com base nas teorias de Jesús Martín-Barbero, Cecília Peruzzo, Márcia Vidal e Ismar Capistrano, abordam-se os conceitos de mediações, cotidianidade familiar e comunicação popular nos processos comunicativos e organizativos. Para isso, são utilizadas metodologias participativas, tais como cartografia social, pesquisa-intervenção e escrevivências de Conceição Evaristo, voltadas para a construção coletiva do conhecimento, alinhada aos princípios políticos e pedagógicos do MST. A pesquisa também adota o pensamento de Paulo Freire sobre formação política e processos de transformação social, evidenciando o papel da rádio como espaço de resistência camponesa e de criação coletiva de narrativas que expressam os desafios, interesses e aspirações do território de Reforma Agrária. O estudo foi realizado entre outubro de 2024 e março de 2025, sendo que as entrevistas de campo ocorreram de 17 a 22 de fevereiro de 2025. A pesquisa concluiu que a Rádio Resistência Salão FM 87,9 fortalece a luta, a organização e a mobilização dos trabalhadores Sem Terra no Assentamento Salão, Ceará, funcionando como espaço coletivo de comunicação e resistência popular.

Palavras-chave: mediações; cotidianidade familiar; comunicação popular; rádios comunitárias; formação política.

ABSTRACT

This dissertation investigates the community radio station Resistência Salão FM 87.9, located in the Salão Morada Nova settlement, in the municipality of Mombaça, Ceará, Brazil. The study discusses how this broadcaster, coordinated by the Landless Rural Workers' Movement (MST), serves as a tool for political education and social organization. Based on the theories of Jesús Martín-Barbero, Cecília Peruzzo, Márcia Vidal, and Ismar Capistrano, the study addresses the concepts of mediations, family everyday life, and popular communication in communicative and organizational processes. To this end, participatory methodologies are employed, such as social cartography, research-intervention, and the “escrevivências” approach of Conceição Evaristo, all aimed at the collective construction of knowledge aligned with the political and pedagogical principles of the MST. The research also adopts Paulo Freire's ideas about political formation and processes of social transformation, highlighting the role of radio as a space for peasant resistance and the collective creation of narratives that express the challenges, interests, and aspirations within the agrarian reform territory. The study was conducted between October 2024 and March 2025, with field interviews taking place from February 17 to 22, 2025. The research concludes that Resistência Salão FM 87.9 strengthens the struggle, organization, and mobilization of Landless Workers in the Salão Settlement, Ceará, functioning as a collective space for communication and popular resistance.

Keywords: mediations; family everyday life; popular communication; community radios; political formation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	1ª ocupação do MST (1989).....	18
Figura 2 –	Rádio 25 de Maio (2021).....	19
Figura 3 –	Rádio Resistência Salão FM 87,9 (2025).....	24
Figura 4 –	Casa sede do Assentamento Salão (2025).....	25
Figura 5 –	Boletins Sem Terra (1983 e 1981).....	45
Figura 6 –	Reunião no Assentamento Salão, pauta a implantação da Rádio (07/06/2018))......	53
Figura 7 –	Mapa onde as rádios do MST Ceará estão localizadas (2025).....	54
Figura 8 –	Matéria <i>Jornal Brasil de Fato Ceará</i> (reinauguração da Rádio – junho 2024).....	57
Figura 9 –	Card de divulgação do Programa Democracia no Ar (2025).....	66
Figura 10 –	Card de divulgação do Programa Bem Viver (2025).....	66
Figura 11 –	Card divulgação do Programa Notícia Popular (2025).....	67
Figura 12 –	Card divulgação do Programa Show da Manhã (2025).....	67
Figura 13 –	Card divulgação do Programa Show da Manhã (2025).....	68
Figura 14 –	App RadiosNet (2025).....	77
Figura 15 –	<i>Whatsapp</i> e Instagram da Rádio.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FM	Frequência Modulada
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERRA	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
MEB	Movimento de Educação de Base
MST	Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RBM	Rádio Brasil em Movimento
SP	São Paulo
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	A HISTÓRIA DO MST CEARÁ: DA OCUPAÇÃO DO LATIFÚNDIO DA TERRA À OCUPAÇÃO DO LATIFÚNDIO DO AR.....	18
2.1	A história do MST no Ceará e os desafios da Comunicação Sem Terra.....	18
2.2	O MST ocupando as ondas do ar.....	23
2.3	Fundamentos teóricos: o papel das rádios comunitárias no MST.....	27
2.4	Pesquisa-intervenção e cartografia social: caminhos para a comunicação popular no MST.....	30
2.5	No campo da pesquisa e das vivências: trilhando caminhos no assentamento.....	32
2.5.1	<i>Diário de campo: dos caminhos percorridos.....</i>	33
3	RÁDIOS COMUNITÁRIAS POPULARES E A LUTA CAMPESSINA.....	39
3.1	Mediações, cotidianidade familiar: perspectivas teóricas da comunicação popular.....	39
3.2	A trajetória das rádios comunitárias nos processos de organização política campestre.....	41
3.3	A experiência histórica do MST com a comunicação e a construção de rádios comunitárias nos assentamentos.....	44
3.3.1	<i>O Projeto Contexto e a expansão das Rádios Comunitárias Camponesas no Ceará.....</i>	51
4	SINTONIZANDO A LUTA: A RÁDIO RESISTÊNCIA SALÃO FM 87,9 E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS CAMPESSINOS SEM TERRA.....	56
4.1	O processo de construção da Rádio Resistência Salão Fm 87,9.....	56
4.2	Comunicadores Sem Terra: perfil, formação e práticas comunicacionais...	59
4.3	Programação diária da Rádio.....	64
4.4	A rádio Resistência Salão FM e a relação com as famílias assentadas: formação e processos organizativos.....	70
4.4.1	<i>A rádio Resistência Salão FM e o Setor de Comunicação do MST.....</i>	75
4.5	Da ocupação das ondas à ocupação digital: o papel da internet na Rádio Resistência Salão FM.....	76
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80

REFERÊNCIAS.....	84
APÊNDICE A – FORMULÁRIOS APLICADOS COM OS COMUNICADORES, OUVINTES, LIDERANÇAS LOCAIS E MILITÂNCIA DO SETOR DE COMUNICAÇÃO DO MST (2025)	87
ANEXO A – ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO.....	90
ANEXO B – REGIMENTO INTERNO DA RÁDIO RESISTÊNCIA SALÃO FM 87, 9.....	100
ANEXO C – DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGENS PARA FINS ACADÊMICOS.....	104

1 INTRODUÇÃO

A Rádio Resistência Salão FM 87,9 é uma emissora comunitária localizada no Assentamento Salão, em Mombaça, no sertão do Ceará. Desde sua criação, em 2018, atua como importante instrumento de comunicação popular e de fortalecimento da organização dos trabalhadores Sem Terra, vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender o papel da Rádio Resistência Salão FM 87,9 na mobilização, formação política e integração das famílias assentadas, analisando como a comunicação comunitária contribui para a luta, a participação ativa e a organização dos territórios camponeses. Objetivos específicos incluem: identificar as estratégias de comunicação e formação política desenvolvidas pela rádio; analisar a participação das famílias nas práticas comunicativas e organizativas da emissora; e compreender os desafios e potencialidades da rádio comunitária como instrumento de mobilização e resistência. Para isso, utilizei a pesquisa-intervenção, com base nos princípios da cartografia social, bem como a escrevivências, inspirada em Conceição Evaristo.

Essa abordagem valoriza memórias, relatos e experiências dos sujeitos pesquisados, reconhecendo que a escrevivências extrapola a literatura e permite a construção coletiva e plural do conhecimento a partir das vivências. Isso possibilitou realizar rodas de conversa, entrevistas e participação em atividades comunitárias, além de facilitar processos formativos, estando inserida não só como observadora, mas também como parte atuante no contexto e no processo organizativo da rádio.

O referencial teórico deste trabalho fundamenta-se em estudos sobre comunicação popular, rádios comunitárias e mediações sociais, especialmente com as contribuições de Jesús Martín-Barbero (1987, 1997, 2001, 2004, 2006), Cecília Peruzzo (2006, 2009), Márcia Vidal Nunes (2007, 2020), Ismar Capistrano (2016, 2020) e Solange Engelmann (2020, 2021).

Além disso, dialoga com referenciais construídos pelo próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) acerca da comunicação popular e do papel estratégico das rádios comunitárias nos processos de organização e formação política no campo. Também é incorporado Paulo Freire (2006) na compreensão da comunicação dialógica, que fundamenta práticas emancipatórias e participativas.

Esses fundamentos teóricos permitem analisar como a rádio comunitária atua como ferramenta de resistência, diálogo e transformação social, fortalecendo vínculos comunitários, autonomia e espaços coletivos de produção de conhecimento entre os sujeitos do campo.

Nesse contexto, compreender o papel da Rádio Resistência Salão FM 87,9 implica também considerar o processo histórico e político vivido pelas famílias assentadas, especialmente enquanto sujeitos vinculados à trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Isso porque a organização e atuação dessas famílias em torno da rádio comunitária está relacionada com a luta histórica do MST na luta por Reforma Agrária, justiça social e democratização do acesso à terra no Brasil. Assim, é fundamental apresentar brevemente a origem e as principais formas de luta do movimento, situando a importância desse coletivo não apenas como base social, mas também como protagonista na consolidação dos territórios e na construção de meios próprios de comunicação popular.

O Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) surgiu oficialmente no ano de 1984 com a realização do 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra na cidade de Cascavel, no Paraná, nos dias 20, 21 e 22 de janeiro, com o lema “Terra para quem nela trabalha e vive”, ou seja, o maior movimento camponês do Brasil surgiu a partir da necessidade do acesso à terra para viver e produzir.

De acordo com Morissawa (2001), a partir do surgimento oficial, o movimento começa um processo de nacionalização, enfrentando a violência dos latifundiários, da polícia, contra a inoperância do principal órgão responsável por realizar a Reforma Agrária, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Ao mesmo tempo em que as lutas se expandem, o movimento também inicia um trabalho de organização das instâncias políticas e organizativas da luta camponesa, com o trabalho coletivo consolidando as cooperativas agrícolas, entre outros processos de organização.

Desde o primeiro encontro nacional, o MST deu início à realização dos congressos nacionais trazendo temas importantes e relevantes para cada período histórico das lutas pela democratização do acesso à terra, visando à realização da Reforma Agrária e a garantia de justiça social no campo brasileiro. As ocupações de terra, ocupações de prédios públicos, marchas, manifestações, passeatas e vigílias são as principais formas de lutas do MST, buscando, desse modo, ampliar o diálogo com a sociedade civil e pressionar os órgãos responsáveis por realizar as políticas públicas no campo.

Para o MST:

O Brasil é um dos países com maior concentração de terras no mundo. Em nosso território, estão os maiores latifúndios. A concentração e a improdutividade possuem raízes históricas, que remontam ao início da ocupação portuguesa nesse território no século 16. Combinada com a monocultura para a exportação e a escravidão, a forma de ocupação de nossas terras pelos portugueses estabeleceu as raízes da desigualdade social que atinge o Brasil até os dias de hoje. (ENFF, 2020, s. p.)

Segundo dados disponíveis no site do MST, hoje o Movimento está presente em 24 estados, nas cinco regiões do País, com diversas conquistas que têm proporcionado a melhoria da vida no campo brasileiro. São cerca de 350 mil famílias assentadas, mais de mil escolas públicas do ensino infantil ao médio, 96 agroindústrias, mais de 100 cooperativas, 15 rádios comunitárias e inúmeros cursos formais em diversas áreas do conhecimento dentro e fora do País.

Essas conquistas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) são resultado de décadas de luta contra a histórica concentração fundiária brasileira, que remonta ao período colonial. Partindo de uma realidade de profundas desigualdades e exclusão no campo, o movimento transformou a comunicação em uma ferramenta estratégica de resistência e visibilidade, usando instrumentos como o Boletim Sem Terra para dialogar com a sociedade e denunciar as injustiças sociais, desde os tempos da ditadura militar até os dias atuais. Como destaca Peruzzo (1998), a comunicação é essencial para dar visibilidade às lutas sociais, e essas práticas foram adotadas pelo MST desde sua origem.

Antes mesmo do movimento ter sido consolidado em nível nacional, já existiam iniciativas de comunicação, como o Boletim Sem Terra, que teve sua primeira edição em 15 de maio de 1981, produzido durante a ocupação na Encruzilhada Natalina em Santa Catarina, que se propunha a ser um espaço de diálogo com a sociedade para demonstrar os objetivos e o porquê das ocupações de terra naquele período e de buscar apoio à resistência das famílias acampadas que sofriam constantes ameaças e repressão.

A partir da experiência com o jornal impresso, outras possibilidades surgiram, e a construção de diálogo com as rádios se tornou uma estratégia seguida pelo MST. Segundo Engelman (2020), a relação do MST com o rádio como ferramenta de comunicação tem início na década de 1980, quando o movimento começa a organizar cursos e oficinas para capacitação de militantes e a instalar rádios comunitárias em vários assentamentos e acampamentos pelo País.

A primeira experiência de produção de programas de rádio ocorreu entre 1987 e 1988, na Rádio Aparecida, em São Paulo, com abrangência nacional. O conteúdo visava a fortalecer e a expandir a luta dos camponeses pela terra e dar visibilidade ao movimento, como destaca Azevedo:

O programa, então transmitido pela Rádio Aparecida AM em São Paulo, surgiu da ideia de que o MST, que já contava com o Jornal Sem Terra, pudesse alcançar os camponeses e camponesas, assim como o público externo ao Movimento, de maneira

mais direta e popular. A rádio contribuiu ainda como instrumento para potencializar a organização do Movimento nos estados e em nível nacional. (Azevedo, 2018, s/p).

Outra experiência foi a Rádio Brasil em Movimento, que nasceu em 2005 para facilitar a comunicação durante a marcha nacional de Goiânia a Brasília. Sua atuação contribuiu para facilitar o contato entre os marchantes ao longo do percurso, e sua importância nos grandes eventos do movimento é abordada em maior detalhe mais adiante.

Sobre a importância do rádio no MST, Camila Bonassa, uma das militantes históricas da comunicação do movimento, destaca: “É justamente a partir da rádio que se fazem relações políticas com as comunidades e os parceiros, criando vínculo, pertença com a terra, o que faz a cultura do rádio atravessar gerações” (Bonassa, 2018, s/n).

A experiência acumulada com o rádio destacou ao MST o papel estratégico da comunicação como ferramenta de mobilização, formação política e fortalecimento dos laços comunitários. Inspirado pelo alcance das rádios, bem como pelo *Jornal Sem Terra* e pela construção coletiva da informação, o movimento passou a estruturar, de forma mais organizada, o setor de comunicação, reconhecendo que a luta pela terra também passa pela disputa de narrativas e pela criação de espaços de pertencimento para os trabalhadores e trabalhadoras do campo.

O Setor de Comunicação do MST, de maneira organizada, surgiu no ano 2000 com grandes desafios, mas com a certeza da tarefa de zelar pelo Movimento, cuidar das linhas políticas gerais da organização, bem como produzir conteúdo nos mais diversos formatos – o MST sempre teve a comunicação como fundamental para as lutas populares e a emancipação dos trabalhadores/as.

O fundamental é que a comunicação desenvolva um papel mobilizador, organizador, agitador, propagandeador, educativo, formativo, nesta grande luta de classes. Na medida em que a comunicação desenvolva estes aspectos e nós todos contribuirmos, sem dúvida estaremos avançando no caminho da libertação dos trabalhadores da exploração. (MST, 2010 *apud* Guindani, Engelmann, 2011, p.70).

A formação técnica e política dos comunicadores do MST foi um desafio desde os primeiros anos do movimento. A direção definiu que a formação deveria ser prioridade e, por isso, foi idealizada e realizada a 1ª turma de Comunicação no Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), ocorrida entre 2002 e 2004, na cidade de Veranópolis, no Rio Grande do Sul. Essa iniciativa contribuiu significativamente para o aprimoramento dos processos de comunicação interna e externa do MST.

Ainda assim, a necessidade de contar com militantes com formação específica na área da Comunicação, com aperfeiçoamento técnico, permaneceu presente nos movimentos

populares que integram a Via Campesina. Diante dessa demanda, foi proposto e conquistado o curso de Comunicação Social – Jornalismo da Terra, viabilizado pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC), que se concretizou com a Turma Luís Gama, a qual teve início em janeiro de 2010, com 60 estudantes oriundos de 17 estados brasileiros, e foi concluída em dezembro de 2013.

Segundo Felix (2015):

Desde 1998, quando o Pronera foi criado pela Portaria nº 10 de 16 de abril de 1998, devido à atuação dos movimentos sociais e sindicais, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) vem coordenando nacionalmente a execução do programa com o objetivo de reduzir o analfabetismo de jovens e adultos trabalhadores rurais, residentes nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária, assim como promover a elevação do seu nível de escolarização formal, ampliando o acesso ao ensino fundamental, médio, técnico-profissional médio, superior e pós-graduação.

A partir da conclusão da Turma de Jornalismo da Terra, o Setor de Comunicação do MST ampliou o coletivo de comunicadores e comunicadoras, passando a ter representantes dos estados onde há atuação do MST na sua composição do coletivo das instâncias de direção, coordenação e militância orgânica.

O Setor de Comunicação do MST está estruturado em diversas frentes de trabalho, como Audiovisual, Tecnologia da Informação, Assessoria de Imprensa, Rádio, Produção de Conteúdo e Redes. Para garantir o funcionamento integrado dessas áreas, o movimento conta com uma redação em São Paulo, composta por profissionais que orientam a produção do conteúdo de acordo com as diretrizes políticas do MST.

Nesse contexto, o site institucional do movimento (www.mst.org.br) destaca-se como um dos instrumentos mais completos e importantes de diálogo com a sociedade, reunindo uma grande variedade de informações sobre as principais ações, setores, missões internacionais, acervos de música e vídeo, entre muitos outros conteúdos relevantes.

Como ressaltam Guindani e Engelmann (2015, p. 66):

O site está no ar desde 1997 [...]. A partir de 2003, a página ganhou agilidade e passou a ter atualização diária de notícias e fotos. Nesse site, é possível encontrar notícias do cotidiano de luta do movimento e informes de ações e eventos que reúnem outros movimentos sociais. O portal também possibilita o acesso a todo o conteúdo do Jornal e da Revista Sem Terra e o cadastro no “MST Informa”, um boletim informativo. Outros links possibilitam acesso a dados do MST – número de acampamentos, assentamentos e informações econômicas e sociais relativas à questão agrária –, poesias e poemas, sugestão de livros, textos e documentos.

Em resumo, a trajetória da comunicação do MST revela avanços significativos desde seus primeiros boletins impressos até a atual estrutura multimídia do site, produção de

conteúdos radiofônicos, documentários, presença ativa nas redes sociais, como Instagram e X (Twitter), além do fortalecimento dos processos formativos e das diversas estruturas que apresentam a Reforma Agrária Popular como alternativa no enfrentamento às desigualdades. Ao longo de sua história, a comunicação Sem Terra permitiu ao movimento divulgar suas lutas, construir canais de mediação com a sociedade e ampliar seu papel na luta pela Reforma Agrária e pela justiça social no campo brasileiro.

A fim de aprofundar essa análise, esta pesquisa, além desta introdução, está organizada em mais quatro capítulos, incluindo as considerações finais, cada um dedicado a um eixo central do estudo:

O Capítulo 2, intitulado "A história do MST Ceará: da ocupação do latifúndio da terra à ocupação do latifúndio do ar", aborda detalhadamente as origens do movimento, processos organizativos e as ações que marcaram sua trajetória, destacando as motivações que levaram à sua criação e os desafios enfrentados no processo.

No Capítulo 3, "Rádios comunitárias populares e a luta camponesa", desenvolve-se um arcabouço teórico sobre rádios comunitárias, explorando conceitos de mediação, cotidianidade familiar e Comunicação Popular e Rádios Comunitárias. Integram-se as experiências do MST na criação dessas rádios, analisando como se tornam ferramentas de formação política e organização popular nos territórios camponeses.

O Capítulo 4, "Sintonizando a Luta: a Rádio Resistência Salão FM 87,9 e a organização política dos camponeses sem terra", apresenta a essência etnográfica da dissertação. São detalhados o processo de construção da rádio, o perfil dos comunicadores Sem Terra e a análise da programação diária. Exploram-se ainda os processos de formação política, o uso da rádio pelos ouvintes e suas estratégias de organização popular.

2 A HISTÓRIA DO MST CEARÁ: DA OCUPAÇÃO DO LATIFÚNDIO DA TERRA À OCUPAÇÃO DO LATIFÚNDIO DO AR

2.1 A história do MST no Ceará e os desafios da Comunicação Sem Terra

A história do MST no Ceará teve início no dia 25 de maio de 1989, com a sua primeira ocupação na Fazenda Reunidas de São Joaquim, localizada nos municípios de Madalena, Quixeramobim e Boa Viagem. Desde então, o Movimento vem se expandindo por todo o território cearense, e a luta vem mudando de caráter com o passar dos anos, pois apenas a terra não é suficiente para garantir a dignidade do povo no campo.

Assim, o MST buscou, ao longo desses 37 anos, lutar por educação, saúde, renda, infraestrutura, crédito, moradia de qualidade, desapropriação de novas terras para garantir um espaço para as famílias acampadas que precisam da terra para viver e produzir (Silva, 2017).

A primeira ocupação de terra marcou o início de uma trajetória de lutas históricas por Reforma Agrária no estado, conectando-se diretamente aos valores e princípios que o movimento carrega até hoje.

Figura 1 – 1ª ocupação do MST (1989)



Fonte: Arquivo MST.

Nota: Primeira ocupação do MST no Ceará: Fazenda Reunidas de São Joaquim (1989).

Atualmente, no Ceará, são inúmeras as conquistas obtidas pela força e luta dos camponeses e camponesas Sem Terra. Destacam-se 12 escolas de ensino médio no e do campo, 7 rádios comunitárias, 2 rádios poste, 5 agroindústrias, 5 cooperativas regionais, diversos projetos produtivos, mais de 10 mil famílias assentadas, realização de feiras da Reforma Agrária, festivais juninos, a Copa Estadual da Reforma Agrária, as Jornadas Universitárias em

Defesa da Reforma Agrária e uma variedade de cursos formais, como Pedagogia da Terra, Magistério da Terra, Jornalismo da Terra, Serviço Social, Licenciatura em Educação do Campo, Especialização em Saúde, Especialização em História e Geografia, entre outros.

Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ao longo dos 25 anos de existência do programa, até 2024, 11.316 jovens e adultos foram beneficiados no estado do Ceará. Com uma metodologia diferenciada, o Pronera baseia-se na pedagogia da alternância, pela qual os educandos se dedicam aos estudos durante o chamado Tempo Escola e ao desenvolvimento de atividades curriculares nas áreas de assentamento durante o Tempo Comunidade.

O Setor de Comunicação no Ceará avançou significativamente nas últimas décadas, especialmente com a instalação de rádios comunitárias nos assentamentos. A primeira experiência ocorreu em 2007, com a criação da primeira rádio comunitária localizada no Assentamento 25 de Maio, em Madalena, berço da luta pela terra no estado. A Rádio 25 de Maio FM 93,5, fundada em 23 de novembro de 2007, é considerada pelo MST como a "primeira ocupação do latifúndio do ar" em território cearense.

Figura 2 – Rádio 25 de Maio (2021)



Fonte: Arquivo MST/CE

Nota: Rádio 25 de Maio FM 93,5, localizada no Assentamento 25 de Maio, em Madalena.

Desde então, com a força política da luta por Reforma Agrária, o Movimento expandiu na construção de rádios comunitárias populares em diversas regiões do estado, que são as seguintes: a Rádio Lagoa do Mineiro, no Assentamento Lagoa do Mineiro em Itarema, fundada em 6 de dezembro de 2008; a Rádio Camponesa Palmares, no Assentamento Palmares em Crateús, fundada em 1º de abril de 2011; a Rádio Canaã FM, no Assentamento Nova Canaã

em Quixeramobim, fundada em 10 de dezembro de 2018; a Rádio Resistência Salão FM, no Assentamento Salão em Mombaça, fundada em 13 de agosto de 2019; a Rádio Vozes do Campo FM, Assentamento Santana em Monsenhor Tabosa, fundada em 22 de outubro de 2019; e a Rádio Som da Terra FM, no Assentamento Bonfim Conceição em Santana do Acaraú, fundada em 02 de maio de 2020. Além das rádios FM, o MST também tem duas experiências de rádio poste, no Assentamento 10 de Abril no município do Crato e no Assentamento Manoel João Timóteo no município de Jati.

Segundo dados do Setor de Comunicação do MST (MST, 2019, p. 44), as atividades radiofônicas do movimento concentram-se basicamente em três frentes: as rádios comunitárias camponesas, as rádios postes e as rádios web. Cada uma dessas modalidades apresenta características próprias: As rádios comunitárias camponesas funcionam em frequência modulada (FM) e são instaladas em assentamentos de reforma agrária, com o objetivo de atender às demandas comunicacionais das comunidades rurais. Já as rádios postes consistem em sistemas de som interno, com equipamentos de alto-falante instalados em uma área delimitada, sendo, portanto, de menor abrangência e voltadas prioritariamente à comunicação local. Por sua vez, as rádios web são emissoras que operam via internet, por meio da tecnologia de transmissão de áudio em *streaming*, e são utilizadas tanto em coberturas pontuais, como congressos, feiras nacionais, festivais e marchas. Um outro aspecto a ser destacado é que algumas dessas rádios comunitárias camponesas, inclusive, estão disponíveis simultaneamente na internet, como é o caso da Rádio Resistência Salão FM.

Quadro 1 – Rádios implantadas pelo MST no Ceará

Rádio	Assentamento/Município	Frequência	Situação atual	Na Web
Rádio 25 de Maio FM	Assentamento 25 de Maio/Madalena	93,5	Em manutenção	Não
Rádio Lagoa do Mineiro FM	Assent. Lagoa do Mineiro/Itarema	87,9	Em manutenção	Não
Rádio Camponesa Palmares FM	Assent. Palmares/Crateús	107,5	No ar	Sim
Rádio Canaã FM	Assentamento Nova Canaã em Quixeramobim	100,7	No ar	Sim
Rádio Resistência Salão FM	Assent. Salão/Mombaça	87,9	No ar	Sim
Rádio Vozes do Campo FM	Assent. Santa/Monsenhor Tabosa	87,9	No ar	Não
Rádio Som da Terra FM	Assent. Bonfim Conceição/Santana do Acaraú	93,3	No ar	Sim

Fonte: Setor de Comunicação do MST, abril de 2025.

A partir de uma escuta atenta nas reuniões, encontros e em diálogo permanente com as lideranças que coordenam as rádios do MST, observo, enquanto alguém que acompanha esse processo de perto desde 2016 — que, apesar das conquistas significativas na criação das rádios comunitárias em assentamentos da Reforma Agrária no Ceará, o MST enfrenta inúmeros desafios para mantê-las em funcionamento. Entre as principais dificuldades estão os problemas técnicos, como a falta de manutenção adequada dos equipamentos, interrupções no fornecimento de energia e limitações no acesso a tecnologias atualizadas, fatores que impactam diretamente a qualidade das transmissões.

Nesse contexto, Amélie, uma jovem de 29 anos que é da coordenação do setor de comunicação, relata:

Olha, manter uma rádio comunitária vinculada ao MST é um desafio diário. A gente enfrenta dificuldades financeiras sérias, porque o acesso a recursos para custeio e manutenção é muito limitado. Muitas vezes, temos que contar com o apoio das próprias comunidades ou de parcerias pontuais para conseguir desde equipamentos básicos até pagar contas mensais de energia ou internet. No aspecto técnico, sofremos com a falta de equipamentos modernos e de manutenção, o que compromete a qualidade do que queremos comunicar. E tem também a questão da formação: a maioria de nós aprendeu na prática, por meio do dia a dia e de oficinas oferecidas pelo movimento. Mas entendemos que é preciso atualização permanente, tão importante para acompanhar as mudanças na comunicação, nem sempre é possível por falta de recursos e tempo. Mesmo assim, seguimos resistindo e inventando jeitos de fazer comunicação popular, porque sabemos que a rádio é uma ferramenta fundamental para dar voz às nossas lutas e fortalecer as nossas comunidades.

Além disso, os obstáculos financeiros representam uma barreira constante, já que as rádios sobrevivem, em grande parte, por meio de esforços internos e rede de solidariedade, sem financiamento público ou apoio contínuo de grandes instituições.

O trabalho nas rádios é realizado de forma inteiramente voluntária, dependendo do comprometimento dos militantes do movimento e da comunidade local, os quais se revezam para garantir os programas, a gestão e os reparos necessários. Apesar disso, o espírito coletivo e a força política da luta pela Reforma Agrária mantêm as rádios como importantes ferramentas de comunicação popular e resistência no campo.

O rádio faz parte da cultura de quem vive no campo, principalmente por ser um meio flexível, que pode ser levado para qualquer lugar e que possibilita que as pessoas façam outras coisas enquanto ouvem os programas. Ele está presente na maioria das casas brasileiras. É, portanto, uma importante ferramenta no processo de resistência dos territórios da Reforma Agrária frente ao avanço do capital e suas diversas formas de atuação. (MST, 2019, p. 42).

Pesquisar as rádios comunitárias populares implantadas pelo MST no Ceará foi um desafio, visto que há várias experiências em atividade. Por esse motivo, delimiti apenas uma

experiência, desenvolvida na rádio Resistência Salão FM 87,9, localizada no Assentamento Salão Morada Nova, no município de Mombaça.

A escolha se deu, principalmente, por estar localizada em um território de muitas lutas por terra e pelo assentamento ser fruto de uma ocupação do MST, também partiu das indicações do coletivo de comunicação do Movimento, com o intuito de contribuir com pesquisas a partir de experiências consideradas pelo movimento como exitosas.

O objeto de estudo desta pesquisa é compreender a experiência da rádio comunitária Resistência Salão 87,9 coordenada pelo Setor de Comunicação do MST com as famílias do assentamento a partir do contexto da formação política e das ações práticas no cotidiano dos seus territórios e como estas contribuem para o processo de formação da consciência.

Ao aprofundar a reflexão sobre o papel das rádios comunitárias no MST, é importante compreender como a comunicação popular é construída e entendida no seio do movimento. Nesse sentido, a análise de Camila Bonassa (2021) contribui para fundamentar e sistematizar os princípios que orientam essas práticas comunicativas. A autora evidencia que, para além de informar, a comunicação no MST cumpre também funções de formação política e de organização coletiva, concebendo esses aspectos como pilares fundamentais do processo comunicacional.

Ao abordar a comunicação no seio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Camila Bonassa (2021) evidencia, em sua dissertação, que os princípios da comunicação popular, especialmente quando pensados a partir do MST, podem ser sintetizados em três pilares articulados: formar, informar e organizar. Esses pilares não apenas orientam as práticas comunicativas, mas também constituem o alicerce para o processo de emancipação política e social dos trabalhadores/as.

Dessa forma, a formação promovida pela comunicação no MST vai além de mera transmissão de informações técnicas ou notícias sobre o dia a dia dos assentamentos. Trata-se de fomentar processos educativos continuados, capazes de construir sujeitos críticos e protagonistas de sua própria história, em sintonia com a pedagogia freiriana. É nesse contexto que se compreende o papel das rádios, das assembleias e das mídias sociais no fortalecimento do debate político, na valorização da cultura camponesa e na formação de consciência de classe dos sujeitos. Falar de cultura Sem Terra, como sublinha Bogo (2000, p.4), é muito mais abrangente, pois ela está relacionada a todas as nossas atividades do cotidiano, ou seja, aos nossos hábitos, nossos costumes, nossas tradições, nossas inovações. “Está relacionada com toda nossa vida”.

No que se refere ao informar, as experiências analisadas por Bonassa apontam para uma comunicação empenhada em dar visibilidade às demandas, conquistas e denúncias do movimento, articulando as realidades locais ao contexto nacional. Não se trata apenas da reprodução de dados ou fatos, mas de uma disputa simbólica contra a hegemonia dos grandes meios, priorizando a narrativa dos sujeitos historicamente silenciados. Assim, “informar” significa construir e circular sentidos sobre o campo, a terra, a reforma agrária e os direitos dos trabalhadores, tendo em vista a consolidação de um projeto próprio para a sociedade.

Já no campo do organizar, Camila Bonassa enfatiza que:

somente em coletivo conseguimos fazer com que nossas vozes sejam ouvidas e que nos transformamos em ator político. O caráter organizativo da comunicação do MST se materializa nas chamadas para mobilizações, nos convites para assembleias, mutirões e atividades formativas, e na rede de apoio mútuo.

A comunicação, portanto, é imprescindível para a articulação dos diversos elos do movimento, criando laços de solidariedade, mobilização e resistência. Seja por meio do rádio, das redes sociais ou dos grupos de *WhatsApp*, o organizar está presente na dinâmica que impulsiona o MST a transformar a comunicação em ferramenta estratégica de luta pelo território e pela democratização dos meios.

Dessa maneira, a partir da análise de Camila Bonassa, percebe-se que formar, informar e organizar não são dimensões separadas, mas sim entrelaçadas no cotidiano do MST, consolidando uma prática comunicacional dirigida à construção do poder popular e à edificação de novas territorialidades no campo brasileiro. São esses pilares que permitem às experiências comunicacionais Sem Terra serem reconhecidas não apenas como instrumentos de difusão de mensagens, mas como espaços vivos de transformação social.

2.2 O MST ocupando as ondas do ar

O objeto de estudo desta dissertação centra-se na Rádio Resistência Salão FM 87,9, uma emissora comunitária, e nas famílias assentadas no Assentamento Salão Morada Nova, situado no município de Mombaça, estado do Ceará. Essa rádio, coordenada pelo Setor de Comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), constitui o foco da investigação, que busca compreender e avaliar o papel da emissora na formação política e nas práticas cotidianas das famílias assentadas.

A Rádio Resistência Salão FM 87,9 foi ao ar pela primeira vez em 20 de março de 2019 na fase de teste sob frequência 103.5, sendo inaugurada oficialmente em 13 de agosto de

2019. A rádio está localizada a 60 quilômetros do município de Mombaça, na região do Sertão Central do Ceará.

Figura 3 – Rádio Resistência Salão FM 87,9 (2025)



Fonte: Arquivos MST (cedido)

Nota: Estúdios da Rádio Resistência Salão FM,87,9. Assentamento Salão/Mombaça.

O Assentamento Salão/Morada Nova é fruto da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a partir da ocupação da antiga Fazenda Salão Morada Nova, no dia 20 de agosto de 1991, quando 500 famílias decidiram, coletivamente, romper as cercas do latifúndio e garantir um pedaço de terra para viver e produzir com dignidade.

Após 7 anos de luta, os trabalhadores conquistaram a área no ano de 1998, após um processo de degradação do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). No dia 24 de dezembro de 1998, as famílias conquistaram a imissão de posse da área.

Atualmente, o Assentamento Salão/Morada Nova abriga mais de 100 famílias, sendo 85 assentadas e, aproximadamente, 20 agregadas, as quais permanecem firmemente engajadas na luta pela Reforma Agrária, participando ativamente das atividades do MST.

Figura 4 – Casa sede do Assentamento Salão (2025)



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Nota: Casa sede do Assentamento Salão, Mombaça (CE), onde funciona a Rádio Resistência Salão FM.

Ao longo do tempo, o Assentamento Salão Morada Nova conquistou importantes estruturas, como a Escola de Ensino Médio do Campo Paulo Freire, áreas de produção construídas coletivamente e, de forma pioneira, a Rádio Resistência Salão, a primeira rádio da Rede de Comunicação Popular Sem Terra a obter outorga para funcionar de forma legalizada, em 9 de agosto de 2023.

A pesquisa de campo foi realizada entre outubro de 2024 e março de 2025, considerando especialmente os conteúdos produzidos e a atuação dos comunicadores no cotidiano das famílias assentadas, permitindo uma análise aprofundada sobre o papel da rádio na dinâmica vivida pelas famílias do Assentamento Salão. O estudo enfatiza o levantamento das experiências, desafios e estratégias dos comunicadores, bem como a relevância dos conteúdos produzidos para a vida coletiva do território de Reforma Agrária.

Ademais, pretende-se compreender como os ouvintes da Rádio Comunitária Resistência Salão FM se apropriam desse meio de comunicação e de que maneira ele está presente no cotidiano das famílias do Assentamento Salão. Essa abordagem busca identificar os significados atribuídos à emissora pelos moradores e como ela é integrada à dinâmica diária da comunidade, funcionando como um canal de entretenimento, informação e integração entre os assentados, por meio de entrevistas e rodas de conversa.

Por fim, busca-se analisar a contribuição da Rádio Comunitária Resistência Salão FM no processo de formação política e organização da classe trabalhadora campesina. Essa

análise inclui avaliar sua relevância como um instrumento de difusão de ideias, fortalecimento da identidade coletiva e mobilização para ações práticas no território do assentamento.

Dessa forma, os objetivos traçados neste estudo permitem compreender, de forma abrangente, o papel desempenhado pela Rádio Comunitária Resistência Salão FM 87,9 no âmbito do Assentamento Salão, evidenciando sua conexão com a formação política, a organização territorial e a mobilização social das famílias assentadas.

A rádio comunitária tem se configurado como uma importante ferramenta no processo de organização política e fortalecimento das comunidades rurais, especialmente nos assentamentos vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nessas experiências, as rádios assumem um papel estratégico na formação política, mobilização social e na circulação de ideias relacionadas à luta pela Reforma Agrária e pela justiça social no campo (MST, 2019). Apesar dos limites e desafios, elas buscam criar espaços próprios de comunicação, favorecendo o compartilhamento de experiências, necessidades e projetos coletivos entre as famílias assentadas.

De acordo com Nunes (2020, p. 44), uma rádio comunitária se caracteriza pela participação plural de amplos segmentos sociais, de todas as matrizes que compõem uma comunidade, que participam de forma organizada e decidem coletivamente os caminhos a serem trilhados, tendo voz ativa na estruturação da emissora.

Essa perspectiva se aproxima dos princípios da comunicação popular, campo de estudo que compreende os meios de comunicação como instrumentos de resistência, formação crítica e transformação social. Para Paulo Freire (2006), a comunicação deve ser dialógica, promovendo a troca de saberes e a conscientização dos sujeitos. No MST, a comunicação popular é estratégia central para a mobilização e organização das comunidades camponesas.

No Brasil, conforme Nunes (2007, p. 95), as rádios comunitárias surgiram historicamente em diálogo com movimentos sociais diversos, respondendo a demandas de grupos minoritários em contextos que vão do feminismo às questões raciais, ambientais e outras:

As rádios comunitárias emergiram no final dos anos 1950, juntamente com uma variedade de movimentos sociais com diversos objetivos. Nas décadas de 60 e 70, deram voz a grupos que defendiam causas minoritárias relacionadas ao feminismo, homossexualidade, questões raciais, ecologia, entre outras. (Nunes, 2007, p. 95).

A autora também ressalta o papel das organizações sociais na consolidação desses meios de comunicação:

Outro aspecto crucial desses novos movimentos sociais é o fortalecimento da identidade cultural dos grupos organizados, o que se torna essencial para a consolidação e estruturação do movimento. Interesses e referências culturais em comum estreitam os laços entre os membros, fortalecendo a luta coletiva. (Nunes, 2005, p. 97).

Ainda sobre o contexto brasileiro, Nunes (2005) afirma que as rádios comunitárias são herdeiras das experiências europeias, do Movimento de Educação de Base (MEB) e das rádios populares no Brasil, integrando-se aos movimentos sociais e comunitários.

As experiências do MEB foram centradas no desenvolvimento de um programa de educação de base utilizando escolas radiofônicas, com foco inicial nas zonas rurais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, consideradas mais carentes, e posteriormente expandindo sua atuação para outras áreas do Brasil, conforme estabelecia o Decreto n.º 52.267/61 (Sousa; Silva, 2008).

No âmbito das experiências na América Latina, Marcia Vidal destaca que uma das experiências mais conhecidas é da Vila El Salvador, que funciona por sistemas de alto falantes, os quais contribuem ativamente na mobilização e educação popular.

2.3 Fundamentos teóricos: o papel das rádios comunitárias no MST

Nesse contexto de articulação com os movimentos sociais, a pedagogia freiriana apresenta-se como uma fundamentação teórica importante, pois apresenta como o MST tem utilizado a comunicação como processo educativo. As rádios comunitárias, nesse sentido, funcionam como espaços de formação política e conscientização, promovendo o diálogo entre os assentados e fortalecendo a coletividade.

Além da perspectiva freiriana, autores como Martín-Barbero (1987) ressaltam a relevância das mediações culturais na comunicação popular e como os meios de comunicação comunitários, ao se inserirem no cotidiano das comunidades, possibilitam a construção de sentidos comuns. Peruzzo (2006), por sua vez, discute o papel dessas rádios como instrumento de empoderamento das comunidades, permitindo que sujeitos marginalizados tenham voz ativa na construção de suas narrativas e na luta por seus direitos.

Embora a regulamentação das rádios comunitárias, instituída pela Lei n.º 9.612/1998, tenha representado um marco importante para o reconhecimento desses veículos no Brasil, Peruzzo (2006) aponta que as restrições impostas pela legislação dificultaram sua consolidação como meios de comunicação democráticos. Complementarmente, Nunes (2020)

aborda como o rigor no processo de outorga e os limites técnicos e financeiros mantêm muitas emissoras em situação precária.

Esse cenário é exemplificado pela Rádio Resistência Salão FM, que reflete as dificuldades enfrentadas por rádios comunitárias em territórios da reforma agrária. Engelmann (2020) reforça que, apesar dessas adversidades, essas rádios atuam como importantes ferramentas de luta política, permitindo a construção de narrativas contra-hegemônicas e a ampliação do direito à comunicação.

Solange (2020) argumenta que as rádios comunitárias são instrumentos cruciais na luta política e mobilização social, especialmente em territórios camponeses. Ela embasa essa análise na visão do MST, que compreende a comunicação popular como central na organização do povo Sem Terra e no diálogo com a sociedade, afirmando que, "na busca por visibilidade à demanda da Reforma Agrária e disputa dessa pauta no espaço público, a partir da década de 1980, no início do processo de luta, o MST compreende a importância da comunicação popular como central na organização do povo Sem Terra e diálogo com a sociedade".

De acordo com a "cartilha de subsídio para o debate sobre comunicação", lançada no seminário nacional, "O MST na batalha das ideias" em 2019, o MST desenvolveu a compreensão da comunicação como estratégia político-ideológica desde sua fundação. Os processos comunicacionais são essenciais para as estratégias organizativas do movimento, tanto no acesso à informação interna quanto na divulgação das ações de luta pela terra em todo o País. Ao longo de seus 41 anos, a pauta da comunicação evoluiu, ultrapassando a questão dos meios e da produção de conteúdo.

A criação do setor de comunicação no ano 2000 demonstra a importância dada ao tema, que também envolve formação e agregação de outras lutas comuns com outras organizações sociais, como a luta pela democratização da comunicação. Nesse sentido, o MST busca a criação de seus próprios meios de comunicação autônomos, com o objetivo de promover a formação, informação e organização dos camponeses Sem Terra.

Assim, torna-se fundamental a luta dos movimentos sociais pela garantia do direito à comunicação. Enquanto MST, percebe-se a necessidade em articular a pauta da luta pela terra e pela democratização dos meios de comunicação para conquistar o direito ao poder de expressão e à comunicação na sociedade, nos meios tradicionais e nas mídias digitais (MST, 2019).

No Ceará, Silva (2017) aborda as conquistas do movimento no estado, incluindo a criação de rádios comunitárias como parte da luta na ocupação dos latifúndios, e afirma que as

rádios são uma "ocupação do latifúndio do ar". A Rádio Resistência Salão FM 87,9, por exemplo, é uma experiência concreta de como as rádios comunitárias podem ser utilizadas como instrumentos da organização política e da formação da consciência. Localizada no Assentamento Salão/Morada Nova, a Rádio Resistência Salão FM 87,9 pode ser analisada por meio das contribuições de Freire (1987) sobre a pedagogia do oprimido, que fornece uma base teórica para o entendimento de como a rádio pode ser utilizada como um espaço de conscientização e emancipação.

Segundo Paulo Freire (2006a) a comunicação não está na exclusiva transferência ou transmissão do conhecimento de um sujeito a outro, mas em sua coparticipação no ato de compreender a significação do significado. Essa é uma comunicação que se faz criticamente. As mediações culturais, conforme destacadas por Martín-Barbero (1987), são fundamentais para compreender como a rádio se encontra no cotidiano das famílias assentadas, desenvolvendo a construção de sentidos compartilhados.

Dentro do campo de estudo da comunicação, o receptor não seria somente um indivíduo passivo que receberia as mensagens e os sentidos, mas um sujeito ativo que participa e influencia o próprio processo comunicativo. Essa concepção está presente na obra *De Los Medios a Las Mediaciones*, na qual Jesús Martín-Barbero propõe uma reorientação dos estudos centrada nos meios para as mediações. Conforme Barbero: a recepção das mensagens “é um fenômeno e um processo modulado por práticas, e por seu próprio contexto sociocultural”. Desse modo, tais práticas, entranhadas no cotidiano das famílias assentadas, definem processos de atividade que influem diretamente na forma de receptionar e como atribuir sentido aos conteúdos midiáticos.

Como já mencionado, a perspectiva de Barbero vai além da ideia de um receptor como um mero destinatário de informações pelos meios de comunicação. Aquele também desempenha um papel ativo na interpretação dos significados, o que justifica uma abordagem transdisciplinar à comunicação, envolvendo o meio em que vive, a cultura e a política. Seguindo essa linha, Barbero (1987) considera que a interpretação realizada pelos receptores do conteúdo fornecido pelos meios de comunicação é mediada principalmente por meio da cotidianidade familiar, temporalidade social e competência cultural.

A intersecção desses conceitos fornece uma base teórica sólida para compreender o papel da Rádio Resistência Salão FM 87,9 no contexto do Assentamento Salão Morada Nova. Pressupõe-se que, nesse contexto, a rádio atua na intenção de consolidar-se como um

instrumento de mediação cultural, promovendo a Reforma Agrária Popular e servindo como ferramenta de organização política e social das famílias assentadas.

2.4 Pesquisa-intervenção, cartografia social e escrivência: caminhos para a comunicação popular no MST

A presente pesquisa adota uma abordagem metodológica comprometida com a produção colaborativa de conhecimento, fundamentada nos princípios da pesquisa-intervenção e da cartografia social. Essa escolha metodológica busca superar a dicotomia entre pesquisador e sujeitos da pesquisa, propondo uma investigação que seja um processo de produção de conhecimento e de transformação social.

Como afirma Rosário (2008), a cartografia se desprende dos mitos da ciência em vários aspectos, entre os quais não se declarar neutra. Pelo contrário, é parte do objeto: procura tensionamentos, subjetivações e afecções. Não toma distanciamento, mas se aproxima do que vai ser estudado, refletindo-se nele. Não se constrói sobre modelos metodológicos prontos, mas sobre a trajetória do pesquisador. Não propõe a busca da verdade, e sim um caminhar, um ponto de vista sobre o mundo, procurando conhecimentos, suas versões e sua expressividade.

Inspirado na perspectiva de Martín-Barbero (2004), este trabalho adota a cartografia social como abordagem metodológica. A pesquisa se propõe a "movimentar a análise das relações entre comunicação e cultura das mídias em direção à questão e ao âmbito das mediações" (p. 316). Ou seja, em vez de limitar-se ao estudo da Rádio Resistência Salão FM 87,9 como um mero aparato técnico, busca-se compreender como ela se insere nos processos de luta e resistência do MST, atuando como um espaço de mediação. A comunicação, nesse contexto, é entendida em sua dimensão histórica e social, como um elemento fundamental nos "diversos modos e espaços de reconhecimento social" (p. 316).

A cartografia na comunicação revela uma predominância de estudos centrados na recepção, nos quais as mediações relativas ao cotidiano familiar e à competência cultural, conforme propostas em *Dos meios às mediações* (Martín-Barbero, 1997), são as mais recorrentes. Embora essa abordagem seja amplamente utilizada, observa-se um esforço, ainda que minoritário, em aplicar o Mapa das Mediações Comunicativas (Martín-Barbero, 2003), o qual oferece um modelo mais abrangente para a análise dos processos comunicacionais.

Nessa perspectiva, a metodologia se estrutura a partir de princípios que valorizam a horizontalidade nas relações de pesquisa, o protagonismo dos sujeitos na produção de

conhecimento sem divisão entre conhecimento e ação política e a valorização dos saberes populares e das experiências coletivas. Nesse sentido, a escrevivência, inspirada em Conceição Evaristo, é incorporada como uma dimensão central, reconhecendo as narrativas, memórias e experiências dos participantes como matriz legítima de construção do conhecimento. Como afirma Evaristo (2011, p. 64), “Escrevivência é o termo que utilizo para dizer que escrevo a partir de nossas próprias vidas, de nossos cotidianos, de vozes múltiplas.” Dessa forma, a escrevivência permite valorizar relatos, memórias e trajetórias dos sujeitos envolvidos, aproximando a produção acadêmica das experiências plurais e coletivas vividas no assentamento.

A investigação é desenvolvida no Assentamento Salão Morada Nova, tendo como foco principal a Rádio Resistência Salão FM 87,9, coordenada pelo Setor de Comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Os instrumentos metodológicos são organizados em três eixos principais: estratégias de produção de dados, dispositivos participativos e observação cartográfica. As estratégias de produção de dados incluem o mapeamento coletivo das redes de comunicação no assentamento, o registro das trajetórias de comunicadores e ouvintes e a identificação das linhas de força que atravessam a experiência comunicacional. Os dispositivos participativos contemplam rodas de conversa, entrevistas narrativas em profundidade e levantamento de documentos históricos da rádio. Já a observação participante cartográfica é realizada por meio de imersão no território do assentamento, acompanhamento das atividades da rádio e registro em diário cartográfico das experiências, afetos e processos observados. Cumpre destacar que os instrumentos de registro incluem registros audiovisuais colaborativos, produções coletivas, narrativas, mapas e documentários, além da memória oral dos processos comunicacionais.

Os processos de análise privilegiaram histórias, memórias e processos criativos a partir dos sujeitos identificados no mapeamento das linhas de força política, com um olhar voltado à formação, organização e à forma como a rádio influencia ou não nos processos de organização do território. As etapas metodológicas são desenvolvidas em três fases: exploratória, interventiva e analítica contemplando respectivamente a construção de vínculos com a comunidade e sistematização das experiências.

Os princípios éticos norteadores são o consentimento livre e informado, o compromisso com a transformação social, a horizontalidade nas relações de pesquisa e o retorno social dos conhecimentos produzidos. Como resultado, espera-se uma compreensão ampliada do papel da comunicação na organização social, o fortalecimento das estratégias

comunicacionais do MST e a visibilização das experiências de comunicação popular com ênfase na Rádio Comunitária Resistência Salão.

Essa abordagem metodológica busca transformar a pesquisa em um processo vivo de produção de conhecimento alinhado aos princípios políticos e pedagógicos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), reconhecendo à pesquisa como um ato político de construção coletiva de saberes, e o pesquisador como um intelectual orgânico na construção da Reforma Agrária Popular. A pesquisa se propõe, portanto, a ser um exercício de escuta e assistência das estratégias e táticas de comunicação popular desenvolvidas pelos trabalhadores rurais Sem Terra, na construção cotidiana da luta e organização popular nos territórios camponeses.

2.5 No campo da pesquisa e das vivências: trilhando caminhos no assentamento

Adentrar ao território da pesquisa foi um percurso de aprendizado e retorno às bases, aos territórios já vivenciados. Esse retorno, porém, exigiu um percurso cuidadoso e respeitoso, já que não ocorreu como militante do MST, mas também como pesquisadora.

O ponto de partida foi o contato com a direção estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), responsável pelo acompanhamento dos assentamentos nos municípios de Mombaça, Pedra Branca e Senador Pompeu. Essa instância foi parte da coordenação da Rádio Resistência Salão FM 87,9, foco principal deste estudo. Nesse momento inicial, apresentei à direção estadual o projeto de pesquisa, os objetivos e a metodologia, garantindo o apoio necessário para o desenvolvimento do trabalho.

Com o diálogo estabelecido, realizei a primeira visita de campo, em que me apresentei formalmente às lideranças do Assentamento Salão Morada Nova, estabelecendo uma relação de confiança. Detalhei o propósito da pesquisa, os métodos e o papel do assentamento e do coletivo da rádio nesse processo. Em seguida, organizei uma reunião com a comunidade para apresentar a pesquisa de forma acessível e participativa, reforçando que não se tratava apenas de coleta de dados, mas de um processo colaborativo de produção de conhecimento.

Os principais atores da pesquisa foram os comunicadores da rádio, os ouvintes, as lideranças e a militância do setor de comunicação do MST. Os comunicadores da Rádio Resistência Salão tiveram papel central para compreender o processo de produção de conteúdo, sua circulação e os impactos das transmissões, além de compartilharem suas trajetórias e práticas no cotidiano do assentamento.

Os ouvintes da rádio foram igualmente fundamentais, pois representaram os sujeitos da comunicação e ofereceram retorno sobre a programação e o impacto da rádio nas famílias assentadas. Já as lideranças contribuíram com sua visão sobre o processo de implantação da rádio, reforçando as relações entre a rádio e a organização das famílias no território.

O critério para a escolha dos participantes das entrevistas levou em conta a diversidade de idades, gêneros, formações, experiências, religiosidade e participação política. Essa diversidade representou a complexidade local e assegurou relevância aos resultados esperados.

Utilizei diversas estratégias metodológicas para envolver os participantes, como rodas de conversa, entrevistas narrativas, mapeamento de documentos e registros colaborativos em áudio, vídeo e fotografia. Essas estratégias tiveram como objetivo criar espaços de diálogo, troca de experiências, valorização de saberes populares e construção coletiva de conhecimento.

A pesquisa, portanto, propôs-se a ser um processo democrático, no qual todos os participantes se sentiram valorizados e respeitados. Assumi o compromisso de retornar ao assentamento após a defesa da dissertação para apresentar os resultados de forma acessível, seja por meio de apresentações, debates ou publicações. Nesse retorno, busquei compartilhar os conhecimentos produzidos e fortalecer as estratégias comunicacionais do MST. Ademais, contextualizou historicamente a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), situando o leitor no processo de ocupação dos latifúndios da terra, do saber e do “ar” por meio do rádio. Expliquei os objetivos da pesquisa, sua justificativa e os fundamentos metodológicos que orientaram a investigação.

A pesquisa estruturou-se na ética da escuta e no reconhecimento dos saberes populares como fundamentos do conhecimento, alinhando-se à pedagogia freiriana e às práticas de comunicação participativa como guias para a construção coletiva de saberes das comunidades camponesas.

2.5.1 Diário de campo: dos caminhos percorridos

O dia 17 de fevereiro de 2025 se anunciava com um sol escaldante em Fortaleza, prenúncio da jornada que se iniciava. Na rodoviária de Messejana, embarquei pontualmente às 16h30 em um ônibus da Guanabara com destino a Mombaça, a cerca de seis horas de viagem.

O percurso foi um convite a olhar e apreciar a natureza se mistificando com a chegada das chuvas, intercalando leituras com reflexões sobre a pesquisa de campo que se avizinhava.

Em Mombaça, fui cuidadosamente recebida por Flaviana e Renato, jovens dirigentes do MST que assumem a desafiadora tarefa de conduzir o movimento nos municípios de Mombaça, Pedra Branca e Senador Pompeu. Após o jantar, um primeiro encontro presencial de planejamento rumo a pesquisa. Diante da distância de mais de 60 quilômetros até o Assentamento Salão Morada Nova, que se encontra agravada pelas estradas de terra castigadas pelo inverno, decidimos partir na manhã seguinte.

Às 7h30 horas, a equipe estava pronta. O café da manhã reforçou as energias para a viagem de quase duas horas, amenizada pela beleza singular do sertão cearense, em que as chuvas recentes pintavam a paisagem com tons verdes, para a alegria dos camponeses/as.

Por volta das 9h30, chegamos ao Assentamento Salão. Nosso primeiro destino foi a Rádio Resistência Salão FM 87,9, o foco central desta pesquisa. Lá, encontramos uma das comunicadoras, agendamos a entrevista e marcamos uma roda de conversa para o início da noite.

Seguimos para a Escola do Campo Paulo Freire, que gentilmente nos acolheu. Fomos recebidos pela coordenação da escola, e iniciamos um diálogo sobre a pesquisa com um dos comunicadores que também faz parte do coletivo da escola.

Dando continuidade ao planejamento, reunimo-nos com a coordenação do assentamento, por volta das 11 horas, reunião da qual participaram representantes da associação, representante da rádio, da escola e os dirigentes do MST. Apresentei detalhadamente a proposta da pesquisa, seus objetivos e a programação dos dias seguintes.

A receptividade do coletivo foi imediata. Todos se mostraram dispostos a colaborar, expressando gratidão pela escolha da Rádio Resistência como objeto de estudo. A partir dali a pesquisa ganhava corpo, impulsionada pela colaboração e pelo compromisso dos envolvidos.

Uma chuva rápida, porém, intensa, no período da tarde, alterou em partes os planos de realizar entrevistas com alguns ouvintes. Contudo, isso não impediu que prosseguíssemos com a caminhada e visitas às famílias do assentamento no entorno da escola, nosso ponto de apoio.

A sensação de acolhimento que experimento aqui é profunda. Creio que isso se deva, em parte, à identificação dos assentados e assentadas com o MST, mas também às minhas primeiras visitas ao Assentamento Salão, iniciadas em 2012, durante a implementação do projeto Cinema da Terra. Essa trajetória me faz sentir em casa; de fato, os assentamentos, de

maneira geral, despertam em mim um forte sentimento de pertença, algo que ultrapassa a mera explicação racional.

Seguimos durante a tarde com as entrevistas com ouvintes, que nos receberam bem, e se sentiram à vontade para colocar em evidência a importância da rádio para a comunidade, como ela mexeu e ajudou nos processos desde sua chegada, bem como os desafios ainda existentes, bem como contar sobre suas vidas, lutas e os caminhos que os trouxeram até aqui.

Entrevistei 2 mulheres, uma assentada da Reforma Agrária desde a fundação do assentamento e outra jovem, de 19 anos, filha de assentados. O que me encantou nas duas entrevistas, apesar de serem de gerações diferentes, elas amam a rádio e têm esse instrumento como parte essencial do seu dia.

De volta à escola, fomos dialogar sobre a reunião da noite. Tomamos um café e seguimos caminhando até rádio que chega ser aproximadamente um quilometro de distância.

Às 18h30, conforme agendamento prévio, iniciaram-se os preparativos na sala que serve como recepção da casa sede, que também é o local que a rádio está instalada. O espaço foi organizado, as cadeiras colocadas em círculo, tendo, então, início a condução da roda de conversa pela coordenação da emissora.

A reunião foi iniciada com os cumprimentos formais aos presentes, seguidos pela apresentação dos objetivos e metodologia da pesquisa. Na sequência, apresentaram-se as questões norteadoras que orientaram o diálogo: O que a rádio representa para o assentamento? De que forma a rádio contribui para a organização social e política do assentamento? Qual a avaliação da comunidade sobre a programação atual e sua eficácia no alcance dos objetivos propostos? Quais sugestões poderiam ser implementadas para aprimorar a programação e superar eventuais obstáculos?

Durante a roda de conversa, surgiram muitas questões sobre a contribuição da rádio para organização e fortalecimento dos processos organizativos, políticos e sociais do assentamento, dentre eles a facilidade de difundir informações, de trazer entretenimento e de trazer uma programação diversificada para diferentes gostos, opções musicais e do próprio conteúdo que a rádio oferece. Segundo impressões dos comunicadores, a rádio é bem avaliada e tem sido construída uma relação de confiança, de diálogo, sempre abrindo espaço para propor novos programas e avaliar a grade de programação. Um dos desafios apontados durante a roda de conversa foi a necessidade de formação com novos sujeitos do assentamento, com o olhar voltado para a juventude e para as mulheres, bem como a ampliação da grade de programação,

incluindo mais programas voltados a informações locais e acrescentando programas esportivos, considerando o futebol uma das culturas mais vivas dentro das áreas de Reforma Agrária.

Observou-se também que a Rádio Resistência Salão FM 87,9 desempenha papel importante na preservação da memória do assentamento, registrando e transmitindo histórias de luta e conquistas que fortalecem o sentimento de pertencimento ao campo como um lugar de vida e de bem viver. Os depoimentos colhidos durante a roda de conversa evidenciaram que, para além da comunicação cotidiana, a rádio funciona como instrumento pedagógico de formação política, especialmente em momentos de mobilização social ou quando questões externas ameaçam a segurança territorial da comunidade. Essa dimensão educativa se manifesta nos programas que abordam temas como agroecologia, soberania alimentar e direitos dos povos do campo, contribuindo para a construção de narrativas contra-hegemônicas.

Destacou-se ainda o potencial da rádio como um canal de expressões culturais locais, valorizando saberes tradicionais e manifestações artísticas que fortalecem a identidade camponesa. Durante a roda de conversa, comunicadores mais experientes relataram como o microfone proporciona não apenas a transmissão de informações, mas também o resgate da autoestima e do protagonismo de pessoas que historicamente tiveram suas vozes silenciadas.

Nesse sentido, a ampliação da participação de mulheres e jovens na produção radiofônica representa não apenas uma diversificação da programação, mas um processo de democratização da comunicação que reflete a própria dinâmica de desenvolvimento do assentamento, em que diferentes gerações e gêneros constroem coletivamente novos horizontes de vida e trabalho coletivo no campo.

A gente sabe o quanto é difícil conduzir um processo desse, mas uma coisa nós sempre tivemos, foi a coletividade como princípio, e seguimos bem à risca. Nós já fomos perseguidos, antes de conseguir a outorga pra funcionar, nós nunca abandonamos, nós sempre entendemos o valor que tem a gente ter um instrumento que garanta nossa voz ecoando, nossas ideias, nosso modo de vida, nossas lutas e conquistas, nossa rádio é diferente, aqui é do povo, é da classe, é nós falando com nosso povo de igual pra igual [...] essa rádio é a garantia de direitos que historicamente foram negados à classe trabalhadora, em especial a nós camponeses. (Silvia – pseudônimo, liderança do Assentamento, entrevista, fevereiro de 2025).

Essas visitas, entrevistas e diálogos reforçaram ainda mais o papel da Rádio Resistência Salão como expressão viva da luta e da construção coletiva do assentamento. O orgulho compartilhado e as emoções dos participantes evidenciam que a rádio não é apenas um canal de comunicação, mas um símbolo da história, da identidade e da força coletiva dos camponeses.

Ao longo desta pesquisa-intervenção, foi privilegiada a vivência direta no território, com rodas de conversa, entrevistas e atividades que permitiram não apenas compreender a realidade dos sujeitos, mas também contribuir para o fortalecimento dos processos comunitários, pois, de acordo com Lourau (1993), a pesquisa-intervenção não se limita à compreensão passiva, mas implica necessariamente a participação ativa e transformadora do pesquisador no campo de estudo

A escuta ativa dos relatos e o diálogo contínuo respeitaram os processos organizativos das famílias assentadas, priorizando a elaboração de uma análise que emerge de dentro. Segundo Freire (2006b), a comunicação deve necessariamente ser dialógica, promovendo troca de saberes e conscientização crítica como ferramentas para a autonomia e transformação social, alinhando-se à prática da cartografia social. Assim, narro não apenas os resultados da pesquisa, mas também os mapas afetivos e simbólicos que refletem o envolvimento coletivo das famílias com a rádio e com os processos de luta e construção territorial.

Os depoimentos, emoções e histórias relatados foram entendidos como parte de um mapeamento vivo, revelando as dinâmicas sociais e espaciais do assentamento. Como salienta Santos (1996), o território não deve ser interpretado apenas como um espaço físico, mas como um espaço produtivo de experiências humanas, marcado pelas relações sociais e pela memória coletiva dos sujeitos. A cartografia social, aqui, permitiu que o território fosse compreendido não apenas como um espaço físico, mas como espaço de vivências, memórias e resistência.

A experiência da Rádio Resistência Salão FM 87,9 evidencia o que Martín-Barbero observa sobre a comunicação popular, como também nos depoimentos dos comunicadores locais, a emissora não se configura apenas como um canal de recepção ou reprodução de conteúdo, mas como um espaço ativo de produção comunicativa protagonizada pelos próprios camponeses. "A relação entre a comunicação e os movimentos sociais está, dessa maneira, inserida no contexto em que o 'popular' ganha evidência, não mais como uma noção essencializada, e sim interpretada como uma instância que não se isola na recepção, mas que age como produtora" (Martín-Barbero, 2006, p. 45).

Essa perspectiva teórica se materializa quando observamos como o Assentamento Salão se apropria das ferramentas comunicacionais para construir suas próprias narrativas, transformando a rádio em um instrumento de fortalecimento de organização e resistência camponesa. Quando Maria Silvia afirma que a rádio é "do povo, é da classe, é nós falando com

nosso povo de igual pra igual", ela expressa precisamente essa transição do popular como mero receptor para o popular como produtor ativo de comunicação.

O perfil dos entrevistados foi selecionado de acordo com a metodologia proposta, considerando a diversidade e a representatividade do assentamento. As entrevistas incluíram jovens, mulheres, idosos, pessoas com formação superior e outras que apenas sabem assinar o nome, bem como lideranças do assentamento e pessoas da comunidade sem qualquer posição formal de liderança.

Essa heterogeneidade garante uma visão abrangente sobre a influência da Rádio Resistência Salão FM 87,9, abrangendo diferentes perspectivas, experiências e relações com o espaço e os processos comunicativos. Ao todo, foram realizadas onze entrevistas em profundidade, e uma roda de conversa com os comunicadores.

Para salvaguardar a integridade pessoal e a privacidade dos entrevistados, optei por atribuir nomes fictícios durante a análise e apresentação das histórias. Preservar a identidade dos sujeitos pesquisados é uma medida ética importante, pois assegura que suas histórias e contribuições possam ser relatadas com liberdade e sensibilidade, sem riscos de exposição ou constrangimento. Assim, a narrativa se concentra nos aspectos centrais de suas vivências e trajetórias, enquanto respeita a confidencialidade e proteção dos envolvidos no estudo.

As entrevistas destacaram tanto as trajetórias individuais quanto as dimensões coletivas do assentamento, revelando como a rádio impacta suas vidas cotidianas. As histórias abordaram aspectos como o percurso pessoal dos entrevistados na rádio, funções desempenhadas, processos de produção de conteúdo, critérios de escolha de temas, formas de interação com a comunidade, avaliação do papel da rádio na organização social e política do assentamento, além de desafios enfrentados e perspectivas para o futuro. Esse roteiro permitiu identificar tanto as motivações pessoais quanto a dinâmica coletiva da emissora, fornecendo subsídios para a análise do impacto da rádio na vida cotidiana e na mobilização das famílias assentadas.

Essa condução narrativa permite dar voz aos sujeitos da pesquisa, valorizando os saberes populares e destacando a rádio como um instrumento que reflete as diversas realidades do assentamento. Essa abordagem, ao mesmo tempo pessoal e coletiva, enriquece a compreensão sobre o papel da Rádio Resistência Salão FM no fortalecimento da comunicação e na construção de saberes, fortalecendo os processos organizativos e formativos.

3 RÁDIOS COMUNITÁRIAS POPULARES E A LUTA CAMPESSINA

3.1 Mediações, cotidianidade familiar: perspectivas teóricas da comunicação popular

Neste capítulo, exploro os conceitos de mediações, cotidianidade familiar e competência de recepção em diálogo com Martín Barbero, utilizando seu conceito de "mapa noturno" como uma referência teórica fundamental que propõe olhar para as mediações e para o cotidiano a partir dos sujeitos marginais e de suas brechas, reconhecendo as zonas da realidade ainda pouco exploradas pela pesquisa acadêmica, as quais exigem tatear, experimentar e avançar com cuidado. Como aponta o autor:

É um mapa para indagar a dominação, a produção e o trabalho, mas a partir do outro lado: o das brechas, o do prazer. Um mapa não para a fuga mas para o reconhecimento da situação desde as mediações e os sujeitos, para mudar o lugar a partir do qual se formulam as perguntas, para assumir as margens não como tema senão como enzima. Porque os tempos não estão para a síntese, e são muitas as zonas da realidade cotidiana que estão ainda por explorar, zonas em cuja exploração não podemos avançar senão tateando ou apenas com um mapa noturno. (Martín-Barbero, 2004, p. 18).

Assim, a análise das rádios comunitárias populares no contexto do MST busca trilhar esses caminhos menos iluminados, apostando na capacidade das margens e das experiências cotidianas em catalisar transformações e criar novos sentidos de pertencimento e resistência.

No contexto radiofônico, a mediação exercida pela vida familiar cotidiana vai além do que podemos examinar apenas pela perspectiva da recepção. Não se trata apenas de considerar onde o aparelho de rádio está posicionado na casa, qual a aceitação das transmissões radiofônicas pelos membros da família, quais horários e programas são preferidos, ou como varia a atenção durante a escuta. Essa mediação se manifesta também no próprio discurso do rádio, por meio da simulação de diálogo direto quando o rádio se dirige à família como interlocutora, e por meio da retórica do "ao vivo". Esses mecanismos, baseados na proximidade e no encantamento da experiência auditiva, estruturam o espaço radiofônico, conforme propõe Martín-Barbero em suas reflexões sobre os meios de comunicação.

Um exemplo que demonstra essa teoria é a experiência da ouvinte Antônia Silva, de 62 anos, residente do assentamento há mais de 30 anos, a qual é assentada da Reforma Agrária e uma apaixonada pela rádio. Ela destaca que, desde a primeira transmissão, nunca parou de ouvir e menciona: *“a minha família toda acompanha e gosta [da rádio], é um lazer, uma diversão”*.

Essa afirmação ilustra a cotidianidade familiar, onde a rádio assume um papel central nas interações familiares e na construção de significados compartilhados. Além disso, a Sra. Antônio relata que participa das reuniões, assembleias e que já sugeriu programas voltados para as mulheres que realizam trabalhos no campo, o que evidencia sua competência cultural ao buscar conteúdo que reflita e valorize as vivências de sua comunidade. Assim, sua experiência demonstra como a recepção da rádio vai além do consumo passivo, refletindo um processo ativo de significação dentro de seu contexto social.

Para Barbero (1987), o receptor não se limita a ser um simples receptor de informações emitidas pelos meios de comunicação; ele também atua como um criador de significados. Por isso, o autor propõe um estudo transdisciplinar no campo da comunicação, integrando aspectos culturais e políticos. De acordo com Barbero (1987), existem três hipóteses de mediações que influenciam e transformam a forma como os receptores interpretam os conteúdos da mídia: a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural.

Para Barbero, a temporalidade social distingue o tempo de produção capitalista, sugerindo a existência de dois tempos diferentes. O autor ressalta que o tempo utilizado para organizar a programação radiofônica incorpora ambos os tempos. Ele afirma que “a série e os gêneros fazem agora a mediação entre o tempo do capital e o tempo da cotidianidade” (Barbero, 1997, p. 296).

De acordo com Barbero (1997), cotidianidade familiar é o espaço onde os indivíduos revelam suas verdadeiras identidades, por meio das interações sociais com outros indivíduos e instituições. Essa cotidianidade é uma das mediações mais significativas para a recepção midiática, pois a família representa um ambiente de conflitos e tensões que, ao refletirem as dinâmicas de poder presentes na sociedade, possibilitam que os indivíduos expressem seus desejos e inquietações.

Eu sou uma apaixonada por rádio, desde jovem, e quando essa rádio chegou aqui, pra mim foi uma alegria. O rádio fica ligado o dia todo, sempre aqui comigo. Eu valorizo muito essa conquista porque a rádio trouxe uma alegria pra nós e não só isso: é um meio de comunicação muito importante, que leva conhecimento e ajuda na organização do nosso povo, tanto na roça quanto aqui pelo assentamento. A gente se sente parte de algo maior. [Maria Liduina, 71 anos, 19/02/2025].

O depoimento de Maria Liduina demonstra como a rádio se insere na cotidianidade familiar, funcionando como um elo de união e um instrumento que traz acesso à formação e informação. A presença da rádio no dia a dia reflete as tensões e desejos individuais ao mesmo tempo em que mobiliza um sentido coletivo, evidenciando como uma mídia local cumpre um papel importante na organização política do assentamento.

Maria Liduina é assentada da Reforma Agrária desde os anos 2000 e tem 71 anos. Ela se orgulha muito de ter conhecido o MST e de ter tido a oportunidade de criar seus filhos dentro de um assentamento. Em seu relato emocionado, ela destaca um aspecto importante sobre a rádio: *"A nossa rádio vai longe. Muitas pessoas que vivem fora, em São Paulo, no Rio de Janeiro, acabam se identificando com a rádio, enviam áudios, recados para as famílias, e isso acaba aproximando. Mata um pouco a saudade"*.

Essa mediação proporcionada pela rádio local, descrita no relato de Maria Liduina, conecta-se às reflexões de Martín-Barbero (1997), que enfatiza o papel das mídias comunitárias em articular o cotidiano ao espaço coletivo e político, enquanto constroem uma identidade compartilhada. Barbero destaca que as rádios comunitárias não apenas informam, mas também ajudam a dissolver as distâncias geográficas e emocionais, ampliando o sentimento de pertencimento e criando narrativas contra-hegemônicas que fortalecem as raízes locais e que, ao mesmo tempo, dialogam com espaços mais amplos, como no caso da rádio que aproxima os assentados de familiares que vivem em outras regiões.

3.2 A trajetória das rádios comunitárias nos processos de organização política campesina

A comunicação comunitária representa um território estratégico em que as comunidades historicamente silenciadas constroem narrativas próprias e fortalecem suas identidades coletivas. No contexto dos assentamentos rurais, as rádios comunitárias emergem não apenas como meios de difusão de informações, mas como verdadeiros espaços de mediação cultural, política e social. Esse tópico analisa a experiência da Rádio Resistência Salão FM 87,9, situada no Assentamento Salão/Morada Nova em Mombaça, como uma estrutura de comunicação que supera a simples transmissão radiofônica para constituir-se em um projeto coletivo de resistência e afirmação da identidade camponesa. “Para o MST, a comunicação através do rádio deve ser incorporada como um direito dos trabalhadores do campo e uma ferramenta de luta e organização das comunidades, além de cumprir o papel de levar à sociedade as conquistas e a cultura Sem Terra” (MST, 2019, p. 46).

A perspectiva teórica das mediações, proposta por Jesús Martín-Barbero, oferece um caminho para compreender como essa rádio comunitária opera na intersecção entre comunicação, cultura e cotidianidade familiar. Ao deslocar o olhar "dos meios às mediações", é possível identificar como a emissora se integra às dinâmicas sociais do assentamento, transformando seus ouvintes em produtores ativos de conteúdo e na condução do instrumento.

A análise que se segue examina os depoimentos de comunicadores, ouvintes e lideranças, a grade de programação e os conteúdos veiculados, revelando como a Rádio Resistência articula a memória coletiva, a formação política e a valorização da identidade camponesa.

Mais que um estudo sobre um meio de comunicação específico, essa reflexão busca compreender como, nos processos comunicativos populares, manifestam-se tensões, resistências e possibilidades de transformação social, particularmente em um contexto em que a democratização da comunicação se entrelaça com a luta pela Reforma Agrária e a consolidação de um projeto popular para o País.

Durante as visitas às famílias e a realização de entrevistas sobre a importância da rádio e o papel que ela desempenha nos processos organizativos do assentamento, foi possível identificar uma diversidade de públicos que acompanha a programação da emissora. Esses ouvintes se envolvem diretamente nas definições, na consolidação da estrutura física e na elaboração de toda a grade de programação. É o caso de Antônia Silva, moradora do Assentamento Salão/Morada Nova desde sua fundação. Ela chegou à comunidade ainda no período inicial da luta pela terra e transformou esse território em sua morada permanente.

A fala de Sr. Antônia ilustra a cotidianidade familiar como um espaço de mediação, pois a rádio é um projeto coletivo que reflete as dinâmicas familiares e comunitárias do assentamento. Segundo ela, a programação é construída com a participação direta das famílias nas assembleias, reforçando que a recepção não é passiva, mas sim integrada à vida cotidiana.

A rádio não é só de um coletivo, e sim do assentamento. [...] A gente tem essa relação de estar sempre dando um retorno para quem conduz, dizendo o que tá bom, o que precisa melhorar, e assim cada dia vamos aperfeiçoando esse nosso instrumento de comunicação. (Antônia – pseudônimo, entrevista, assentamento Salão 18 de fevereiro de 2025)

Em relação ao impacto da rádio na comunidade, Sra. Antônia menciona: "*É importante, porque é uma animação para as pessoas que escutam, traz informações, debates*" Essa declaração enfatiza como a rádio contribui para o assentamento no lazer, nas informações e nos debates sobre diversos temas. Ela afirma que "*toda a família ouve, gosta e acompanha a programação completa*", revelando como a programação da rádio se tornou uma parte fundamental de suas interações diárias.

Assim como entrevistei ouvintes, comunicadores e lideranças do assentamento, também analisei o quadro de programação, e este traz desafios a serem superados pela comunidade e pelo coletivo de comunicadores, e um deles é ter toda a grade preenchida.

Dentro da grade de programação, um deles me chamou atenção, o Programa “Bem Viver”, que é uma produção da Rádio Brasil de Fato, é entregue de segunda a sexta-feira, via *Whatsapp*, as rádios recebem e difundem no horário que considerarem necessário. No caso da Rádio Resistência Salão, é no horário das 11h às 12h. Esse programa traz conteúdos sobre saúde, bem-estar, comida e agroecologia, temas que dialogam diretamente com as necessidades e interesses da comunidade local, especialmente por ela estar inserida em um contexto rural em que o cuidado com a terra e a valorização dos camponeses é um dos pilares defendidos pelo MST desde sua gênese.

Por meio de discussões que conectam práticas agroecológicas, alimentação saudável e qualidade de vida, o "Bem Viver" contribui não apenas com informações práticas, mas também com a formação cultural e social dos ouvintes, promovendo reflexões alinhadas com as lutas e os valores dos assentamentos. Um trecho do programa chama atenção, sobre um assunto que interessa a todos os brasileiros/as, a ditadura militar.

O nosso papo agora é sobre verdade, memória e justiça. Nesta semana, a Comissão de Anistia viveu um momento simbólico que conectou passado e presente: um grupo de descendentes de vítimas da ditadura militar apresentou um pedido de anistia coletiva. O Estado brasileiro foi cobrado a reconhecer formalmente as violências sofridas por essas famílias. Essa iniciativa, inédita no país, ocorre 40 anos após o fim do regime ditatorial. O documento foi entregue durante uma reunião da Comissão, em Brasília, onde novos processos também foram analisados [...]. (Bem Viver, 28 de março de 2025).

A reflexão sobre memória, verdade e justiça é um importante conteúdo para compreender o impacto das violações de direitos humanos no Brasil e reforçar a necessidade de consolidar os valores democráticos. O reconhecimento das violências cometidas durante a ditadura militar, por meio de iniciativas como o pedido de anistia coletiva, destaca a importância de reparar os danos históricos e evitar que tais atrocidades se repitam no futuro.

No campo da comunicação popular, programas como o 'Bem Viver' desempenham um papel central ao articular práticas educativas e informativas que promovem uma consciência crítica e alinham-se aos princípios de justiça social defendidos por movimentos populares como o MST.

Conquistar o espaço de rádio faz parte da luta pela justiça social e transformação social. É fundamental para as mudanças do nosso país e para a emancipação dos trabalhadores do campo e da cidade. Democratizar verdadeiramente a comunicação, através da construção de meios de comunicação que representam a voz da classe trabalhadora, deve ser um objetivo aliado a nossa luta pela Reforma Agrária e um projeto Popular para o nosso país. (MST, 2019, p. 42).

Diante desse contexto, a Rádio Comunitária Resistência Salão FM, 87,9 cumpre a tarefa de ser instrumento que está a serviço da classe trabalhadora, especialmente com conteúdos como o "Bem Viver", posicionando-se como ferramenta estratégica para cumprir esse papel de formação e organização defendido pelo movimento. Por meio de uma grade que contempla temas, como agroecologia, saúde, memória e justiça social, essa rádio materializa a democratização da comunicação, oferecendo não apenas informação, mas formação política e valorização das lutas populares, em especial a luta dos camponeses.

Ao preencher sua grade com conteúdo significativos, o coletivo de comunicadores assume o compromisso de construir narrativas contra-hegemônicas que representam efetivamente os interesses e necessidades da classe trabalhadora, em especial, aos camponeses, contribuindo, assim, para o processo de conscientização e mobilização social. A rádio torna-se, portanto, não apenas um meio de comunicação, mas um território conquistado em que as vozes dos assentados ecoam, fortalecendo a identidade coletiva e impulsionando o projeto popular de sociedade.

Porém, a presença de um programa externo também revela a necessidade de fortalecer a capacidade de produção local, incentivando a criação de conteúdos que reflitam ainda mais as vivências e especificidades da comunidade, um desafio importante para a autonomia da rádio enquanto instrumento popular.

A programação da rádio é bastante diversificada, mas é importante ressaltar a expressiva presença de conteúdos religiosos. Tanto pelas entrevistas realizadas quanto pela observação atenta, ficou evidente a forte atuação da igreja católica e das igrejas evangélicas junto à comunidade. Por refletir a realidade dos assentados, é compreensível que os programas religiosos estejam integrados à grade, acompanhando a vivência espiritual que faz parte do cotidiano dos ouvintes.

3.3 A experiência histórica do MST com a comunicação e a construção de rádios comunitárias nos assentamentos

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge em 1984, durante o processo de redemocratização do Brasil, em um contexto de intensa luta pela terra e justiça social. Desde sua fundação, a comunicação foi estratégica para o movimento, começando com o Boletim Sem Terra em 1981, mesmo antes da fundação oficial do movimento, que se tornou um instrumento fundamental de mobilização e formação política para a base e para a sociedade.

Nesse contexto, três anos antes da fundação do MST, é criado um dos principais e mais antigos meios de comunicação popular do Movimento, que depois se tornaria o jornal da organização: o Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra, com a primeira publicação em 15 de maio de 1981, que depois passaria a se chamar Boletim Sem Terra, e em seguida, *Jornal Sem Terra*. (Engelmann, 2021, s. p.).

Figura 5 – Boletins Sem Terra (1983 e 1981)



Fonte: Boletim Sem Terra

Nota: Edições de novembro de 1983 e de maio de 1981.

Um trecho da 1ª edição:

Nós somos mais de 500 famílias de agricultores que vivíamos nesta região (Alto Uruguai), como pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc. Desse jeito não conseguíamos mais viver, pois traz muita insegurança e muitas vezes não se tem o que comer. Na cidade não queremos ir, porque não sabemos trabalhar lá. Nós criamos no trabalho da lavoura e é isto que sabemos fazer. (Boletim Sem Terra, 15 de maio de 1981).

No período inicial, o Boletim Sem Terra era produzido de modo artesanal: era datilografado e reproduzido por meio de mimeógrafo, com o objetivo central de divulgar a situação dos acampados para a sociedade, possíveis apoiadores e a opinião pública. Além desse papel externo, o boletim também assumiu uma função estratégica dentro dos acampamentos, sendo lido coletivamente e atuando como ferramenta de politização. Esse processo de leitura coletiva fortaleceu o sentimento de pertencimento e solidariedade entre as famílias, mostrando que “não estavam sozinhas” em sua luta e estimulando o engajamento coletivo no movimento.

Com o tempo, o Boletim Sem Terra passou a ser o *Jornal Sem Terra*, consolidando-se como importante instrumento de formação interna e de divulgação das pautas e denúncias dos camponeses. A transição para o jornal coincidiu com a ampliação das iniciativas de comunicação do MST, especialmente a atuação em rádios comunitárias. Enquanto o jornal reforçava a formação política, o rádio expandia o alcance das informações, tornando a comunicação mais dinâmica e acessível. Dessa forma, as duas mídias se complementavam no fortalecimento da mobilização dos trabalhadores rurais.

Desde o final da década de 1980, o MST passou a ocupar as ondas do rádio, inicialmente com um programa de alcance nacional pela Rádio Aparecida (SP). Nos anos 1990, com o crescimento das rádios comunitárias no Brasil, o movimento passou a construir suas próprias emissoras em assentamentos e centros de formação, aprofundando a disputa pelo chamado “latifúndio do ar”. Nesse contexto, as rádios passaram a cumprir dois papéis estratégicos: internamente, fortalecendo a organização dos acampamentos e assentamentos; e externamente, difundindo informações sobre a luta pela terra, pela Reforma Agrária e pela transformação social.

Posteriormente, o MST montou a Rádio Brasil em Movimento (RBM) para cobrir atividades massivas do movimento, tendo a primeira atuação desse projeto durante a Marcha Nacional de 1º a 17 de maio de 2005, que percorreu mais de 230 quilômetros e reuniu mais de 12 mil participantes.

A Rádio Brasil em Movimento consolidou sua atuação ao longo dos anos em diferentes formatos, estando presente em grandes eventos do MST, inicialmente como rádio poste e, mais recentemente, como rádio web. Essa evolução tecnológica ampliou o alcance da comunicação do movimento e favoreceu uma maior interação com o público, especialmente nas principais mobilizações.

Sua última aparição ocorreu na 5ª Feira Nacional da Reforma Agrária, realizada de 8 a 11 de maio de 2025, no Parque da Água Branca, em São Paulo. A rádio marcou presença

novamente, mantendo sua participação em todas as edições do evento. Nessa edição, o estúdio da Rádio Brasil em Movimento recebeu o nome de “Ismar Capistrano”, em homenagem ao professor da UFC e jornalista, reconhecido por sua relevante contribuição ao setor de comunicação do MST no Ceará, em especial com os coletivos das rádios de Assentamentos de Reforma Agrária.

Atualmente, o MST conta com cerca de 15 rádios próprias em funcionamento, aproximadamente 10 programas transmitidos em rádios comunitárias parceiras espalhadas pelo Brasil, além da produção do *podcast* “Internacionalizemos a Luta”, produzido pelo Setor de Comunicação e o coletivo de Relações Internacionais do MST; ademais, traz um conteúdo voltado à conjuntura internacional.

Segundo dados do setor de comunicação do movimento, essa presença se estende a diversos estados, como Alagoas, Bahia, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Algumas dessas experiências radiofônicas têm mais de duas décadas de existência e são importantes instrumentos que potencializam a comunicação nos territórios camponeses.

Como destaca Nunes (2007, p. 117):

A atuação em rádios comunitárias pelos militantes de movimentos sociais lhes confere uma maior segurança e um conhecimento mais detalhado da causa que defendem [...] O papel das rádios comunitárias transcende a publicização da causa defendida pelo movimento social junto à sociedade; ela fortalece o movimento social e ajuda a moldá-lo melhor, inclusive ampliando a percepção dos próprios militantes em relação aos objetivos que defendem e à causa que perseguem. É como ouvir o próprio eco e refletir sobre ele.

O MST compreende que as rádios comunitárias, nas áreas de Reforma Agrária, têm um papel estratégico na ampliação do acesso à informação, no fortalecimento dos processos formativos e na mobilização social. Essas rádios são consideradas ferramentas fundamentais para romper o isolamento histórico das populações rurais, facilitar a circulação de informações relevantes e contribuir para a organização política e cultural das comunidades (MST, 2019).

Nesse sentido, o Movimento estabeleceu desafios e objetivos norteadores para a atuação e o aprimoramento das rádios, entre os quais destacam-se (MST, 2019, p. 48-49):

1. Ampliar o trabalho em rádio, massificando sua presença com a participação de outras comunidades e organizações;
2. Manter as rádios funcionando com uma programação diversificada;
3. Desenvolver a identidade de rádio comunitária e camponesa;
4. Garantir o envolvimento da militância e dos quadros políticos no desenvolvimento e acompanhamento das rádios;
5. Desenvolver uma programação que contribua com todas as dimensões da vida das áreas de Reforma Agrária;

6. Contribuir para as demandas das lutas e da organização do MST, fortalecendo as comunidades e seguindo as linhas políticas do Movimento;
7. Consolidar as rádios como instrumentos de fortalecimento da luta, propaganda das conquistas e organização dos acampamentos, aliados à formação política e educação permanente;
8. Criar uma dinâmica de articulação entre as rádios instaladas em áreas de Reforma Agrária, buscando unidade política entre as emissoras e consolidando a atuação da frente de rádio do MST;
9. Fortalecer a Rádio Brasil em Movimento (RBM) como ferramenta de caráter nacional;
10. Apropriar-se da internet para potencializar o trabalho das rádios, consolidando experiências em rádio web, investindo em capacitação e estrutura.

Dessa forma, as rádios comunitárias assumem centralidade na estratégia comunicativa do MST, cumprindo não somente a função de informar, mas também de ampliar o alcance da mobilização social, criar pertencimento e aproximar diferentes territórios, potencializando a luta pela Reforma Agrária Popular e pela democratização da comunicação no campo (MST, 2019).

As experiências do MST com a implantação de rádios comunitárias foram muito mais do que simples estratégias de comunicação; funcionaram como importantes instrumentos de formação política e resistência cultural. O conhecimento obtido por meio das rádios comunitárias, que permitiu criar narrativas próprias, fortalecer a militância e estabelecer conexões diretas com os assentamentos, acampamentos, foi importante para a adaptação do movimento no ambiente digital, evidenciando a habilidade do MST em inovar suas abordagens de comunicação popular.

Com a chegada da era digital, o MST se adaptou rapidamente, criando sites, perfis em redes sociais e plataformas digitais, mantendo sua essência de comunicação popular e participativa. Cada meio de comunicação representou uma trincheira de resistência cultural, formando militantes e sensibilizando a sociedade sobre a questão agrária no Brasil.

Ao longo de mais de 41 anos de luta e da trajetória na criação de veículos de comunicação populares Sem Terra, como o *Jornal Sem Terra*, o primeiro instrumento, e a organização do setor de comunicação demonstram a necessidade em buscar o direito à comunicação nas áreas de Reforma Agrária por meio da disputa de espaços em canais comerciais e na organização de meios próprios, como é o caso das rádios, com a intenção de emancipar os camponeses e garantir autonomia às organizações de usar esses meios para construir pautas e lutas para garantir direitos por meio da formação, informação e organização popular.

A história do Jornal Sem Terra é marcada por fases, circulando por um período somente no Rio Grande do Sul, depois na região Sul, como Boletim Sem Terra e sendo

produzido em Porto Alegre/RS. No 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em janeiro de 1984 em Cascavel (PR), com a criação do MST, também houve a decisão de transformar o boletim em formato de jornal tabloide e com tiragem inicial de 10 mil exemplares. Cria-se assim o Jornal Sem Terra, voltado principalmente para a comunicação com a base social do MST. Sua produção e edição foi transferida para São Paulo em 1985, período em que o jornal passou a ter circulação nacional. No ano seguinte, em 1986, o jornal ganhou o prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo por se destacar na luta pelos direitos humanos e na democratização da comunicação. (Maria Isabel Grein, entrevista site MST, 2021).

No Ceará, a primeira "ocupação do latifúndio do ar" de forma concreta é a experiência da Rádio 25 de Maio FM, primeira iniciativa radiofônica do MST a romper com o monopólio comunicacional na região do sertão central. Inaugurada no Assentamento 25 de Maio, em Madalena, essa emissora comunitária nasceu da mesma lógica política que norteia a ocupação da terra: democratizar o acesso a um bem fundamental monopolizado por poucos, a comunicação. A Rádio 25 de Maio Fm segue com os ideais que nortearam a criação das rádios comunitárias no Brasil.

Para nós do MST, a comunicação deve ser incorporada como um direito dos trabalhadores/as do campo e uma ferramenta de luta e organização de nossas comunidades, além de cumprir o papel de levar à sociedade nossas conquistas e nossa cultura Sem Terra. (MST, 2019, p. 46).

Desde sua fundação, a rádio tem cumprido papel estratégico na disseminação de informações sobre direitos, políticas públicas, saúde, produção agroecológica, educação do campo e diversos temas que vêm possibilitando às famílias assentadas trazerem a voz das comunidades, preenchendo o vazio deixado pela mídia burguesa que historicamente invisibiliza a classe trabalhadora e de forma especial os camponeses.

Os meios de comunicação do MST atuam como aparatos ideológicos na construção na construção e manutenção de um consenso hegemônico e na disputa da hegemonia cultural da classe dominante sobre a classe trabalhadora. Assim se torna fundamental a luta dos movimentos sociais pela garantia do direito à comunicação. (MST, 2019, p. 26).

Mais que um veículo informativo, consolidou-se como instrumento de formação política, preservação da memória, da cultura camponesa e articulação comunitária, estabelecendo pontes entre diferentes comunidades, dentro do Assentamento 25 de Maio e fortalecendo o pertencimento dos Sem Terra na região.

Desde seu surgimento, nos anos 1980, as rádios comunitárias passaram por muitas modificações na sua forma de atuar nas comunidades[...]o projeto original pretendia transformar as rádios comunitárias em instrumentos de organização política das populações excluídas do direito à vez e à voz. (Nunes, 2020, p. 43).

A partir dessa experiência pioneira, outras rádios comunitárias foram estabelecidas em assentamentos do Ceará, formando uma rede de comunicação popular que articula diferentes territórios da reforma agrária. O processo de implementação dessas rádios seguiu um padrão organizativo característico do MST: decisão coletiva nos espaços de coordenação, formação técnica e política de comunicadores populares, mobilização para aquisição de equipamentos e estruturação participativa da programação.

De um modo geral, a implementação das rádios do MST em áreas de Reforma Agrária não ocorreu sem enfrentar resistência. O marco regulatório das rádios comunitárias (Lei n.º 9.612/98), embora tenha representado um avanço ao reconhecer essas iniciativas, impôs severas limitações técnicas e burocráticas que dificultaram a legalização das emissoras. Muitas rádios do MST enfrentaram processos de criminalização, apreensão de equipamentos e perseguição de seus comunicadores, revelando as contradições de um sistema comunicacional que, mesmo em regime democrático, mantém estruturas de exclusão. Para Costa (2020, p. 13), as rádios comunitárias no Brasil estão longe de conquistar o direito à comunicação, devido à falta de equidade em relação à mídia comercial tanto no trabalho legal quanto nas condições de funcionamento dessas emissoras.

Há uma compreensão e decisão política do MST de ampliar o número de rádios em assentamentos e acampamentos para avançar na relação com o conjunto das famílias Sem Terra e com a sociedade em geral. Este não é um processo fácil, pois exige, além da montagem da rádio (equipamentos), o funcionamento, manutenção e coordenação interna permanentes. O desafio cotidiano é ter continuidade e persistência no trabalho com as rádios comunitárias camponesas. E para que as rádios cumpram os objetivos propostos é fundamental que as rádios estejam inseridas na organicidade do MST. (MST, 2019, p. 46).

Desse modo, as mediações teorizadas por Barbero se materializam nas práticas de comunicação do MST, o que permite uma análise mais aprofundada sobre as relações entre comunicação, organização política e a vida cotidiana das famílias assentadas.

A programação das rádios comunitárias do MST no Ceará se diferencia pelo compromisso com a realidade local e com os princípios do movimento. Programas sobre agroecologia, cultura popular, direitos sociais e história da luta pela terra dividem espaço com informes sobre políticas públicas, convocações para assembleias e formação política. A música regional e as manifestações culturais camponesas ganham protagonismo, contrastando com a programação padronizada das rádios comerciais.

O sucesso dessas iniciativas está diretamente ligado ao processo de formação de comunicadores populares pelo MST. Por meio de oficinas, cursos técnicos e intercâmbios, trabalhadores rurais sem experiência prévia em comunicação tornaram-se locutores, técnicos e

gestores dessas rádios, em um processo de apropriação tecnológica e política que transforma a relação desses sujeitos com a informação e com sua própria realidade.

Os nossos coletivos de comunicadores, das mais diversas frentes de trabalho, sempre priorizam um processo de formação para que esses sujeitos se desenvolvam tecnicamente. Também temos todo o cuidado para que a formação seja política, alinhada às linhas políticas do movimento, de modo que instrumentos como as rádios, por exemplo, possam alcançar seu potencial de construir a Reforma Agrária Popular em sua concretude. (Amélie – pseudônimo – do setor de comunicação do MST, entrevista, Assentamento Salão, 19/02/2025).

Segundo informação do Setor de Comunicação, até 2024, o MST tem priorizado, em seu processo organizativo e formativo, a qualificação técnica e política dos coletivos de comunicadores populares. Além das formações realizadas em diversos estados, destacam-se iniciativas nacionais, como o curso de Jornalismo da Terra, cuja 2ª turma está em processo de seleção e será realizada na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Outros exemplos são os cursos de extensão universitária, como o realizado no Ceará, em 2024, que formou 19 comunicadores no curso de Comunicação Organizacional nos Movimentos Sociais, uma parceria entre a Universidade Federal do Ceará (UFC), Fundação Cetrede e MST, e a Escola Nacional de Comunicação, realizada desde 2023, chegando à sua terceira edição em 2025. Soma-se a isso a oferta de oficinas virtuais em áreas como fotografia, design, assessoria de imprensa, audiovisual e rádio, todas voltadas a consolidar a formação técnica e política do coletivo de comunicadores do MST.

3.3.1 O Projeto Contexto e a expansão das Rádios Comunitárias Camponesas no Ceará

No ano de 2017, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) iniciou um diálogo com a *We World* Brasil, uma Organização não Governamental (ONG) italiana com sede no Brasil, com a intenção de consolidar parcerias que fortalecessem a comunicação popular por meio da implantação de mais quatro rádios comunitárias camponesas.

Essa iniciativa só foi concretizada em 2018, por meio do Projeto Contexto, desenvolvido nos territórios do Sertão Central e do Sertão dos Inhamuns-Crateús, onde foram implantados projetos-piloto de rádios comunitárias em assentamentos dessas regiões. O projeto foi financiado pela *We World*, com cofinanciamento da União Europeia, e realizado pela Plataforma Educação Marco Zero, que reuniu seis organizações da sociedade civil: *We World* – GCV Brasil, Cáritas Diocesana de Crateús, Esplar, Instituto Maria da Penha, Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará (Acace) e Escola Família Agrária Dom Frágoso,

contando também com a participação da Pastoral do Menor. Além do fortalecimento da comunicação popular, o projeto contemplou outras ações importantes, como a formação de grupos de mulheres, o fortalecimento da educação contextualizada, a mediação de conflitos e o incentivo à agroecologia nos territórios rurais participantes.

De acordo com informações obtidas junto ao setor de Comunicação do MST, antes do Projeto Contexto, existiam três iniciativas de rádios comunitárias organizadas pelo movimento: a Rádio 25 de Maio FM, no Assentamento 25 de Maio, no município de Madalena; a Rádio Lagoa do Mineiro FM, no Assentamento Lagoa do Mineiro, em Itarema; e a Rádio Camponesa Palmares, no Assentamento Palmares, em Crateús. Todavia, todas essas iniciativas funcionaram sem o apoio de projetos estruturados, apenas com ajudas de amigos do MST e articulação dos respectivos assentamentos e comunidades vizinhas.

A implementação do Projeto Contexto veio para fortalecer a comunicação comunitária e emancipatória nos territórios rurais, com três objetivos principais, a capacitação de jovens comunicadores e comunicadoras nas técnicas e práticas, promovendo autonomia para atuar nas rádios.

Outro objetivo foi a implantação dos projetos-piloto de rádios comunitárias, acompanhando todo o processo de implementação e execução junto aos assentamentos e comunidades beneficiados; e também utilizar o rádio como veículo de difusão e debate sobre boas práticas relacionadas aos eixos temáticos do projeto, que incluíam a educação contextualizada, a emancipação humana, o combate à violência contra as mulheres, produção agroecológica, entre outros temas que ultrapassavam as fronteiras dos assentamentos, mas que enriqueciam o conteúdo das rádios.

O projeto, além de fortalecer a comunicação comunitária, buscava potencializar o impacto das ações de transformação social em territórios historicamente marcados por desigualdades. A proposta das rádios comunitárias camponesas dentro do Projeto Contexto não era apenas comunicar, mas engajar, dialogar e promover práticas que contribuíssem para a construção de uma sociedade mais justa, humana e solidária. (Amélie – pseudônimo – do setor de comunicação do MST, entrevista, assentamento Salão, 19/02/2025).

Cabe destacar que a articulação do MST com a *We World* refletiu a importância de parcerias estratégicas para superar desafios estruturais presentes na comunicação popular em áreas camponesas permitindo que as rádios comunitárias se tornassem ferramentas não apenas de entretenimento e informação, mas também de defesa dos direitos humanos e de construção da cidadania no campo.

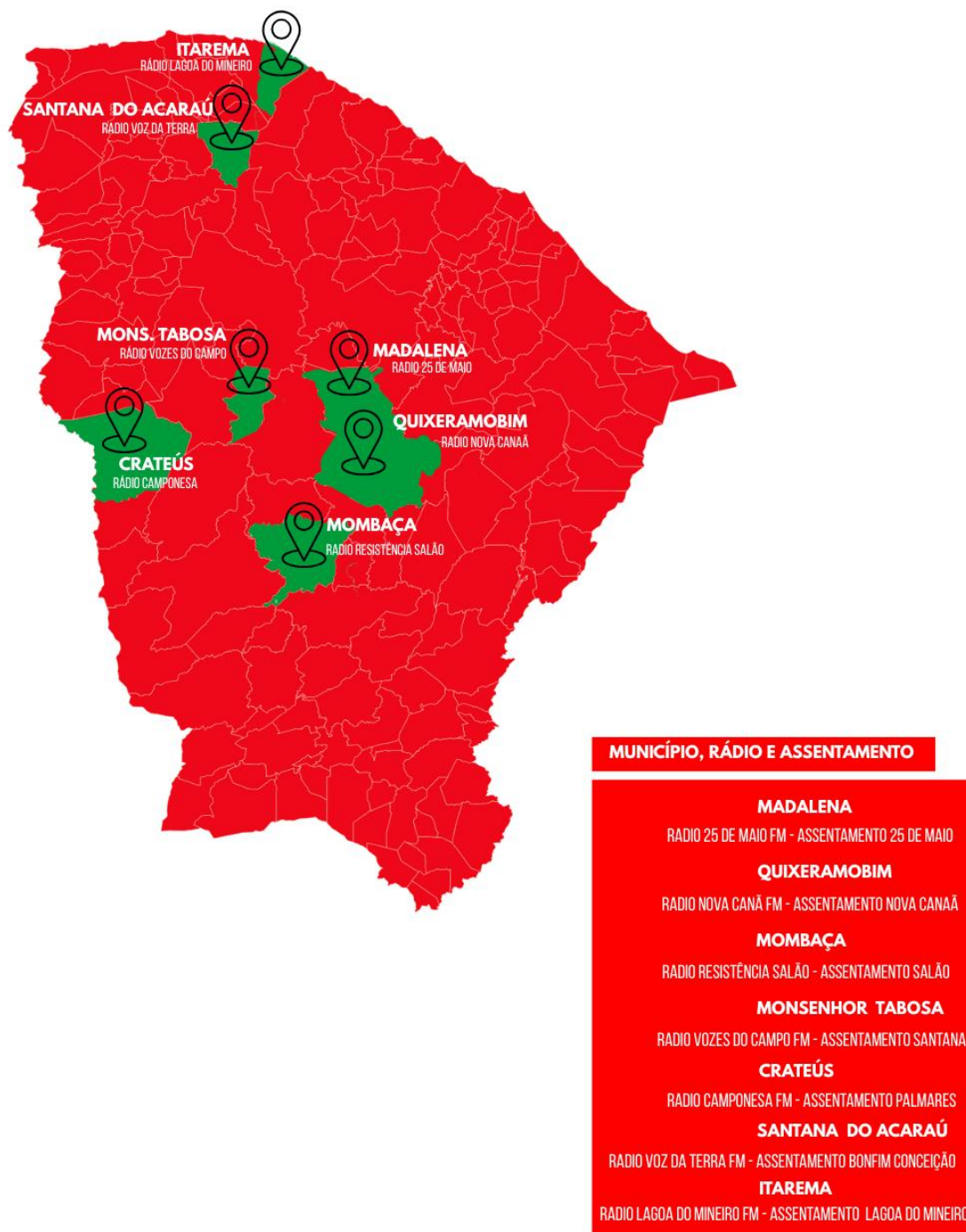
Figura 6 – Reunião no Assentamento Salão, pauta a implantação da Rádio (07/06/2018)



Fonte: Setor de Comunicação do MST (imagem cedida com autorização formal)

O projeto finalizou em julho de 2021, deixou boas estruturas nas rádios e processos formativos que garantem até os dias atuais jovens, mulheres, assentados na condução do espaço. Durante os 3 anos e 6 meses de projeto, todos os coletivos de rádios receberam 4 formações com profissionais da área do rádio para garantir que as rádios permanecessem em funcionamento.

Figura 7 – Mapa onde as rádios do MST Ceará estão localizadas (2025)



Fonte: Renato Araujo (design produzido para dissertação, cedido)

Hoje o Ceará tem sete rádios comunitárias, que são: a Rádio 25 de Maio/Madalena, Lagoa do Mineiro/Itarema, Camponesa Palmares/ Crateús/, Vozes do Campo/Monsenhor Tabosa, Canaã / Quixeramobim, Resistência Salão/Mombaça e a Rádio Som da Terra FM em

Santana do Acaraú, implantada em 2020, durante a pandemia do Covid 19, a qual foi construída por iniciativa direta das famílias assentadas. Importante destacar que todas as rádios do MST estão inseridas dentro de assentamentos de Reforma Agrária.

De acordo com dados fornecidos pelo Setor de Comunicação, apenas cinco rádios estão atualmente em funcionamento, enquanto duas estão inoperantes devido a problemas técnicos decorrentes da situação financeira. As sete rádios mantêm um diálogo constante entre si, e alguns programas são transmitidos em rede. Um exemplo é o programa *Notícia Popular*, produzido pelo jornal *Brasil de Fato Ceará* em parceria com o Setor de Comunicação do MST, que é transmitido nas manhãs de sábado sempre no horário das 11 às 12 horas.

4 SINTONIZANDO A LUTA: A RÁDIO RESISTÊNCIA SALÃO FM 87,9 E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS CAMPONESES SEM TERRA

4.1 O processo de construção da Rádio Resistência Salão Fm 87,9

A Rádio Resistência Salão FM, localizada no Assentamento Salão, em Mombaça, foi fundada em 13 de agosto de 2019, data em que também iniciou suas transmissões. Desde o início, a rádio desempenhou um papel significativo na comunicação da comunidade local, funcionando inicialmente como uma "ocupação do latifúndio do ar", expressão usada por integrantes do coletivo de comunicadores para destacar o caráter de resistência da iniciativa. Porém, a rádio enfrentou intensas perseguições por parte de grupos políticos da região, o que levou à interrupção de suas operações. *"Era um espaço que incomodava, porque dava voz às nossas demandas e fortalecia a articulação local"*, comentou Edu, integrante do coletivo responsável pela rádio.

Após a primeira interrupção forçada, a rádio retomou suas atividades, mas novas denúncias resultaram em uma ação mais severa: a Polícia Federal encerrou suas operações, deixando a emissora inativa por dois anos, entre 2022 e 2023. As denúncias partiram de grupos políticos locais insatisfeitos com o caráter mais político da programação, voltada aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Foi nesse contexto, durante o período de 2022 a 2023, que o setor de comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em parceria com o assentamento e o coletivo de rádios, identificou a necessidade de buscar a legalização da emissora por meio de uma outorga para rádio comunitária. Silvia, integrante do coletivo, destacou em entrevista: *"Entendemos que, para garantir a permanência da rádio, precisávamos buscar caminhos legais. Foi assim que decidimos criar uma associação e dar entrada no pedido de outorga"*.

Ainda, temos que ter clareza, que pedir concessão tem dois problemas: além da grande burocracia, pedi-la é dar o endereço de nossas rádios à polícia, que pode fazer busca e apreensão dos materiais e equipamentos. Uma vez que uma rádio não tem concessão, a Polícia Federal é autorizada a apreendê-la. Nossa concepção deve ser a de Rádio do MST, comunitárias camponesas, construídas pelos Sem Terra em sua organização e luta pela Terra. Reforma Agrária e a Transformação Social. (MST, 2019, p. 46).

O processo de tramitação do pedido de outorga foi longo, durando mais de dois anos. Porém, ao final dessa espera, o coletivo obteve o direito legal de operar como rádio comunitária, garantindo assim o retorno permanente das atividades. Ainda assim, a obtenção da outorga trouxe novos desafios. Como parte das regras para funcionamento, foi necessário

limitar a potência do transmissor a 25 watts, o que reduziu significativamente o alcance da emissora, pois, anteriormente, segundo informações da coordenação da rádio, era utilizado um transmissor de 300 watts. Antes, a rádio conseguia alcançar diversas comunidades vizinhas e até o distrito próximo, mas, com a nova configuração, sua transmissão ficou restrita ao perímetro do assentamento. “O alcance menor foi difícil de aceitar, porque reduz muito o nosso impacto, mas seguimos firmes na missão de informar e fortalecer nossa comunidade”, apontou Silvia.

Figura 8 – Matéria *Jornal Brasil de Fato Ceará* (reinauguração da Rádio – junho 2024)



Fonte: Brasil de Fato¹

Na noite do dia 7 de junho de 2024, a Rádio Resistência FM 87,9 retomou sua operação, consolidando um importante marco em sua trajetória institucional. Apesar de a outorga ter sido concedida em 24 de janeiro de 2024, a conclusão dos processos administrativos, técnicos e estruturais necessários para a reativação da emissora demandou tempo, resultando na retomada das transmissões apenas na referida data. Esse evento assinala não apenas o cumprimento das exigências legais e regulatórias impostas pela legislação vigente, mas também reflete a persistência e o esforço coletivo de seus idealizadores em assegurar a continuidade de um meio de comunicação comunitário.

Em entrevista, Silvia ressaltou a importância desse momento ao afirmar:

¹ Disponível em www.brasildefato.com.br/ce. Acesso em: 10 fev. 2025.

A reativação da Rádio Resistência FM é muito mais do que a retomada de uma frequência nas ondas do ar; ela simboliza uma vitória coletiva de todos aqueles que acreditam na potência das rádios comunitárias como ferramentas de transformação social. Apesar das dificuldades impostas pela burocracia e pelas limitações financeiras, conseguimos resgatar um espaço essencial para difundir nossas pautas, trazer informações, sobretudo, para dar voz à nossa comunidade. (Silvia – pseudônimo, entrevista concedida durante a pesquisa de campo, fevereiro de 2025).

Apesar das limitações, a Rádio Resistência Salão FM consolidou-se como um importante instrumento de comunicação e mobilização no Assentamento Salão. Sua trajetória reflete os desafios enfrentados por iniciativas de comunicação comunitária em áreas de assentamentos, mostrando que, mesmo diante de adversidades políticas e burocráticas, é possível construir espaços legítimos de diálogo e resistência. Silvia destacou os desafios que surgiram para a conquista da outorga de rádio comunitária.

Conseguir a outorga foi um processo longo e trabalhoso, mas acima de tudo, foi um esforço coletivo que mostrou o quanto a rádio era importante para a nossa comunidade. Quando decidimos legalizar a rádio como comunitária, sabíamos que o caminho não seria fácil, afinal, envolvia muita documentação, assinatura, dinheiro e, claro, muita persistência. Primeiro, reunimos 12 membros comprometidos, que seriam a base da nova associação. Fizemos muitas reuniões, noites inteiras discutindo como organizar todos os trâmites. Uma das maiores dificuldades foi conseguir coletar mais de 200 assinaturas, que eram necessárias para dar início ao processo. Isso significava bater de porta em porta pelo assentamento, conversar com cada família, explicar a importância da rádio para a nossa comunidade e mostrar que a legalização era o único caminho para continuarmos funcionando. Não foi simples, mas a receptividade da maioria das pessoas nos motivou. Sabe, cada assinatura era um passo mais perto do nosso objetivo. (Silvia – pseudônimo, entrevista concedida durante a pesquisa de campo, fevereiro de 2025).

Sobre a questão financeira, Silvia relata as dificuldades e como a comunidade se organizou para angariar recursos para conseguir retomar a rádio:

Além disso, precisávamos garantir os recursos financeiros. Tinha toda a burocracia, como registro em cartório, elaboração de estatuto, pagar algumas taxas. Para arrecadar o dinheiro, a comunidade se envolveu de verdade. Organizamos bingos, rifas, até algumas festas simples, tudo sempre muito modesto, mas feito com muito carinho e colaboração. Também buscamos o apoio de pequenos comércios da região, que nos ajudaram do jeito que podiam, com prêmios para as rifas ou até com pequenas doações financeiras. Foi um momento de muita união. Nós sabíamos que, sem isso, a rádio poderia nunca mais voltar. Teve também a questão emocional. (Silvia – pseudônimo, entrevista concedida durante a pesquisa de campo, fevereiro de 2025).

Ao refletir sobre o processo de conquista da outorga, Silvia destacou os desafios emocionais enfrentados e ressaltou que a esperança da comunidade foi fundamental para manter a força da mobilização coletiva:

Durante o processo, lidamos com uma mistura de ansiedade e esperança. A gente sabia que o processo era demorado, mas cada pequeno progresso era uma vitória a

ser celebrada. Não foram raras as vezes em que sentimos vontade de desistir, especialmente quando algum documento demorava muito ou quando parecia surgir outro obstáculo burocrático. Mas nessas horas a força do coletivo fez toda a diferença. Cada vez que alguém na comunidade dizia que sentia falta da rádio e que ela fazia falta para a vida de todos, essa vontade de desistir desaparecia e a gente ganhava um novo fôlego. [...] Quando finalmente recebemos a notícia de que a outorga tinha sido aprovada, foi uma grande alegria para todo mundo. Foi um momento emocionante, porque representava o esforço e o compromisso de toda uma comunidade. Sabíamos que, dessa vez, estávamos oficialmente garantidos, e que a Resistência Salão FM estava de volta – e para ficar. Claro que o alcance menor foi uma dificuldade, mas isso não apagou a conquista. Agora, mais do que nunca, sabemos que a rádio é a nossa voz, e ninguém vai poder nos calar. (Silvia (pseudônimo), entrevista concedida durante a pesquisa, 2025).

Assim, a experiência da Rádio Resistência Salão FM 87,9 apresenta não apenas as dificuldades enfrentadas por rádios comunitárias em contextos de luta social, mas também seu potencial como instrumento político, organizativo e formativo.

A trajetória da Rádio Resistência Salão FM 87,9 exemplifica o conceito de mediação de Martín-Barbero (1997), pois revela que os processos comunicativos no Assentamento Salão não seguem fluxos contínuos, mas são atravessados por conflitos, e negociações culturais cotidianas. Desde a luta pela permanência no ar até o processo coletivo de legalização da emissora, percebe-se o fortalecimento de competências comunicativas e organizativas dos sujeitos locais, que passam a ser produtores ativos – e não apenas receptores – de sentidos e mensagens. Dessa forma, a rádio transforma-se não em um simples canal de informação, mas em um espaço privilegiado de construção coletiva do direito à comunicação, diálogo e resistência popular.

4.2 Comunicadores Sem Terra: perfil, formação e práticas comunicacionais

O entendimento sobre a experiência da Rádio Resistência Salão FM 87,9 exige um olhar atento para os sujeitos que constroem cotidianamente esse espaço de comunicação popular. Nesta seção, apresento o perfil dos comunicadores que integram o coletivo responsável pela rádio, destacando suas trajetórias, motivações, funções desempenhadas e relação com o Assentamento Salão e com o MST.

Para tanto, realizei entrevistas semiestruturadas com 4 comunicadores selecionados por sua atuação direta na rádio em diferentes períodos e funções – da coordenação ao apoio técnico, passando pelos apresentadores dos programas mais tradicionais. As entrevistas, realizadas entre 17 e 22 de fevereiro de 2025, buscaram captar tanto histórias de vida quanto percepções sobre o papel da rádio na vida comunitária e no processo de organização política.

Os comunicadores entrevistados possuem perfis diversos quanto à idade, gênero e experiências anteriores com comunicação, o que contribui para a riqueza do projeto e reflete a pluralidade do público da emissora. Essa compreensão da pluralidade dos saberes é destacada por Amélie, do setor de comunicação do MST Ceará, ao comentar sobre a dinâmica interna da rádio:

As nossas rádios têm esse diferencial. Aqui tem pessoas com formação superior, assim como tem camponeses que sabem apenas assinar o nome. Aqui, todo conhecimento é aproveitado. Temos a compreensão de que ninguém sabe mais ou menos, apenas temos saberes diferenciados, e nosso povo acaba por se identificar com quem conduz, porque são os iguais. É dona Maria, que cuida da horta, do quintal produtivo, que está lá sendo a comunicadora. Então, assim, acabam se enxergando no processo, se sentindo representados, numa linguagem popular e simples. (Entrevista com Amélie, fevereiro de 2025).

O relato de Amélie evidencia como a rádio se constrói a partir do reconhecimento e da valorização dos diferentes saberes presentes no assentamento.

Para preservar a privacidade e a identidade das fontes entrevistadas, todos os nomes utilizados nesta seção são fictícios, adotados exclusivamente para fins éticos e de confidencialidade, conforme recomendam as boas práticas de pesquisa.

O primeiro perfil que trago é de Edu, professor de 31 anos, formado em Ciências Biológicas. Ele atua tanto na escola do campo quanto na rádio e, antes de chegar na região, na sua juventude, já teve experiência em rádio, como comunicador. Desde que chegou ao assentamento Salão, em 2018, iniciou processos formativos na área do rádio, especialmente a partir da implantação da Rádio Resistência Salão FM.

A segunda comunicadora é Janaína, jovem de 19 anos, com ensino médio completo, nascida e criada no assentamento. Como representante da juventude, ela traz domínio de ferramentas digitais, conhecimento dos gostos do público jovem e renovação para a rádio, buscando um diálogo direto com esse público.

O terceiro perfil é João Batista, de 43 anos, com ensino médio, assentado desde 2004. Com experiência em funções de liderança no assentamento, ele mantém forte envolvimento nas iniciativas coletivas e nas práticas culturais do território.

Por fim, Lúcia é uma mulher de 59 anos, assentada da Reforma Agrária há mais de trinta anos, cuja escolarização se restringe à alfabetização, sabe apenas assinar o nome e lê com dificuldade. Sua atuação como comunicadora evidencia a valorização do saber cotidiano e das vozes populares, assegurando à rádio pluralidade e inclusão de sujeitos.

A escolha desses perfis reafirma a intenção de dar voz a distintas gerações e condições sociais, fortalecendo o papel da rádio como espaço aberto à expressão, à escuta e à

participação de toda a comunidade. Esse protagonismo dos sujeitos populares e a atuação da rádio como espaço democrático dialoga com Peruzzo (2009, p. 49), ao afirmar:

Em síntese, a comunicação popular, alternativa e comunitária se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida, que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do ‘povo’. Possui conteúdo crítico emancipador e reivindicativo e tem o ‘povo’ como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa.

A experiência de Edu, comunicador popular da Rádio Resistência Salão FM, ilustra o caráter coletivo, inclusivo e emancipador que a comunicação popular adquire no assentamento. Seu depoimento evidencia como a rádio integra, mobiliza e representa a pluralidade de vozes e saberes da comunidade, tornando-se verdadeiro instrumento de participação e transformação social:

O que sempre me chamou mais atenção na experiência da rádio, desde o começo, foi essa possibilidade de envolver todo mundo, de verdade. Aqui, a rádio nunca foi projeto de uma ou duas pessoas – é fruto das vontades, das necessidades e das ideias do assentamento inteiro. Quando a gente vai pensar a grade de programação, definir horários ou decidir o que precisa ser falado no ar, sempre é feito em conjunto, com muita conversa entre o grupo de comunicadores e também com o apoio da associação e das lideranças do assentamento.

Na prática, o que acontece é que a rádio vai tomando a cara do povo daqui. São as músicas que a comunidade gosta, as notícias que fazem diferença pro trabalhador do campo, os avisos das reuniões, informações sobre saúde, produção, direitos. Isso só é possível porque a participação popular é de verdade: tem gente de mais idade, jovem, mulher, gente que nunca falou num microfone antes, mas que chega junto, aprende, contribui do seu jeito. A gente se esforça para que ninguém se sinta excluído por falta de estudo ou de experiência. Tem agricultor que só sabe assinar o nome, mas está lá, ajudando a operar o som, apresentando quadro de dicas, trazendo os casos da comunidade ao vivo.

Acho lindo ver como os moradores se sentem parte da rádio. O povo manda recado pelo WhatsApp, faz pedido musical, sugere tema, compartilha uma notícia importante. Quando alguém ouve seu nome sair no ar, os olhos brilham. Ninguém é só ouvinte; todo mundo vira comunicador de alguma forma. O microfone vira uma extensão do assentamento, seja para dar um aviso de última hora, chamar o povo pra mobilização, preparar a campanha de vacinação ou só animar o final de semana com forró e música sertaneja. (Entrevista Edu, fevereiro de 2025, Assentamento Salão, Mombaça)

Tal protagonismo dos comunicadores, aliado à linguagem próxima do cotidiano, mostra que a rádio vai além da simples transmissão de informações, estabelecendo um diálogo real com a comunidade. Como afirma Martín-Barbero (2001, p. 294):

O apresentador-animador [...] mais do que um transmissor de informações, é na verdade um interlocutor, ou melhor, aquele que interpela a família convertendo-a em seu interlocutor. Daí seu tom coloquial e a simulação de um diálogo que não se restringe a um arremedo do clima ‘familiar’.

Apesar das dificuldades enfrentadas — seja com a falta de pessoas para preencher todos os horários na programação ou pela maioria não possuir formação em comunicação — Edu enfatiza que o desejo de fazer junto, em coletivo, sempre se sobrepõe aos obstáculos:

Pra mim, a rádio representa o melhor do que é o espírito do assentamento e do MST: todo saber é valorizado, ninguém fica de fora, e a gente vai se formando, crescendo e construindo junto, aprendendo uns com os outros. Até quem tem mais experiência, como foi meu caso por já ter trabalhado em rádio comercial antes, sempre aprende coisa nova aqui.

O mais importante é ver que a rádio acaba impactando pra além do que a gente imagina. Ela conecta as pessoas, chama o povo pra luta, organiza a vida do assentamento, quebra isolamento das famílias e reforça essa ideia de que, quando trabalhamos coletivamente, somos mais fortes. Quando olho pra trás e vejo quantas vozes diferentes já passaram pelos microfones da Rádio Resistência, sinto muito orgulho de fazer parte deste coletivo. Pra mim, nosso maior sucesso é ver cada vez mais gente se sentindo à vontade pra falar, participar, ser comunicador do seu jeito — afinal, a rádio é de todos nós. (Entrevista Edu, fevereiro de 2025, Assentamento Salão, Mombaça)

Assim, para além da teoria, as vivências dos comunicadores populares revelam, com profundidade e sensibilidade, o sentido transformador da comunicação comunitária nos assentamentos da Reforma Agrária. O depoimento de Edu expõe exemplarmente como a rádio se faz espaço de formação, mobilização e pertencimento coletivo, valorizando saberes locais, construindo novas sociabilidades e fortalecendo o protagonismo dos sujeitos do campo.

Assim como Edu, o relato de Dona Lúcia exemplifica a força da comunicação popular como espaço de inclusão, aprendizagem compartilhada e construção da cidadania no campo. Sua trajetória, marcada inicialmente pelo receio e pelo estranhamento diante do microfone, revela como a participação na rádio transforma realidades e subjetividades, especialmente para mulheres camponesas historicamente afastadas dos espaços de fala pública. Em seu testemunho, Lúcia narra, com simplicidade e emoção, o processo de descoberta, pertencimento proporcionado pela rádio comunitária.

Nunca imaginei que um dia eu ia ser comunicadora numa rádio, não. Sempre fui dessas de calçar a bota de manhã, mexer na terra, catar feijão, criar galinha, cuidar de filho. Estudei pouco, só assino o nome mesmo, e sei ler um pouco, e sempre achei que esse negócio de microfone era coisa de gente estudada. Tinha medo de errar, de não ter o que dizer.

A verdade é que a gente camponesa nasceu ouvindo mais do que falando, né? Antes de ser assentada, eu já morava aqui por perto, e tudo que a gente conquistou foi com luta, plantando esperança e fé nesse chão. Então, quando falaram da vinda da rádio aqui pro assentamento, achei bonito, mas não pensei que servisse pra mim, não... Mas aí o pessoal começou a indicar meu nome, dizendo: 'Vem, Dona Lúcia, faz um programa', e eu fui entrando, devagar. Lembro do meu primo lá de Tauá, que já apresentava programa numa rádio de lá, dizia que eu tinha 'voz boa', mas eu achava graça e nem ligava. (Entrevista Lúcia, fevereiro de 2025, Assentamento Salão, Mombaça)

Sobre sua atuação na rádio, Dona Lucia fala da insegurança que foi superando ao longo do tempo e da surpresa que teve com a interação no programa que conduz:

Olhe, passar por cima desse medo foi coisa das outras mulheres e dos meninos me ajudando, ensinando a mexer nas coisas, botar música no youtube, no zarádio pra tocar, apertar botão, mexer no WhatsApp. Nunca imaginei receber áudio do pessoal, povo pedindo música, dando recado, mandando beijo pros netos! Eu fico ali, sentome na cadeira do estúdio, pego o caderno de anotar e vou lendo as mensagens no celular, tocando forró, contando história do tempo antigo, passando segredo de remédio de mato, avisando das reuniões ou falando dos direitos do trabalhador do campo. Tem domingo que chega tanta mensagem que não dou conta [...] mas é só alegria. (Entrevista Lúcia, fevereiro de 2025, Assentamento Salão, Mombaça)

Lúcia destaca o papel da rádio no cotidiano das famílias assentadas e sobre a inclusão de todos no espaço da rádio:

Essa nossa rádio, pra mim, não é só para passar notícia, não. É pra juntar o povo, dar força, animar, fazer companhia – e ensinar também. A rádio é onde a gente aprende a se escutar e a se valorizar, principalmente nós que sempre fizemos e vivemos na lida, mas pra falar em público nunca fomos chamados. Aqui, cada um tem um horário: tem hora de mulher, de jovem, dos que têm mais idade. Eu mesma gosto mais é dos programas feitos por nós, com a nossa fala, a nossa música e a nossa verdade.

Pela rádio eu fico sabendo das coisas da reforma agrária, das políticas para os assentados, das conquistas do MST, das novidades do estado.

Na rádio eu sou comunicadora, mas sempre estou junto nas reuniões do coletivo, nos mutirões de limpeza, nas articulações quando dá algum defeito, é tudo nosso, então a gente cuida. Meu maior orgulho é ver gente do nosso assentamento, mulher feita ou rapaz novo, tomando gosto pelo rádio, perdendo a vergonha e se encontrando nos microfones.

Aqui todo mundo é um pouco comunicador, mesmo quem só manda recado na hora do almoço. A rádio serviu para mudar a cara do assentamento e pra mim foi coisa bonita, de coragem e esperança. Eu só tenho a agradecer. Esse rádio é do povo, não tem dono: é de quem quiser chegar e falar junto. (Entrevista Lúcia, fevereiro de 2025, Assentamento Salão, Mombaça)

As trajetórias de Edu, Lúcia, Janaína e João Batista evidenciam, por sua diversidade geracional, de gênero e de experiências, a resistência concreta da comunicação popular como processo de inclusão, formação coletiva e constituição de sujeitos históricos no contexto do assentamento. Conforme Martín-Barbero (2004), compreender o sentido dessas experiências exige atenção às múltiplas zonas da realidade cotidiana ainda pouco exploradas, sendo necessário adotar perspectivas sensíveis aos territórios menos visíveis, onde emergem práticas, afetos e novos modos de pertencimento articulados pela comunicação popular.

Da mesma forma, Peruzzo (2009) destaca que a comunicação popular, alternativa e comunitária constitui-se como instrumento político das classes subalternas, à medida que expressa seus anseios e contribui para o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Dessa maneira, observa-se que o cotidiano das rádios comunitárias nos assentamentos evidencia, acima de tudo, a capacidade dos sujeitos em criar espaços próprios

de fala, escuta e mobilização, transformando a comunicação em direito efetivamente exercido e caminho para a autonomia dos grupos populares.

4.3 Programação diária da Rádio

A programação da Rádio Resistência Salão FM reflete o cotidiano do Assentamento Salão, situado no município de Mombaça. A programação tem início às 6 da manhã e segue até às 20 horas, com o programa A Voz do Brasil, que é uma transmissão obrigatória em todas as rádios legalizadas no Brasil, exceto aos sábados, domingos e feriados. Essa obrigação é regulamentada pelo Código Brasileiro de Telecomunicações e pela Lei n.º 4.117/1962.

Organizada por e para os assentados e assentadas, a grade diária oferta conteúdos que surgem a partir das demandas e do universo local, fortalecendo a ideia de rádio comunitária, que, como afirma Nunes (2008, p. 98), busca-se, a partir de um “[...]caráter comunitário, trabalhar com conteúdo retirados do cotidiano local, do que une a todos na vida real e no dia a dia. É essa a cultura do cotidiano que aproxima e identifica os indivíduos em uma comunidade”.

Nesse sentido, vale ressaltar que não se trata de qualquer emissora intitulada “comunitária”, mas sim daquelas que, de fato, constituem-se como espaços de participação coletiva, transmitem conteúdos de interesse social atrelados à realidade local, não perseguem fins lucrativos e promovem a democratização da informação e o fortalecimento da cidadania. Sobre isso, Cecília Peruzzo (2007, p. 2) destaca que:

A rádio comunitária que faz jus a este nome é facilmente reconhecida pelo trabalho que desenvolve. Ou seja, transmite uma programação de interesse social vinculada à realidade local, não tem fins lucrativos, contribui para ampliar a cidadania, democratizar a informação, melhorar a educação informal e o nível cultural dos receptores sobre temas diretamente relacionados às suas vidas. [...] Enfim, se baseia em princípios da comunicação libertadora que tem como norte a ampliação da cidadania.

Assim, a Resistência Salão FM concretiza esse ideal ao desenvolver uma programação que emerge das demandas da vida cotidiana do assentamento. Ao vivo ou gravada, a transmissão da Resistência Salão FM é uma presença permanente nos lares. Seja no microfone do pequeno estúdio ou ecoando nas vilas do assentamento, a rádio faz da informação uma ferramenta de autonomia, organização popular e construção de um projeto coletivo de vida digna no campo. O quadro a seguir apresenta a grade de programação semanal da Rádio Resistência Salão FM, demonstrando o papel central da emissora na vida do assentamento, tanto como fonte de notícia quanto como espaço de cultura, fé, diálogo e participação popular.

Quadro 2 – Grade de programação da Rádio Resistência Salão FM 87,9

Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
06:00 – 07:00	Manhã Camponesa	Manhã Camponesa	Manhã Camponesa	Manhã Camponesa	Manhã Camponesa		
07:00 – 08:00							Transmissão da Missa
08:00 – 09:00	Show da Manhã	Show da Manhã	Show da Manhã	Show da Manhã	Show da Manhã	A Voz da Mulher Camponesa (8h às 11h)	
09:00 – 10:00	Hora do Brega	Hora do Brega	Hora do Brega	Hora do Brega	Hora do Brega		
10:00 – 11:00	Democracia no Ar	Democracia no Ar	Democracia no Ar	Democracia no Ar	Democracia no Ar		
11:00 – 12:00	Bem Viver (Brasil de Fato)	Bem Viver (Brasil de Fato)	Bem Viver (Brasil de Fato)	Bem Viver (Brasil de Fato)	Bem Viver (Brasil de Fato)	Notícias Popular	
12:00 – 13:00	Hora do Esporte	Hora do Esporte	Hora do Esporte	Hora do Esporte	Hora do Esporte	MST Informa (Brigada Florestan Fernandes)	
13:00 – 14:00						Vida e Paz (13h às 15h)	
14:00 – 16:00	Igreja Católica	Educação em Movimento	Momento de Fé	Educação em Movimento	Igreja Católica Salão		Domingo de Sucessos
15:00 – 16:00							
16:00 – 17:00	Forrozão Quebrada	Forrozão Quebrada	Forrozão Quebrada	Forrozão Quebrada	Forrozão Quebrada	Restaurando Famílias	Som da Viola
17:00 – 18:00							
18:00 – 19:00	Vida e Paz						
19:00 – 20:00	A Voz do Brasil	A Voz do Brasil	A Voz do Brasil	A Voz do Brasil	A Voz do Brasil		

Fonte: Rádio Comunitária;

Nota: Programação semanal da Rádio Comunitária Resistência Salão FM (2025/17 a 22 de fevereiro)

A programação da Rádio Resistência Salão FM 87,9 reflete diretamente o envolvimento da comunidade e o compromisso com as pautas do assentamento e do MST de um modo geral, tendo sido construída de modo coletivo e adaptada às necessidades e interesses dos ouvintes locais. Observa-se que a grade contempla uma diversidade de conteúdos, abrangendo tanto temas informativos quanto culturais e educativos, distribuídos ao longo da semana de forma a otimizar os conteúdos por área de interesse.

Para ilustrar de maneira mais concreta como esses princípios se manifestam na prática cotidiana da emissora, apresentamos a seguir alguns destaques da atual grade de programação da Rádio Resistência Salão. Esses programas refletem a diversidade temática, o compromisso com a formação política e a condução coletiva que caracterizam a atuação da rádio, evidenciando sua função como espaço de diálogo, cultura e organização comunitária.

Figura 9 – Card de divulgação do Programa Democracia no Ar (2025)



Fonte: Coletivo da Rádio Resistência Salão FM (cedido-divulgação)

O programa *Democracia no Ar* é produzido, desde 2019, por uma rádio web parceira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A atração é retransmitida pelas rádios comunitárias vinculadas ao setor de comunicação do Movimento. Na rádio Resistência Salão é transmitido todos os dias de segunda a sexta das 10 às 11. Trata-se de um programa de entrevistas que aborda temas relacionados à conjuntura política, especialmente no contexto dos movimentos populares.

Figura 10 – Card de divulgação do Programa Bem Viver (2025)



Fonte: Coletivo de Comunicação da Rádio Resistência Salão FM 87,9

O programa *Bem Viver* é uma produção do Brasil de Fato nacional, realizada em parceria com o coletivo de rádio do MST. Diariamente, de segunda a sexta-feira, o programa é disponibilizado em formato gravado para que as rádios parceiras possam reproduzi-lo em sua programação. Na Rádio Resistência é transmitido das 11 às 12 de segunda a sexta-feira.

Figura 11 – Card divulgação do Programa Notícia Popular (2025)



Fonte: Coletivo de Comunicação da Rádio Resistência Salão FM 87,9 (divulgação-cedido)

O programa *Notícia Popular* apresenta notícias do estado do Ceará e entrevistas sobre temas da conjuntura, sendo apresentado pelo jornalista Francisco Barbosa. É uma realização do Brasil de Fato e do Setor de Comunicação do MST. O programa é gravado e transmitido pela Rádio Resistência Salão, aos sábados, das 11h às 12h.

Figura 12 – Card divulgação do Programa Show da Manhã (2025)



Fonte: Coletivo de Comunicação da Rádio Resistência Salão FM 87,9 (divulgação-cedido)

O programa *Show da Manhã* é apresentado pela comunicadora Jennifer Pedrosa, das 9h às 10h. Trata-se de uma atração musical que abrange um repertório variado, incluindo músicas de MPB, forró, sertanejo, além de canções de louvor e adoração.

Figura 13 – Card divulgação do Programa Show da Manhã (2025)



Fonte: Coletivo de Comunicação da Rádio Resistência Salão FM 87,9 (divulgação-cedido)

O programa *Forrozão Quebradas do Sertão* é apresentado pelo comunicador Antônio Leotério, assentado da Reforma Agrária. Vai ao ar de segunda a sexta-feira, das 16h às 18h, destacando-se por sua animação e intensa participação dos ouvintes por meio do aplicativo WhatsApp.

Ao analisar o quadro da programação, percebe-se a predominância de alguns formatos-chave: programas musicais, programas jornalísticos/informativos, boletins comunitários e quadros de entrevistas e debates. Os programas musicais, presentes em praticamente todos os dias, cumprem um papel de entretenimento, valorização da cultura popular e criação do vínculo comunitário entre as famílias. Essa dimensão cultural se entrelaça frequentemente aos comentários e relatos do cotidiano do campo, fortalecendo o sentimento de pertencimento ao território. Nesse sentido, como afirma Martín-Barbero (2001, p. 289):

Na percepção popular, o espaço doméstico não se restringe às tarefas da reprodução da força de trabalho. Pelo contrário, e frente a um trabalho marcado pela monotonia e despojado de qualquer atividade criativa, o espaço doméstico representa e possibilita um mínimo de liberdade e iniciativa. Da mesma forma, nem toda forma de consumo é interiorização dos valores das outras classes. O consumo pode falar e fala nos setores populares de suas justas aspirações a uma vida mais digna.

Os blocos informativos, como os noticiários e os boletins de serviços, asseguram a circulação de informações relevantes para a vida no assentamento, como avisos das reuniões da associação, do MST, questões de produção agroecológica, convocações para assembleias ou eventos, além de campanhas de utilidade pública, como é o caso da campanha permanente de combate às violências contra as mulheres, LGBTs e idosos, a campanha contra os agrotóxicos e pela vida, a campanha permanente do plantio de árvores, entre outras. A participação ao vivo de representantes dos setores do movimento e membros da comunidade amplia a legitimidade das informações e estimula o engajamento do assentamento.

Outro formato importante é o das entrevistas e debates, que propiciam espaço tanto para lideranças quanto para moradores expressarem opiniões, relatarem experiências e levantarem demandas coletivas. Esse tipo de quadro caracteriza a rádio como um território de diálogo horizontal, reforçando a natureza participativa e pedagógica da comunicação popular e comunitária.

Além disso, nota-se a presença de conteúdos voltados à formação política, com programas que recuperam a história do MST, resgatam datas simbólicas e promovem reflexões sobre direitos, cidadania e organização popular. Tais características evidenciam a função educativa da rádio, indo além do informativo para atuar na construção de sujeitos críticos.

Segundo Peruzzo (2007), as rádios comunitárias efetivamente educativas devem basear-se na gestão democrática, estimulando a participação direta e autônoma dos ouvintes não só na administração, mas também na produção e avaliação dos conteúdos. O compromisso com a pluralidade se reflete em programações diversas e abertas ao diálogo, respeitando valores éticos e contemplando a cultura, os interesses e as necessidades locais.

A autora destaca ainda a importância de oferecer espaços para a criatividade popular, de promover debates e garantir que a utilidade pública, a inclusão de diferentes segmentos sociais e o estímulo ao protagonismo, especialmente de jovens e mulheres, orientem constantemente as práticas das rádios. Esses princípios, aliados à busca contínua de avaliação coletiva e aprimoramento, tornam possível uma ação educ comunicativa centrada na cidadania e no desenvolvimento local.

A partir das entrevistas, rodas de conversa e da análise de documentos produzidos ao longo do processo organizativo da rádio, observa-se que essas características estão presentes na dinâmica de criação e execução da programação. Isso evidencia que a construção da grade programática da rádio comunitária é resultado de um processo colaborativo e educativo, em que diferentes sujeitos coletivos participam ativamente, reforçando o caráter formativo da emissora.

Portanto, a combinação desses formatos expressa a identidade diversa da Rádio Resistência Salão, que se propõe a ser mais do que um instrumento de transmissão de mensagens, configurando-se como espaço de construção coletiva, circulação de saberes e fortalecimento dos vínculos sociais e políticos da comunidade. A escolha e a manutenção dessa grade de programação evidenciam a preocupação com uma comunicação inclusiva, autônoma e alinhada às demandas históricas do assentamento e do MST.

4.4 A rádio Resistência Salão FM e a relação com as famílias assentadas: formação e processos organizativos

A experiência da Rádio Comunitária Resistência Salão FM 87,9 constitui-se como um elemento central para compreender os processos de formação política e de organização social nas famílias do Assentamento Salão. Mais do que um meio de comunicação, a rádio nasce como espaço de encontros, troca de saberes e fortalecimento da cultura camponesa.

A escuta atenta e o envolvimento das famílias assentadas com a programação demonstram como o veículo é, de forma articulada, instrumento de informação, expressão coletiva e organização popular.

Ao longo deste processo de pesquisa, observa-se que a rádio desempenha papel fundamental na articulação de atividades formativas, no estímulo ao debate de questões locais e na mobilização para ações conjuntas de fortalecimento do coletivo. A proximidade entre equipe da rádio e as famílias assentadas favorece a participação ativa, permitindo que as demandas, desafios e conquistas dos assentados sejam pautados e ampliados por meio das ondas radiofônicas.

Esse papel articulador e formativo da rádio também se revela nas falas dos próprios assentados/as do assentamento Salão. A Sra. Antônia, ouvinte frequente da programação, ressalta como a presença da Resistência Salão FM impacta o cotidiano e incentiva a participação comunitária:

Para nós aqui do assentamento, a rádio faz muita diferença. Sempre teve espaço para falar das coisas que a gente vive, das dificuldades, das conquistas e do que estamos organizando. Gosto porque escuto minha família sendo mencionada, escuto as notícias que interessam para a gente e posso sugerir também o que gostaria de ouvir. Quando a rádio ficou um tempo parada, sentimos muita falta, porque ela ajuda a animar o nosso dia, juntar as pessoas e até lembrar dos programas importantes da comunidade. Eu vejo que hoje todo mundo pode participar, mandar mensagem, pedir música, se informar sobre as reuniões e as coisas que estão acontecendo. Isso tem melhorado bastante nosso jeito de conversar e organizar as coisas daqui. (Entrevista Antônia – pseudônimo, fevereiro de 2025, Assentamento Salão, Mombaça).

Nesse sentido, a experiência da Resistência Salão FM confirma o entendimento de Peruzzo (2009) sobre o papel das rádios comunitárias, que, segundo a autora:

Desempenham importante papel no processo de conscientização e mobilização social sobre questões relativas à vida de segmentos da população empobrecidos e discriminados socialmente. Sua programação é de interesse público e está a serviço dos grupos organizados das classes subalternas e/ou das localidades nas quais se inserem, o que faz com que contribuam para o desenvolvimento social (Peruzzo, 2009, p. 1).

Assim, observa-se que a rádio está inserida ao cotidiano do assentamento, desempenhando funções que vão além da simples transmissão de informações. A Resistência Salão FM tem se mostrado um instrumento fundamental de formação política, organização coletiva e circulação de saberes. Apesar das dificuldades e limitações existentes, mantém-se a gestão coletiva e é possível identificar importantes potencialidades, especialmente na maneira como a rádio contribui para estruturar e fortalecer os coletivos do território.

Essa atuação se materializa, por exemplo, na construção participativa de regimentos internos que se desdobra em um conjunto de normas de funcionamento e acordos coletivos, que pautam tanto as dinâmicas da própria rádio quanto a vida comunitária dos assentados. Como destaca Amélie sobre o objetivo da criação do Regimento Interno da Rádio;

As normas da rádio foram construídas pelo nosso coletivo e são para ser seguidas por todas e todos que fazem parte dele. A gente sempre busca que elas estejam baseadas nos princípios organizativos do nosso movimento, para garantir que haja respeito, responsabilidade e compromisso comum. Isso vai desde o cuidado com o nosso patrimônio, como os equipamentos e o espaço do estúdio, até as atitudes do dia a dia: como tratamos uns aos outros, como convivemos e como lidamos com os desafios juntos. Nós procuramos cuidar bem das estruturas que conquistamos, porque sabemos do esforço que foi para conseguir cada coisa – e porque cada detalhe da rádio é fruto do trabalho e da unidade do grupo. Então, manter as normas não é só uma questão de disciplina, mas de fortalecer o coletivo, preservar o que é nosso, valorizar a história da rádio e garantir que a comunicação continue sendo feita de forma justa, ética e aberta para todos. (Entrevista com Amélie – pseudônimo, fevereiro de 2025).

O regimento interno da Rádio Resistência Salão FM 87,9 estabelece a linha editorial e os objetivos centrais da rádio, reconhecendo seu papel como instrumento de formação, informação, organização e mobilização dos assentados. Nesse documento, destaca-se o compromisso da rádio com a cultura, o lazer, o desenvolvimento humano e a luta dos trabalhadores rurais, em sintonia com os princípios e os objetivos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O regimento aponta que todos os comunicadores e membros do coletivo da rádio integram o setor de comunicação do MST/Ceará, expressando sua orientação política e o compromisso explícito com a classe trabalhadora.

A partir da leitura atenta, percebe-se que, para garantir o bom funcionamento da rádio, o regimento prevê uma estrutura organizacional composta por três coordenações: Política, Técnica e Financeira, cada uma com funções definidas. A Coordenação Política é responsável pela articulação com organizações e o acompanhamento da programação; a Coordenação Técnica se ocupa do funcionamento dos equipamentos e suporte aos comunicadores; e a Coordenação Financeira administra as finanças, garantindo transparência e captação de apoios para a rádio. Essa divisão de tarefas tem por objetivo promover a autogestão e o fortalecimento do coletivo.

As normas do regimento disciplinam também a participação dos comunicadores, prevendo reuniões mensais e exigindo engajamento nas formações e atividades promovidas pela rádio. Faltas injustificadas ou desrespeito aos membros do coletivo podem resultar em medidas disciplinares pedagógicas, sempre debatidas entre os integrantes. A presença ativa dos comunicadores nas assembleias e reuniões do assentamento também é ressaltada como condição indispensável, reforçando o vínculo orgânico entre rádio e comunidade.

Outra dimensão importante do regimento está relacionada ao conteúdo e à condução da programação. A grade de programas é definida coletivamente e qualquer alteração precisa ser debatida pelo grupo. Proíbe-se a autopromoção individual em nome da rádio, priorizando a divulgação das lutas populares e dos eventos do Movimento Sem Terra, assegurando que o microfone se mantenha a serviço das pautas coletivas e do interesse público.

Por fim, o regimento incorpora normas para o uso adequado do estúdio, garantindo um ambiente respeitoso e organizado. São vedados comportamentos e práticas incompatíveis com o espaço comum, como fumar, portar armas, consumir bebidas alcoólicas ou comida no estúdio.

Os casos omissos ou situações excepcionais são resolvidos de forma democrática pelo coletivo de comunicadores ou, se necessário, por todo o assentamento em assembleia geral, que é a instância máxima da comunidade. Assim, o regimento reflete não só um instrumento normativo, mas também um exercício de autogestão e construção coletiva, fundamental para a democracia interna e a sustentação do projeto de comunicação popular.

Inspirada na perspectiva de Paulo Freire, a construção do regimento interno da rádio reflete a busca por uma comunicação autêntica, baseada em reciprocidade, diálogo e coparticipação. Como enfatiza Freire (1983, p. 45), “a comunicação [...] implica uma reciprocidade que não pode ser rompida”, sendo, portanto, indispensável “o acordo entre os sujeitos, reciprocamente comunicantes”.

Assim, as normas e acordos produzidos coletivamente vão além da mera formalidade, representam a capacidade organizativa e autônoma dos sujeitos, e materializam o princípio da educação como prática do diálogo. Dessa forma, a organização interna da rádio se transforma numa experiência educativa, afirmando a autonomia dos comunicadores e fortalecendo os laços comunitários.

Assim como o Regimento Interno foi criado para facilitar o cumprimento das normas estabelecidas, o coletivo também criou a associação, por questões burocráticas para conseguir a outorga, mas também para contribuir nas orientações e divisões das tarefas. Como analisa Martín-Barbero (2002), tais processos organizacionais são atravessados por diferentes regimes de mediação, envolvendo normas, práticas, técnicas e rituais sociais.

As relações entre as Matrizes Culturais e as Lógicas de Produção são mediadas por distintos regimes de institucionalidade. As relações entre as Matrizes Culturais e as Competências de Recepção e Consumo estão mediadas por diversas formas de socialidade. Entre as Lógicas de Produção e os Formatos Industriais estão as tecnicidades e, finalmente, as ritualidades medeiam os Formatos Industriais e as Competências de Recepção/Consumo. (Martín-Barbero, 2002, p. 227)

Nesse sentido, percebe-se que a estrutura organizativa da rádio comunitária Resistência Salão FM articula diferentes dimensões, integrando normas institucionais, práticas cotidianas, técnicas de produção e rituais próprios da vida coletiva. Isso potencializa a comunicação popular como um processo vivo, educativo e democrático, conformando espaços de participação e auto-organização.

O regimento dialoga com o debate da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vozes da Resistência, tendo como objetivos organizar e orientar os moradores de sua região na defesa de seus interesses e promover atividades que favoreçam a qualidade de vida, o desenvolvimento local e a integração comunitária. Entre suas finalidades estão: divulgar informações de utilidade pública, incentivar práticas culturais, esportivas e educativas, elaborar projetos de urbanização, executar ações de proteção socioeducativa a crianças, adolescentes e famílias, promover a inclusão digital, articular parcerias comunitárias e institucionais, além de operar uma rádio comunitária FM com caráter educativo, artístico, cultural e informativo, respeitando sempre valores éticos e sociais.

A estrutura organizativa é composta pela Assembleia Geral (órgão máximo deliberativo, formada pelos associados), pela Diretoria Executiva (com Diretor-Presidente, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro), pelo Conselho Fiscal (três membros efetivos e suplentes) e pelo Conselho Comunitário (supervisor da programação da FM Comunitária, com representantes de entidades locais). Os associados dividem-se em fundadores, contribuintes e

colaboradores, sendo garantidos direitos, como voz e voto, nas decisões e o dever de contribuir para os objetivos coletivos, respeitar o estatuto e zelar pelo bom funcionamento da entidade.

Além do Regimento Interno, Ata de fundação e diretoria, também existe o Estatuto que regula o funcionamento da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vozes da Resistência, uma associação sem fins lucrativos fundada em 13/04/2021 em Mombaça-CE, que atua principalmente no Distrito Manoel Correia, no município de Mombaça. O documento estabelece os princípios, objetivos, direitos e deveres dos associados, bem como a administração, patrimônio e regras de funcionamento da associação.

A Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vozes da Resistência tem como objetivos representar, organizar e orientar os moradores do Distrito Manoel Correia e regiões adjacentes na defesa de seus interesses e na busca por melhorias da qualidade de vida e condições de trabalho. Também tem como objetivo promover atividades educativas, culturais, esportivas, ambientais, de saúde, segurança, lazer e inclusão social, por meio de cursos, eventos e projetos comunitários.

Entre suas finalidades estão ainda mapear desafios locais e propor soluções para serviços públicos, desenvolver programas de proteção social para crianças, adolescentes, famílias, idosos e pessoas com deficiência, incentivar a inclusão digital e a integração ao mercado de trabalho, além de articular parcerias com entidades governamentais e não governamentais. A associação é responsável pela execução e operação da Rádio Comunitária FM 87,9, que tem caráter educativo, artístico, cultural e informativo, sempre pautada pelo respeito aos valores éticos, sociais e pelo princípio da não discriminação, promovendo a participação comunitária, a valorização das expressões identitárias locais, o lazer e o convívio social.

Já o Regimento Interno da Rádio tem o objetivo de zelar pelo bom funcionamento do instrumento. É um conjunto de normas criadas pelos próprios assentados e membros do coletivo, e tem por objetivos:

- 1) Representar, organizar e orientar moradores do distrito em defesa de seus interesses e qualidade de vida;
- 2) Promover atividades culturais, educativas, esportivas, ambientais, de lazer, meio ambiente, saúde, segurança etc.;
- 3) Pesquisar problemas comunitários e planejar melhorias urbanas e de serviços;

- 4) Realizar projetos sociais e de proteção para crianças, adolescentes, famílias, idosos e pessoas com deficiência;
- 5) Estimular a integração ao mercado de trabalho e a inclusão digital na comunidade;
- 6) Exercício do serviço de radiodifusão comunitária (rádio comunitária em FM), com objetivos educativos, artísticos, culturais e informativos;
- 7) Garantir não discriminação e respeito aos valores éticos e sociais, além de promover o direito à livre expressão;

Trecho do Regimento Interno da Rádio Resistência Salão FM, 87,9, aprovado em 13 de outubro de 2019.

Dessa forma, evidencia-se que tanto o regimento interno da Rádio Resistência Salão FM quanto o estatuto da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vozes da Resistência refletem, em sua essência, a organicidade construída entre os sujeitos do campo e o MST. A rádio comunitária não surge apenas como uma ferramenta técnica, mas como expressão viva do projeto político, pedagógico e cultural do Movimento, assumindo lugar central na formação, no diálogo e na mobilização das famílias assentadas.

A participação direta dos assentados na elaboração das normas, no planejamento da programação e na gestão coletiva revela um processo de autogestão alinhado aos princípios do MST, fortalecendo a identidade camponesa e a luta social. Assim, a Rádio Resistência Salão FM não apenas ecoa as vozes da resistência, mas se integra de forma orgânica à estratégia do Movimento, articulando comunicação, educação, cultura e mobilização social em um mesmo horizonte, reafirmando a centralidade da comunicação popular na construção de territórios vivos, autônomos e democráticos.

4.4.1 A rádio Resistência Salão FM e o Setor de Comunicação do MST

Além de sua atuação cotidiana junto aos assentados e de seu papel formativo no território local, as rádios comunitárias vinculadas ao MST constituem uma rede orgânica, sustentada por estruturas coletivas de gestão e participação política que extrapolam os limites dos assentamentos. Todas as rádios do Movimento funcionam em regime coletivo: decisões, divisão de tarefas e a elaboração da programação são processos construídos conjuntamente pelos comunicadores, reforçando o compromisso com a autogestão e a democracia interna, valores e princípios norteados pelo MST.

A Coordenação Política de cada rádio integra o coletivo estadual do setor de comunicação do MST, participando ativamente da construção de agendas coletivas, mobilizações e discussões estratégicas regionais. Esse movimento é fortalecido pela articulação nacional, especialmente por meio da militância e membros responsáveis pela área política e técnica, que mantêm uma rede nacional de comunicadores populares, compondo a frente de rádio. Essa conexão permite a troca de experiências, a circulação de conteúdos produzidos em diferentes territórios, além da organização de formações, campanhas e ações conjuntas de alcance nacional, consolidando um vínculo comum e fortalecendo práticas coletivas do Movimento em todo o País.

Por meio dessas dinâmicas, as rádios do MST mantêm diálogo permanente com o Setor de Comunicação, tanto no âmbito local quanto estadual e nacional, o que garante alinhamento político, circulação de informações e integração em campanhas prioritárias. Essa estrutura em rede potencializa as rádios enquanto instrumentos de resistência, defesa de direitos e construção de alternativas midiáticas populares, promovendo autonomia, pertencimento e diálogo direto com os territórios.

O coletivo estadual de comunicação reúne-se trimestralmente para discutir as estruturas das rádios, planejar ações formativas e definir as atividades prioritárias do ano. Nesses encontros, são avaliados os processos: se os planejamentos foram cumpridos, quais tarefas ainda demandam atenção, e como seguir fortalecendo o setor e a integração entre as rádios. A constante atualização faz com que, quando necessário, haja remanejamento de equipamentos, como a troca de mesas, microfones, transmissores entre as rádios, em um exemplo, como explicou Amélie, integrante do setor de comunicação do MST:

Esse diálogo permanente garante que todos os coletivos consigam se manter informado de como está a situação, e isso até no remanejamos equipamentos, quando há necessidade, como já fizemos com a troca de mesas, transmissores. Se a Rádio Resistência está com dois transmissores e a rádio Som da Terra está com problemas, nós fazemos esse remanejamento. E assim todas seguem funcionando (Amélie – pseudônimo, setor de comunicação MST, entrevista, fevereiro de 2025).

4.5 Da ocupação das ondas à ocupação digital: o papel da internet na Rádio Resistência Salão FM

A rádio Resistência Salão FM, 87,9, atualmente, também ocupa o ambiente virtual por meio do RadiosNet. Isso significa que qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo com acesso à internet, pode acessar o aplicativo e ouvir a rádio. A iniciativa dos comunicadores ao

colocar a rádio na web buscou principalmente garantir maior alcance, pois antes da outorga a transmissão chegava a locais distantes e, depois, passou a se restringir apenas ao assentamento e a algumas poucas comunidades vizinhas.

Figura 14 – App RadiosNet (2025)



Fonte: App que hospeda a Rádio Resistência Salão na Internet (Autora)

Além disso, essa presença digital permite que filhos, filhas, parentes e amigos com vínculo com o assentamento, mas que já não residem mais nele, possam acompanhar a programação e se sentir mais próximos. Um exemplo é o caso de Yago Silva, de 21 anos, que cursa agronomia e atualmente reside em Fortaleza por conta dos estudos na Universidade Federal do Ceará (UFC). Yago relata a importância dessa presença da rádio na internet:

Acredito que a rádio cumpre esse papel de ser uma difusora da cultura popular, de aproximar as pessoas e fortalecer vínculos. Eu sou exemplo do quanto é importante ela estar disponível na internet, tive que vir para Fortaleza para continuar os estudos, e não deixo de acompanhar a rádio, consigo ouvir os programas daqui mesmo. Algo que também ocorre é que pessoas com parentes morando em outros estados continuam ligadas por esse vínculo: ligam, enviam mensagens, pedem músicas, mandam alô. A rádio consegue aproximar as pessoas não só por meio das redes sociais, mas de forma não convencional. É sem dúvida uma forma de conectar as pessoas. (Entrevista Yago Silva – pseudônimo, 21/02/2025)

Essa realidade evidencia o que Castells (1999) aponta sobre o papel das tecnologias da informação nas rádios comunitárias. Segundo o autor, a incorporação dessas tecnologias possibilita a criação de novas formas de produção, distribuição e recepção de conteúdo,

resultando na expansão das territorialidades e na redefinição da relação com a sociedade. O ambiente digital, ao não impor regulamentações tão rígidas, amplia a autonomia dessas rádios e permite que inovem na comunicação com suas comunidades, superando os limites geográficos antes impostos pela radiodifusão tradicional.

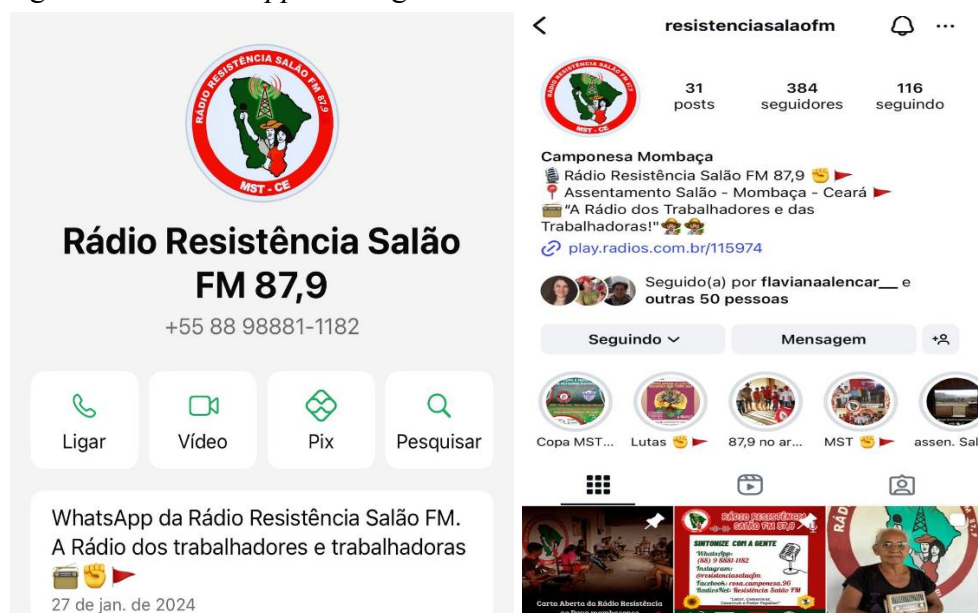
Complementando essa visão, Peruzzo (2006, p. 124) ressalta que:

Certamente o papel social das rádios comunitárias ainda se circunscreve de forma mais expressiva no âmbito das comunidades territoriais e através das tecnologias de comunicação tradicionais. São mais eficientes ‘no ar’ do que ‘on-line’. Mas, sua presença na internet expressa uma demanda pela democratização da comunicação, um avanço do processo de empoderamento social das tecnologias e, ao mesmo tempo, contribui para a integração na sociedade: revelam a existência de um outro mundo, tão real quanto desconhecido de muitos cidadãos.

Assim, observa-se que a inserção das rádios comunitárias na internet amplia as possibilidades de interação, fortalece vínculos e permite o exercício de uma comunicação mais abrangente e democrática, sem perder de vista sua raiz comunitária e seu papel de integrar e aproximar pessoas.

A rádio também utiliza outros espaços de comunicação, como o *Instagram* e o *Whatsapp*, para ampliar sua atuação. O *Instagram* é especialmente voltado para a divulgação da grade de programação, do *link* de acesso à rádio e para o registro de atividades realizadas no assentamento, que também são veiculadas na rádio. Já o *Whatsapp* funciona como um canal de interação direta com os ouvintes: por meio dele, são compartilhados o *link* de acesso à rádio, as informações, além de áudios e textos com a participação da comunidade.

Figuras 15 – *Whatsapp* e *Instagram* da Rádio



Fonte: *Whatsapp* e *Instagram*

A presença das rádios comunitárias na internet, em si, é um fato positivo, se a internet funciona como um canal de publicização, de ampliação do alcance da programação da emissora. No entanto, pouco tem a acrescentar ao processo de elaboração da programação da rádio, que é o que de fato importa para o fortalecimento dos laços coletivos da comunidade. (Nunes, 2020, p. 55).

Nesse sentido, embora a internet expanda o alcance e proporcione novas formas de interação, é fundamental reconhecer que o verdadeiro fortalecimento das rádios comunitárias segue atrelado ao envolvimento da comunidade em sua programação e gestão. A presença digital deve atuar como aliada do trabalho coletivo, sem substituir ou enfraquecer o papel das pessoas no cotidiano da rádio. Assim, o desafio está em equilibrar os benefícios da tecnologia com a valorização das relações locais e do protagonismo comunitário, garantindo que a rádio mantenha seu compromisso com a integração, a participação e a transformação social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou compreender, na experiência concreta da Rádio Resistência Salão FM 87,9, o modo como as práticas de comunicação popular assumem papel fundamental na organização da luta camponesa e na afirmação dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra, no contexto do Assentamento Salão, no Ceará. Ao longo desse percurso, tornou-se visível que tratar da comunicação no âmbito dos movimentos sociais, especialmente via rádio comunitária camponesa, extrapola o campo técnico e midiático, alcançando dimensões educativas, organizativas, culturais, afetivas e existenciais. A rádio comunitária, longe de ser um mero canal de difusão, apresenta-se como território vivo, espaço de mediação, experimentação e construção coletiva.

Os resultados da dissertação, à luz das contribuições de Jesús Martín-Barbero, evidenciam que a Rádio Resistência Salão encarna de forma vibrante o deslocamento do foco meramente instrumental da comunicação para sua dimensão cultural e mediadora. Ao analisar a experiência da rádio, percebe-se a centralidade dos processos comunicativos como espaço de tradução, negociação e ressignificação dos sentidos, tal como defende Barbero. A rádio não atua somente como veículo de transmissão de mensagens, mas como lugar de escuta e interlocução, no qual os significados do ser camponês, da luta e do pertencimento são constantemente recriados e compartilhados. Assim, os resultados mostram que, no cotidiano do Assentamento Salão, a comunicação popular reforça laços e aprofunda processos de mediação cultural essenciais para a resistência e a afirmação de novos projetos de sociedade.

Aproximando os achados das reflexões de Cecília Peruzzo e Márcia Vidal, tornou-se patente que a comunicação popular, materializada pela Rádio Resistência Salão, ultrapassa práticas informativas tradicionais ao criar espaços de participação democrática e formação política. Peruzzo destaca que a comunicação popular é um processo pedagógico e de organização social, e isso se confirmou nas rodas de conversa, no envolvimento de jovens e mulheres, e na permanente reinvenção da estrutura radiofônica a partir das demandas do coletivo. Já Márcia Vidal sublinha o papel das rádios comunitárias como agentes de apropriação do território e construção de cidadania, o que foi evidenciado nas práticas de autogestão e no protagonismo dos sujeitos do assentamento, fortalecendo sua autonomia e capacidade de disputar sentidos na arena pública.

Sob a perspectiva do MST, a análise dos resultados mostra que a rádio, em sua construção cotidiana, afirma o projeto político do movimento: um fazer comunicativo voltado

para a emancipação, para a defesa dos direitos humanos e para a valorização dos saberes populares. Inspirada pela tradição freiriana, a programação construída coletivamente atua como instrumento de mobilização, formação e educação popular, enfrentando desafios impostos tanto pela conjuntura política nacional quanto pelas limitações materiais. Dessa forma, os resultados demonstram que a Rádio Resistência Salão é um símbolo da organicidade, da criatividade e da resistência camponesa, exercendo papel estratégico na construção de redes e no fortalecimento da luta pela terra, pela comunicação popular e pela dignidade de seus sujeitos no campo.

A escolha metodológica da pesquisa-intervenção tornou possível não apenas investigar, mas também participar e contribuir ativamente nos processos de comunicação e organização popular. O compromisso ético do consentimento livre e informado, o respeito mútuo nas relações estabelecidas e o retorno das informações produzidas à comunidade asseguraram que a pesquisa se desenvolvesse como prática pedagógica. O uso da cartografia social favoreceu o mapeamento das dinâmicas, afetos, memórias e linhas de força constitutivas do território, conferindo visibilidade ao protagonismo dos sujeitos e à potência dos saberes populares.

Desde a formação do MST, as rádios comunitárias vinculadas ao movimento cumprem papel estratégico na consolidação de uma sociedade mais justa, humana e democrática, na medida em que disputam sentidos, alimentam sonhos, divulgam conquistas e convocam a ação coletiva. A Rádio Resistência Salão, analisada nesta pesquisa, insere-se nessa matriz de resistência histórica, configurando-se como símbolo da capacidade criativa e da autonomia dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Sua trajetória é marcada por processos de autogestão, partilha, tomada coletiva de decisões, aprendizagem e renovação contínua, aspectos evidenciados na estrutura coletiva de funcionamento e na participação dos comunicadores, ouvintes e lideranças.

Ao refletir sobre o cotidiano da Rádio Resistência Salão, foi possível identificar estratégias de mediação e formação política que potencializam a circulação de informações relevantes ao território, promovem a valorização das culturas locais e fortalecem o pertencimento ao campo e valorização desse espaço de vida. Reuniões de planejamento, rodas de conversa, entrevistas, registro colaborativo das experiências em áudio, vídeo e fotografia, além do mapeamento documental, constituíram práticas fundamentais para garantir a participação ativa de diversos sujeitos: jovens, mulheres, lideranças históricas e idosos.

A programação da rádio, construída a muitas mãos, é constantemente avaliada e reelaborada a partir do diálogo com a comunidade. Ouvintes não são meros receptores, são

também colaboradores ativos, sujeitos que opinam, propõem, criticam e ajudam a construir a rádio como uma estrutura e instrumento político da classe trabalhadora. Essa constatação ficou evidente nos depoimentos registrados ao longo das atividades de campo, reforçando que a Rádio Resistência Salão é, de fato, uma extensão do projeto político do MST.

Não se pode ignorar, contudo, as dificuldades enfrentadas: a falta de recursos técnicos, limitações de infraestrutura, desafios de formação dos comunicadores e a necessidade de renovação constante de quadros, especialmente entre a juventude. O contexto político nacional, por vezes, dificulta a atuação dos movimentos populares, isso também implica ameaças à manutenção e à ampliação desses projetos de comunicação alternativa. A pesquisa, nesse sentido, buscou contribuir não só para o registro dos avanços, mas também para a reflexão crítica sobre limites, tensões e contradições enfrentados cotidianamente pelo coletivo.

Um dos pontos de destaque foi o forte sentido de pertencimento, solidariedade e cooperação entre os sujeitos envolvidos com a rádio. O exemplo do remanejamento de equipamentos, as reuniões trimestrais para avaliação de processos, a definição de pautas coletivas e a circulação de saberes entre diferentes grupos e territórios mostram que a rádio não é uma ilha, mas vínculo orgânico de uma rede nacional de comunicação popular articulada pelo MST. Essa organização em rede fortalece o papel estratégico das rádios como instrumentos de resistência, defesa de direitos e construção alternativa à mídia tradicional, promovendo maior autonomia, partilha de recursos e diálogo permanente com os territórios.

A experiência da Rádio Resistência Salão evidencia, por fim, a atualidade e a potência da comunicação popular no contexto do século XXI. Em um tempo marcado pela massificação dos meios digitais e pela concentração dos grandes sistemas de mídia, a rádio comunitária segue relevante como experiência formadora, capaz de produzir novas formas de pertencimento e estimular práticas contra-hegemônicas de produção e circulação de informação. A recente incorporação de elementos digitais, como a participação em redes sociais, transmissões online e apropriação de plataformas de mensagens, aponta para novas possibilidades de articulação, sem, contudo, perder o vínculo afetivo e presencial que marca a prática radiofônica popular.

O trabalho assumiu, desde o início, o compromisso de reconhecimento e valorização dos saberes populares, alinhando-se à pedagogia freiriana e à comunicação participativa. A escuta ativa, o respeito pelas diferenças, a ênfase no protagonismo coletivo e o retorno social dos conhecimentos produzidos foram princípios éticos indissociáveis da metodologia adotada. A entrega e socialização dos resultados no território pretendem contribuir

para o aprimoramento das práticas comunicacionais do MST, abrindo novas trilhas para pensar o papel das rádios comunitárias no fortalecimento da organização social e na defesa dos direitos humanos.

Como toda pesquisa, esta também comporta limitações: o recorte espacial e temporal, a impossibilidade de aprofundar certos aspectos por restrições de tempo ou recursos e a dinamicidade das práticas comunicacionais, que exigem atualização e acompanhamento contínuo. Recomenda-se, portanto, que novos estudos possam aprofundar a reflexão sobre o papel da juventude nas rádios comunitárias, sobre as relações de gênero que atravessam a comunicação popular, bem como sobre a incorporação de tecnologias digitais no cotidiano dos territórios camponeses.

Finalizo esta pesquisa com a certeza de que a Rádio Resistência Salão é, acima de tudo, um espaço de reafirmação dos direitos e da autonomia das famílias que lutam e constroem coletivamente o presente e o futuro no território do Assentamento Salão. Esta pesquisa não apenas investigou, mas também participou ativamente do diálogo e da construção de sentidos compartilhados que fazem parte do processo contínuo de reinvenção promovido pelo coletivo.

Por fim, reafirma-se que a comunicação popular, expressa na trajetória da Rádio Resistência Salão e de tantas outras iniciativas Sem Terra, é muito mais do que técnica ou instrumento: é projeto político, prática de liberdade e luta cotidiana pela dignidade no campo. É semente plantada em solo fértil, regada pela esperança de tantos sujeitos que ousam ocupar não só a terra, mas também outros latifúndios, como o do “ar”, criando e recriando caminhos de resistência, partilha e emancipação humana. A trajetória da rádio, construída por tantas mãos, vozes e sonhos, ensina que ocupar o latifúndio do ar é tão necessário quanto ocupar a terra ou o latifúndio do saber: as palavras ecoadas têm poder. Seguir ocupando as ondas do ar é, assim, seguir fazendo história em cada canto, fala e silenciamento rompido pelo som da resistência popular.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Ágatha S. **Vozes que narram a Reforma Agrária Popular**. [S. l.]: MST, 2018. Disponível em: <https://mst.org.br>. Acesso em: 28 fev. 2025.
- BONASSA, Camila Faria. **No ar e na rede: o uso da internet nas práticas radiofônicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2021. 169 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2021.
- BONIN, Jiani Adriana. Orientações epistêmicas, teóricas e metodológicas legadas à pesquisa de recepção. **Intexto**, Porto Alegre, n. 52, p. 264-285, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/81094/49257>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- BOGO, Ademar. **MST e a Cultura**. São Paulo: MST, Setor de Cultura; ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola, 2000.
- CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CALDART, R.; ALENTEJANO, P. (org.). **MST, universidade e pesquisa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- CAPISTRANO, Ismar Costa Filho. **Usos sociais das rádios zapatistas: o mapa noturno da construção da autonomia nas mediações comunicativas da cultura**. 2016. 339f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- COSTA FILHO, I. C. (org.). **Rádios Comunitárias no Brasil: resistências, lutas e desafios**. São Paulo: Appris, 2020.
- CASTELLS, Manuel. A revolução da tecnologia da informação. In: CASTELLS, Manuel. (org.). **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. (v. 1). São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 67-118.
- ENGELMANN, Solange. **Rádios comunitárias livres têm papel central na luta pela Reforma Agrária Popular**. [S. l.]: MST, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/09/25/radios-comunitarias-livres-tem-papel-central-na-luta-pela-reforma-agraria-popular/>. Acesso em: 27 jan. 2025.
- ENGELMANN, Solange. **Jornal Sem Terra: 40 anos de comunicação popular fortalecendo a luta histórica do MST**. [S. l.]: MST, 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/05/15/jornal-sem-terra-40-anos-de-comunicacao-popular-fortalecendo-a-luta-historica-do-mst/>. Acesso em: 27 mar. 2025.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2006a.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2006b.

FÉLIX, Nelson Marques. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera): história, estrutura, funcionamento e características. In: INCRA (org.). **Território Cidadania: campo aberto para o conhecimento**. Brasília, DF: Incra, 2015. p. 47-66.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Parcerias realizadas pelo Pronera no Ceará beneficiaram 11.316 jovens e adultos em 25 anos**. Brasília, DF: INCRA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/parcerias-realizadas-pelo-pronera-no-ceara-beneficiaram-11-316-jovens-e-adultos-em-25-anos>. Acesso em: 16 maio 2025.

LOPES, M. I. V. Mediação e recepção. Algumas conexões teóricas e metodológicas nos estudos latino-americanos de comunicação. **Matrizes**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 65-80, 2014.

LOURAU, René. **A análise institucional**. Trad. Cristina M. David. Petrópolis: Vozes, 1993.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **De Los Medios a Las Mediaciones**: Comunicación, cultura y hegemonía. Barcelona: Gustavo Gili, 1987.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de cartógrafo**: travessias latino-americanas da comunicação na cultura. Trad. Lucia Leão. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: Comunicação, cultura e hegemonia. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Cartilha de subsídio para o debate sobre comunicação**. [Setor de Comunicação]. [S. l.]: MST, 2019.

MST. **Vozes que narram a Reforma Agrária Popular**. [S. l.]: MST, 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/05/06/vozes-que-narram-a-reforma-agraria-popular/>. Acesso em: 30 maio 2025.

NUNES, Márcia Vidal. Rádios comunitárias: a retomada do ideal comunitário no processo de fortalecimento da organização popular. In: COSTA FILHO, Ismar Capistrano (org.). **Rádios comunitárias no Brasil**: resistências, lutas e desafios. São Paulo: Appris, 2020. p. 43-62.

NUNES, Márcia Vidal. Rádios comunitárias: exercício da cidadania na estruturação dos movimentos sociais. In: PAIVA, Raquel. (org.). **O retorno da comunidade**: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007. p. 95-118.

NUNES, Márcia Vidal. Rádios Comunitárias: exercício da cidadania na estruturação dos movimentos sociais. In: PAIVA, Raquel. (org.). **O retorno da comunidade: o novo caminho do social**. Rio de Janeiro: Ed: Mauad X, 2007. pag. 95-118.

OLIVEIRA, C. T. F. **Escuta sonora: educação não-formal, recepção e cultura popular nas ondas das rádios comunitárias**. Bragança Paulista: EDUSF, 2012.

OLIVEIRA, Marcelo de Jesus de; SAMPAIO, Juliano Casimiro de Camargo; SILVA, Olívia Aparecida. Entre e para além da literatura: um estudo da noção ‘escrevivência’, de Conceição Evaristo. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 165-194, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uft.edu.br/index.php/cadernosdeestudos/sociais/article/view/12163/19922>. Acesso em: 25 maio 2025.

PERUZZO, C. M. K. Rádio comunitária, educomunicação e desenvolvimento local. In: PAIVA, R. (org.). **O retorno da comunidade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. Pag. 193-210.

PERUZZO, Cécilia. **Comunicação nos Movimentos Populares**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

PERUZZO, Cecília M. K. Rádio comunitária na Internet: empoderamento social das tecnologias. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 30, p. 115-125, ago. 2006.

PERUZZO, Cecília M. Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 46-61, maio-ago. 2009.

ROSÁRIO, J. **Cartografia social: território, identidade e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

RIBEIRO, Luiza Carla; TUZZO, Simone Antoniacci. Jesus Martín Barbero e seus estudos de mediação na telenovela. **Comun&Inf**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 39-49, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/index.php/ci/article/view/29187>. Acesso em: 27 abr. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, J. R. B. Histórias de Luta e Resistência no MST - Ceará. In: SAMPAIO, Amanda; OLIVEIRA, Lucas A.; BASTOS, Romário. (org.). **À sombra das castanheiras: luta camponesa, cultura, memória e história**. 1. ed. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2017. p. 10-353.

SILVIA, Maria. **Depoimento oral, Roda de conversa realizada no Assentamento Salão**. Morada Nova, Mombaça: s. n., 2025.

SOUSA, Alderlene Lima de; SILVA, Fabrício Valentim da. Origem, prática educativa e evolução do Movimento de Educação de Base (MEB) em Itacoatiara-AM. **Revista Educação e História**, [S. l.], v. 14, n. 28, p. 71-80, 2008.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

APÊNDICE A – FORMULÁRIOS APLICADOS COM OS COMUNICADORES, OUVINTES, LIDERANÇAS LOCAIS E MILITÂNCIA DO SETOR DE COMUNICAÇÃO DO MST (2025)

1. COMUNICADORES/AS DA RÁDIO RESISTÊNCIA SALÃO FM

Trajetória e Experiência:

Qual seu nome e sobrenome? Idade? Escolaridade? Estado civil? Tem filhos?

Como e por que você conheceu a rádio?

Quais são suas principais funções e responsabilidades na rádio?

Produção de Conteúdo:

Como e por que você começou a trabalhar na rádio? Qual sua trajetória na comunicação popular?

Como é o processo de produção de conteúdo da rádio? Quem participa?

Quais são os principais temas abordados na programação? Por quê?

Como você escolhe os temas e os formatos dos programas?

Como você avalia a qualidade do conteúdo produzido?

Relação com a Comunidade:

Como vocês recebem o retorno dos ouvintes? Como ele influencia a programação?

Quais são as principais formas/meios de comunicação entre a rádio e o assentamento?

Como vocês avaliam o papel da rádio na organização social e política do assentamento?

Como sintonizar na rádio, nas ondas do ar e na web?

Perspectivas para o futuro;

Quais são os principais desafios que a rádio enfrenta atualmente?
rádio na comunidade?

2 FORMULÁRIO RODA DE CONVERSA

O que a rádio representa para o assentamento?

A rádio contribui para a organização social e política do assentamento? De que forma?

Você se sente representado pela programação da rádio? Por quê?

Quais são as suas sugestões para melhorar a qualidade da rádio?

Como vocês percebem a relação da rádio com a comunidade do assentamento?

Quais são os critérios para a seleção das músicas, notícias e informações divulgadas?

Quais perspectivas de futuro da rádio?

3 FORMULÁRIO PARA OUVINTES DA RÁDIO

Trajetória e Experiência:

Qual seu nome e sobrenome? Idade? Escolaridade? Estado civil? Tem filhos ?

Como você chegou ao assentamento?

Relação com a Rádio:

Como você conheceu a Rádio Resistência Salão FM?

Com que frequência você ouve a rádio? Quais programas você mais gosta? Onde você costuma ouvir?

O que a rádio representa para você e para sua família?

Como a rádio influencia o seu dia a dia?

Conteúdo e Programação:

Quais são os temas que você gostaria de ouvir na rádio?

Quais são os programas que você considera mais importantes e relevantes?

Como você avalia a qualidade da programação da rádio?

Impacto da Rádio:

Como a rádio contribui para o assentamento, no aspecto do acesso às informações?

A rádio ajuda você a se conectar mais com a comunidade? Como?

Você participa de alguma forma da programação da rádio?

Como é feita a utilização da rádio na internet? Isso ajuda no processo de comunicação?

Sugestões e Expectativas:

O que você gostaria que mudasse ou acrescentasse na programação da rádio?

Quais são as suas expectativas para o futuro da rádio?

4 FORMULÁRIO ENTREVISTA LIDERANÇAS DO ASSENTAMENTO

Trajetória e Experiência:

Qual seu nome e sobrenome? Idade? Escolaridade? Estado civil? Tem filhos?

Como você chegou ao assentamento?

Organização do Assentamento:

Como é a organização social e política do assentamento?

Quais são os principais desafios e conquistas do assentamento?

Como a comunicação se articula com a organização do assentamento?

Relação com a Rádio:

Como a rádio surgiu no assentamento? Qual foi o seu papel nesse processo?

Como você avalia o papel da rádio na vida do assentamento?

Como a rádio contribui para a organização social e política do assentamento?

Como a rádio se relaciona com as lideranças do assentamento?

Visão de Futuro:

Quais são os seus sonhos e expectativas para o futuro do assentamento?

Quais são os principais desafios que o assentamento enfrenta atualmente?

Como a rádio pode contribuir para o desenvolvimento do assentamento?

Quais são as suas sugestões para fortalecer a rádio e a comunicação no assentamento?

5 FORMULÁRIO ENTREVISTA MILITÂNCIA DO SETOR DE COMUNICAÇÃO DO MST

Trajetória e Experiência:

Qual seu nome e sobrenome? Idade? Escolaridade? Estado civil?

Como você começou a atuar/militar no setor de comunicação do MST?

Qual sua trajetória na comunicação popular e no MST?

Quais são os limites (dificuldades, desafios) de trabalhar na comunicação do MST?

Relação com a Rádio:

Como o MST acompanha a Rádio Resistência Salão FM?

Qual o papel do MST na coordenação da rádio?

Como vocês avaliam o impacto da rádio na luta pela terra e na organização do MST?

Quais são os principais desafios que a rádio enfrenta atualmente?

Perspectivas;

Quais são os seus sonhos e expectativas para o futuro da comunicação do MST?

Quais são as suas sugestões para fortalecer a rádio e a comunicação popular?

ANEXO A – ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

ATA DE ASSEMBLEIA DE FUNDAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA VOZES DA RESISTÊNCIA.

Aos (13) dias do mês de abril de 2021, às 09:33 horas, no local de reunião da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vozes da Resistência, no Distrito Manoel Correia S/Nº vila: 02 – Zona Rural 1486, CEP: 63.610-000, conforme o edital de convocação do dia 13/03/2021, no Estado do Ceará, reuniram-se com a finalidade de discursão e aprovação da criação da Fundação e Constituição da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vozes da Resistência, que será no seu endereço: no Distrito Manoel Correia S/Nº vila: 02 – Zona Rural – CEP: 63.610-000, conforme o Estatuto da Associação, pois o Presidente, solicitou com urgência a convocação da Assembleia, conforme as seguintes pautas: aprovação discursão e aprovação do Estatuto e fundação e constituição da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vozes da Resistência – para serem aprovados e votados por todos os presentes que assinaram embaixo da ata a executiva os seguintes membros: O Sr. **João Batista Claretino**, brasileiro, agricultor, casado, RG nº: ~~2019050698-3~~ e CPF nº: ~~318.335.003-91~~, residente e domiciliado no Assentamento Salão – Mombaça-CE, como Diretor – Presidente, a Sra. **Maria Silvana de Sousa**, brasileira, professora, união estável, RG nº: 2004014077462 e CPF nº: 018.207.843-47, residente e domiciliada no Assentamento Salão – Mombaça-CE, como Diretora Administrativa, e a Sra. **Diana de Sousa Rodrigues**, brasileira, professora, casada, RG nº: ~~200744289-9~~ e CPF nº: ~~057.282.127-80~~, residente e domiciliada no Assentamento Salão – Mombaça-CE, como Diretora Financeira. O Conselho Fiscal: O Sr. **Messias Gomes de Sousa**, brasileiro, pedagogo, solteiro, RG nº: ~~2006014086263~~ e CPF nº: ~~032.227.333-47~~, residente e domiciliado no Assentamento Salão – Mombaça-CE, como primeiro membro efetivo, a Sra. **Antonia Silverlania Vieira de Sousa**, brasileira, professora, casada, RG nº: ~~20040151152-80~~ e CPF nº: ~~4026387-60~~, residente e domiciliada no Assentamento Salão – Mombaça-CE, como segundo membro efetivo, o Sr. **João dos Reis Claretino**, brasileiro, agricultor, casado, RG nº: ~~2007666615-2~~ e CPF: ~~877.772.265-00~~, residente e domiciliado no Assentamento Salão – Mombaça-CE, como terceiro membro efetivo e os Suplentes: O Sr. **Antonio Lotero da Silva**, brasileiro, agricultor, união estável, RG nº: ~~1523811-88~~ e CPF nº: ~~288.806.738-23~~, residente e domiciliado no Assentamento Salão – Mombaça-CE, Sr. **Antonio Germano da Rocha**, brasileiro, agricultor, casado, RG nº: ~~2006029182069~~ e CPF nº: ~~213.461.003-49~~, residente e domiciliado no Assentamento Salão – Mombaça-CE e o Sr. **Antonio Alves da Silva**, brasileiro, agricultor, casado, RG nº: ~~33.065.481-0~~ e CPF nº: ~~309.485.502-44~~, residente e domiciliado no Assentamento Salão – Mombaça-CE. **O mandato da diretoria será de 2021 á 2024, após o registro no cartório.** E para cumprir com Artigo 12º, em conformidade com as quais passamos a leitura para ciência de todos aqui presentes, que aprovarão as mudanças seguintes abaixo assinando em seguida no seu devido lugar: **CONSTITUIÇÃO E FUNDAÇÃO AO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA VOZES DA RESISTÊNCIA, DA CONSTITUIÇÃO, FINS, DURAÇÃO, SEDE, FORO, JURISDIÇÃO, PATRIMÔNIO E SÓCIOS. CAPÍTULO I – DA CONSTITUIÇÃO, FINS, DURAÇÃO, SEDE, FORO E JURISDIÇÃO: Art. 1º - A Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vozes da Resistência, sociedade civil, Associação Privada, abertura em: 13/04/2021, que terá duração por tempo indeterminado, com objetivos sociais e culturais, sem fins lucrativos que terá a denominação de ASSOCIAÇÃO, que terá sua sede no Assentamento Salão, S/Nº – Vila 02 – Distrito Manoel Correia – Zona Rural, CEP.: 63.610-000, Município de Mombaça, Estado do Ceará. Art. 2º - A Entidade tem por finalidades: I – Organizar e orientar os moradores de Mombaça no Distrito Manoel Correia e adjacências com vistas à defesa de seus interesses e reivindicar junto aos poderes públicos a execução das medidas que lhes assegure a satisfação de suas necessidades fundamentais de modo a garantir**

uma melhor qualidade de vida e de trabalho;II - Promover atividades que visam divulgar informações úteis sobre: saúde, transporte, ecologia, educação, habitação, urbanismo, cultura, literatura, meio ambiente, segurança pública, lazer e todos os outros aspectos da vida da população, através de cursos, palestras, atividades artísticas, culturais, esportivas e recreativas, com o fim de preparar a classe para alcançar os seus objetivos comuns;III - Promover as pesquisas dos reais problemas da comunidade e elaborar planos de urbanização e serviços que melhor convenham aos interesses da população;IV - Desenvolver atividades que garantam a execução de programas ou projetos de proteção sócio-educativos destinados às crianças e aos adolescentes;V - Desenvolver programas ou projetos de proteção à família, maternidade, infância, adolescentes e velhice, promoção à integração do mercado de trabalho, habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência visando sua integração à vida comunitária;VI - Promover a articulação comunitária e institucional visando o fortalecimento das ações, assim como também firmar convênios ou contratos de cooperação técnica e/ou financeira com várias esferas de governo, sejam elas municipais, estaduais ou federal, inclusive na condição de unidade executora ou gestora de programas ou políticas públicas governamentais, podendo, nessa condição, desenvolver suas atividades em todo território nacional.VII - Participar de cursos de capacitação, encontros e outros eventos que propiciem a melhoria das ações desenvolvidas.VIII - Execução do serviço de radiodifusão sonora Em Frequência Modulada (F.M) de caráter comunitária, com finalidade educativa, artística, cultural e informativa, respeitando os valores Éticos e sociais da pessoa e da família em benefício do desenvolvimento geral da comunidade, do Município de Mombaça no Distrito Manoel Correia, mediante Autorização que lhe for outorgada pelo Poder Concedente, conforme, Disposto incisos I a V do Artigo 3º na Lei nº. 9.612, de 19 de Fevereiro de 1998, que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária;IX - Fazer parcerias com as ONG'S em qualquer atividade para o benefício local.X - Um de seus objetivos sociais da Associação é o Serviço do Serviço de Radiodifusão comunitária conforme incisos I a V do Art. 3º da Lei nº 9.612, de 1998:EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:1 - beneficiar a comunidade com vista a:A)Dar oportunidade a difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;B)Oferecer mecanismo à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;C)Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;D)Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;E)Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.2 - Respeitar e atender aos seguintes princípios:A)preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;B)promoção das atividades artísticas e jornalista na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;C)respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros

da comunidade atendida;D) não discriminação da raça, religião, sexo, preferência sexuais, convicção política-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias. **XI** – Executar o programa Nacional de habilitação Rural (PNHR) e praticar todos os atos previstos nos citados contratos de instrumentos contratual no Programa Nacional de habitação rural; **XII** – Contratação de engenheiros para executar os programas previstos nos recursos e contratos; **XIII** – Autorização Específica para contratação de serviços de engenheiro civil, a promover o empreendimento objeto de operação, a firmar contrato/ convênio com a caixa econômica federal. **XIV** – Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, gratuito para atender a comunidade na inclusão digital. **PARÁGRAFO ÚNICO:** A) A duração da sociedade é por tempo indeterminado e no desenvolvimento de suas atividades a entidade não fará qualquer discriminação de cor, sexo, nacionalidade, credo político, religioso. B) A Associação e seus membros não fará proselitismo. **CAPÍTULO II - DOS RECURSOS FINANCEIROS Art. 3.º** - Os recursos financeiros necessários à manutenção da instituição poderão ser obtidos por: **I** – Termos de Parceria, Convênios e Contratos firmados com o Poder Público Rendimentos de Aplicações para financiamento de projetos na sua área de atuação; **II** – Contratos e Acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais; **III** – Doações, legados e heranças; **IV** – Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob a sua administração; **V** – Contribuição do Associados; **VI** – Outros Recebimentos. **PARÁGRAFO ÚNICO:** As rendas, recursos e eventuais resultados operacionais, serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais da Associação, de acordo com o presente Estatuto, e não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados. **Art. 4.º** - No caso de dissolução da instituição, os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênere de qualquer município, com personalidade jurídica ou para uma instituição pública, devidamente registrada no CNAS. **CAPÍTULO III - DOS ASSOCIADOS: Art. 5.º** - A Associação possuirá as seguintes categorias de Associados: a) **FUNDADORES** - São associados fundadores, todos aqueles que comprovadamente participarem do ato da constituição da entidade, e assinarem a ata de fundação. b) **CONTRIBUINTES** - São associados contribuintes, todos os fundadores, inclusive as pessoas físicas ou jurídicas que contribuem mensalmente com determinada importância fixada pela Diretoria e aprovada pela Assembléia Geral. c) **BENEMÉRITOS** - São associados beneméritos, as pessoas ou entidades, que prestarem relevantes serviços a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA VOZES DA RESISTÊNCIA** e à coletividade. **PARÁGRAFO ÚNICO:** A) São considerados ASSOCIADOS, todas as famílias fixadas no Distrito Manoel Correia S/Nº Vila: 02 - Zona Rural e Adjacências, devidamente inscritas na entidade. A admissão do associado, dar-se-á mediante cumprimento das exigências deste Estatuto para o seu ingresso demissão e exclusão dos associados, será mediante as demais exigências previstas nos artigos pelo Estatuto da Associação. B) São também considerados associados e dirigentes todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem residentes na área de

atuação da emissora mediante o preenchimento de formulário próprio, seja pessoa física ou entidade de classe, beneméritas, religiosa, ou de moradores desde que legalmente instituídas e que sejam aprovadas pela Assembléia Geral, e, que mantenham fiel obediência a este estatuto e deliberações da sociedade.C) São também associados, todos os maiores de 16 (dezesesseis) anos evidentemente inscritos na Associação.D) Todos os associados e dirigentes deverão manter residência na área da comunidade atendida;E)Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiamente, pelas obrigações contraidas pela entidade;F)Qualquer associado, sendo pessoa física ou jurídica, Terá ingresso gratuito a entidade,será vedado o condicionamento do ingresso á aprovação pela diretoria ou á indicação por outro associado.**Art. 6º** - São direitos dos associados e dirigentes quites com suas obrigações sociais:**I** - Votar e ser votado para os cargos eletivos,com garantia ás pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção,e ás pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos e;**II** - Tomar parte nas Assembléias Gerais;**III** - Participar das Assémléias de quadro de associados, com direito a voz e voto;**IV** - Opinar sobre os trabalhos desenvolvidos pela Associação; **V** - Usufruir, dos benefícios e serviços assistências prestadas pela Associação;**VI** - Apenas os maiores de 18 (dezoito) anos é assegurado o direito de ser votado para cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal;**VII** - Terão direito a voz e voto nas instancias deliberativas e nas assembléias e nas três categorias de associados: Fundadores, Contribuintes e Beneméritos, e poderão votar por procuração passada individual ou coletivamente a um dos demais associados com direito a voz e voto, aos associados pessoas físicas e jurídicas para uma ampla participação;**VIII** - Todo e qualquer associado da Associação sendo pessoa física ou jurídica, terá ingresso gratuito e sem nenhuma restrição ou impedimento para ser associado a entidade.**PARÁGRAFO ÚNICO** - a Entidade não se responsabilizará por qualquer compromisso que os associados venham a assumir.Todos os associados deverão preencher no formulário próprio,para fins de registro cadastral e organização,desde que isso não será restrição ao ingresso do associado.**Art. 7.º** - São deveres dos associados e dirigentes:**I** - Cumprir as disposições estatutárias, regimentos internos e demais resoluções aprovadas pela Assembléia Geral e pela Diretoria;**II** - Acatar as determinações da Diretoria;**III** - Zelar pelo nome, patrimônio moral, financeiro e material da Entidade;**IV** - Contribuir voluntariamente e financeiramente qualquer valor para a Entidade, conforme determinações da Assembléia Geral;**V** - Comparecer á Assembléia Geral e acatar suas decisões;**VI** - Garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas.**Parágrafo Primeiro** - Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente por encargos da instituição.**Parágrafo Segundo** - Serão afastados do quadro social da Associação os que por má conduta ou falta cometida contra o patrimônio material ou moral da Entidade, se constituírem nocivos à Entidade, ou os que por livre e espontânea vontade desejarem se ausentar ou se desligar da Associação.**Parágrafo Terceiro** - O Associado penalizado terá direito a defesa e de interpor recurso á Assembléia Geral,assim como nos termos previstos no Estatuto.A exclusão do associado,só é admissível havendo justa causa,assim reconhecida em procedimento de ampla defesa do seu









direito. **CAPÍTULO IV - DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO:** **Art. 8º** - A Entidade será administrada por: **I** - Assembléia Geral; **II** - Diretoria Geral; **III** - Conselho Fiscal; **IV** - Conselho Comunitário, órgão supervisor da programação da **FM COMUNITÁRIA**. **Parágrafo Primeiro:** O Conselho Comunitário, será eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como fundação de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade. **Parágrafo Segundo:** O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido a descrição de grade de programação, bem como sua avaliação. **Art. 9º** - A Assembléia Geral, órgão soberano, de vontade social da instituição, será constituída dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários. **I** - A Assembléia Geral será dirigida pelo Diretor Presidente da Associação que convidará um ou dois sócios presentes para servir de secretários, na composição da mesa que dirigirá os trabalhos da assembléia; **II** - A Assembléia Geral reunir-se, ordinariamente, uma vez a cada trimestre (em janeiro, abril, julho e outubro) e, extraordinariamente, por convocação do Presidente ou dos associados em número correspondente a 1/5 (um quinto), no mínimo; **III** - As reuniões da Assembléia Geral serão convocadas com antecedência mínima de 7 (sete) dias, por notificação pessoal escrita, indicando as matérias a serem discutidas e votadas. Sendo esta notificação impossível, serão convocadas por meio de edital publicado em órgão da imprensa local, em cujo texto constará a ordem do dia. **IV** - A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da Associação, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no dia 31 de outubro ou data marcada pela Assembléia para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 4 anos para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocado para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no § 1º. - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral e quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes á Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos, na segunda convocação com a maioria de um terço dos presentes. § 2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de sete dias, através de: edital, emails, telefone, ofícios, mensagens, sms, whatsapp ou comunicado afixado na sede da Associação e divulgado no estúdio da rádio, bem como na sede das entidades que compõe o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora,

devendo conter data, hora, local e pauta da reunião. § 3º - A AG deliberará em primeira convocação somente com a metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no § 1º. § 4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, delibera conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais dos filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no § 1º. **Art. 10º** - Compete à Assembléia Geral: **I** - Eleger o Presidente os membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal; **II** - Decidir sobre reformas e alterações do Estatuto; **III** - Decidir sobre a extinção da Entidade; **IV** - Decidir no caso de dissolução da Entidade o destino dos bens remanescentes; **V** - Cassar ou destituir o mandato de qualquer membro da diretoria e do Conselho Fiscal; **VI** - Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais; **VII** - Aprovar o regimento interno e aprovar as contas; **VIII** - Deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Entidade. **IX** - Eleger os membros do Conselho Comunitário, obedecendo rigorosamente às exigências formuladas pelo artigo 8º da lei n. 9.612/98; **X** - Apreciar os relatórios e contas da Diretoria, balanço patrimonial e prestação de contas, requisitando às informações que julgar necessárias, depois do parecer do Conselho Fiscal; **XI** - Conferir título de associado benemérito da Associação a pessoas físicas ou jurídicas que, a critério da Diretoria, sejam consideradas dele merecedora; **XII** - Promover a fiel observância deste Estatuto, podendo alterá-lo desde que mantidos os termos e condições inicialmente exigidos para a Outorga de autorização para exploração do serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação específica para o serviço; **XIII** - Aprovar, por proposta da maioria dos associados, a extinção da Associação e a destinação de seu patrimônio, na forma do Artigo 30; **Art. 11º** - Espécies de Assembléias: **I** - Assembléia Geral Ordinária, e; **II** - Assembléia Geral Extraordinária. **PARÁGRAFO ÚNICO** - As Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária poderão ser cumulativamente, convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, instrumentada em ata única. **Art. 12º** - A Assembléia Geral realizar-se-á ordinariamente uma vez por ano para: **I** - Apreciar o relatório anual da Diretoria; **II** - Discutir e homologar as contas e o balanço aprovados pelo Conselho Fiscal. **Art. 13º** - A Assembléia Geral realizar-se-á ordinariamente quando convocada: **I** - Pela Diretoria; **II** - Pelo Conselho Fiscal; **III** - Por requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados quites as obrigações sociais; **IV** - Pelo Diretor - Presidente. **Art. 14º** - A convocação da Assembléia Geral, será feita por meio de edital afixado na sede da instituição, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 10 (Dez) dias. **PARÁGRAFO ÚNICO** - Qualquer Assembléia será instalada em primeira convocação com a maioria dos associados, e em segunda convocação com no mínimo 5 (cinco) de associados presentes. **Art. 15º** - A Diretoria será constituída por Diretor - Presidente, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro. **Art. 16º** - O mandato da Diretoria será de 04 (Quatro) anos, sendo admitida uma recondução por igual período, devendo a eleição e posse acontecer no dia do término do mandato da Diretoria anterior. **Art. 17º**

Os membros da Diretoria não são responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Entidade e em virtude de ato regular de gesto. responde, porém, civilmente, pelos prejuízos que causar quando proceder: **I** - Dentro das suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo; **II** - Violação da Lei do Estatuto; § 1º - A Diretoria não é responsável por atos ilícitos da Diretoria anterior, salvo se ela for conveniente, ou se negligenciar em descobri-los ou se, deles tendo conhecimento deixar de agir para impedir a sua prática. Exime-se de responsabilidade se der ciência em ata em Assembléia Geral. § 2º - Os membros da Diretoria são solidários responsáveis pelos prejuízos causados em virtude do não cumprimento dos deveres impostos por Lei para assegurar o funcionamento normal da Entidade, ainda que, pelo Estatuto, tais deveres não caibam a todos eles. § 3º - Responderá solidariamente com a Diretoria quem, com o fim de obter vantagem para si ou para outrem, concorrer para a prática de ato com violência da Lei ou do Estatuto. § 4º - Cabe a Diretoria aplicar integralmente às rendas, recursos e eventuais resultados operacionais na manutenção e desenvolvimentos institucionais no território Nacional. **Art. 18º** - Compete a Diretoria Executiva: **I** - Executar os programas aprovados pela Assembléia Geral; **II** - Elaborar e apresentar à Assembléia Geral, o relatório anual de suas atividades, balanço patrimonial e a prestação de contas do exercício; **III** - Entrosar-se com instituições Públicas ou privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum; **IV** - Reunir-se extraordinariamente por convocação do presidente, da maioria simples dos seus membros e dos membros do Conselho Fiscal. **V** - Administrar os recursos provenientes de: doações, subvenções e arrecadação da Entidade. **VI** - Os membros da Diretoria deverão ser Brasileiros naturalizados há mais de 10 (dez) anos e não poderão estar no exercício de Mandatos eletivos que lhes assegurem imunidade parlamentar, nem exercerem cargo de supervisão ou assessoramento na Administração pública do qual decorra foro privilegiado; **VII** - A Associação será dirigida por uma Diretoria Executiva eleita Em Assembléia Geral, para um **período de 04 (Quatros) anos**, permitida o direito à recondução por igual período; **VIII** - Os membros da Diretoria deverão manter residência na área da Comunidade atendida pela emissora; **IX** - Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e as deliberações da Assembléia Geral e Conselho Fiscal; **X** - Orientar toda a administração da Associação; **XI** - Compôr o quadro de pessoal da FM Comunitária, Privilegiando os membros da comunidade atendida pela emissora; **XII** - Apresentar ao Conselho Comunitário a programação da emissora, atendendo, exclusivamente, os interesses da comunidade e dos princípios estabelecidos no Art. 4º. Da Lei reguladora do Serviço de Radiodifusão Comunitária; **XIII** - Apresentar à Assembléia Geral os nomes das pessoas físicas ou jurídicas merecedoras do título de sócio benemérito da Associação; **XIV** - Cumprir o que determina o Art. 18 da Lei 9.612/98 - "patrocínio sob forma de apoio cultural," do Estatuto Social; **XV** - Prestar contas anualmente ao Ministério Público e a entidade. **Art. 19º** - A Diretoria reunir-se à no mínimo uma vez por mês para prestar informações, avaliar e suplementar suas atividades. **Art. 20º** - Compete ao **Diretor (a) - Presidente: I** - Representar a Associação ativa e passivamente, judicial e extra-

judicialmente; **II** - Cumprir e fazer cumprir este Estatuto; **III** - Presidir a Assembléia Geral; **IV** - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria; **V** - Assinar juntamente com o Diretor Financeiro, cheques, notas fiscais, recibos, ordem de pagamentos, contratos de operações de crédito e, outros títulos de créditos; **VI** - Assinar com o Diretor Administrativo as atas das Assembléias Gerais e correspondências; **VII** - Tomar medidas urgentes em defesa da Associação. **PARÁGRAFO ÚNICO:** Ocorrendo a vacância do cargo do Diretor - Presidente, por falta ou impedimentos, o Diretor Administrativo - assumirá o cargo provisoriamente e nele permanecerá até o restante do prazo, para aguardar a eleição do novo Diretor - Presidente. **Art. 21º** - Compete ao **Diretor (a) Administrativo:** **I** - Responder pela Administração da Secretaria; **II** - Secretariar as reuniões da diretoria e Assembléia Geral e redigir as atas, e outros documentos; **III** - Dar publicidade às notícias das atividades da Associação; **IV** - Cuidar dos arquivos da entidade e manter em dia as correspondências; **V** - Assinar com o Presidente as atas das reuniões das Assembléias Gerais e correspondências da Associação; **VI** - Superintender os serviços da Secretaria; **VII** - Fiscalizar as atividades da Associação; **VIII** - Desempenhar as funções administrativas na Associação; **IX** - Organizar junto com a Diretoria o plano anual de atividades; **X** - Desempenhar as funções que o Presidente lhe confiar; **XI** - O Diretor Financeiro será convocado, quando o Diretor Administrativo estiver ausente ou com impedimentos legais será convocado para assumir as mesmas funções. **XII** - Atender às solicitações e determinações dos órgãos públicos encarregados de setores ligados às atividades da Associação; **XIII** - Desempenhar as funções de relações públicas da Associação; Substituir o presidente em suas faltas ou impedimentos; **XIV** - Assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término; **XV** - Prestar de modo geral, a sua colaboração ao Presidente; **XVI** - Desempenhar as funções que o Presidente lhe confiar; **XVII** - Ajudar a Diretoria em todos os segmentos e planejamentos; **XVIII** - Atender os pedidos da diretoria quando necessários. **Art. 22º** - Compete ao **Diretor (a) Financeiro:** **I** - Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, utensílios, donativos, mantendo em dia a escrituração; **II** - Pagar as contas autorizadas pelo Presidente; **III** - Apresentar relatórios de receita e despesa sempre que forem solicitados; **IV** - Assinar cheques e demais documentos de despesas juntamente com o presidente; **V** - Apresentar relatório financeiro para ser submetido à Assembléia geral; **VI** - Apresentar semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal; **VII** - Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito; e Conservar sobre sua guarda e responsabilidade os documentos relativos à tesouraria; **VIII** - O Diretor Financeiro Substituirá o Diretor Administrativo em suas faltas e impedimentos legais, assumindo as mesmas funções do mesmo, quando o Presidente solicitar. **Art. 23º** - O Conselho Fiscal, será constituído por 03 (três) membros, e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral. § 1º - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria; § 2º - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término; § 3º - A responsabilidade dos membros do Conselho Fiscal, por

omissão no cumprimento de seus deveres é solidária, mas nela se admite o membro dissidente que faz consignar sua divergência em ata perante a Assembleia Geral; § 4º - O membro do Conselho Fiscal não é responsável pelos atos ilícitos de outros membros, salvo se com eles for conivente, ou se concorrer para a prática do ato. **Art. 24º** - Compete ao **Conselho Fiscal**: I - Fiscalizar as despesas realizadas pela Diretoria; II - Examinar os livros de escrituração da Entidade; III - Examinar o balancete semestral apresentado pelo Diretor Financeiro opinando a respeito; IV - Apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria; V - Opinar sobre a aquisição e alienação de bens; VI - Convocar a Assembleia Geral, sempre que houver dúvidas das despesas apresentadas pela Diretoria ou que a Diretoria se abstenha em prestar os esclarecimentos necessários; VII - O presidente do Conselho Fiscal substituirá o Diretor Administrativo e o Diretor Financeiro quando de suas faltas ou impedimentos. **PARÁGRAFO ÚNICO**: O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 03 (três) meses, e, extraordinariamente, sempre que for necessário. **Art. 25º** - A Entidade "não remunera", nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título, a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalentes. **Art. 26º** - Os membros da Associação estarão sujeitos as seguintes penalidades: I - **ADVERTÊNCIA**: Quando com palavras ou atitudes, desrespeitarem seus companheiros; II - **SUSPENSÃO**: Quando reincidirem nas faltas acima citada ou cometerem outras que comprometam o bom funcionamento da Associação; III - **EXCLUSÃO**: Em caso de reincidência nas faltas anteriormente citadas, em caso de agressões corporais ou quando usarem do cargo que ocupam, para o seu próprio benefício. **CAPÍTULO V - DO PROCESSO ELEITORAL**: **Art. 27º** - Concorrerão as eleições para renovação da Diretoria e Conselho Fiscal da Entidade, os membros associados que estiverem em pleno gozo de seus direitos estatutários, e pelo menos está 3 (três) meses filiados a Associação e os que também se inscrevam em chapas e cujo os nomes constem na lista da votação, que deverão ser registradas na secretaria da entidade as chapas concorrentes. **Parágrafo Primeiro** - A Eleição será pelo voto secreto ou por aclamação dos associados registrados e devidamente em dia com suas obrigações sociais, 30 (trinta) dias antes do pleito eleitoral. A eleição se fará na sede da entidade. Apuração será feita imediatamente após a eleição. A mesa eleitoral publicará o resultado e registrará em ata o resultados das eleições. Na qual será considerada eleita a chapa que tiver o maior número de votos. **Parágrafo Segundo** - A Mesa Eleitoral é constituída por: 01 (um) Presidente e Um Primeiro e Segundo Mesário; 02 (dois) Secretários e um Suplente, escolhidos em Assembleia Geral, pelo menos com 05 (cinco) dias de antecedência da eleição. O processo eleitoral poderá ser acompanhado e fiscalizado por um representante de cada chapa, indicado pelos candidatos. **PARÁGRAFO ÚNICO**: Não podem ser nomeados o Presidente e o Mesário: I - Os candidatos e seus parentes até o segundo grau, o conjugue e ainda os por afinidade. II - Os membros da Diretoria em exercício. III - Em caso de empate entre mais de um candidato, será considerado eleito o que contar com maior tempo como membro da entidade, persistindo o empate será eleito o de maior idade e por último será

feito um sorteio. **IV** - Os membros eleitos tomarão posse de imediato para suas funções e atribuições. **V** - Não coincidindo o número de votantes com o de sobrecartas nas urnas, será anulada a eleição. **Parágrafo único:** Será Obrigatório a composição mínima da diretoria de 30 % reservada para as mulheres. **CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Art. 28º** - A entidade será dissolvida por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, em primeira convocação com 1/5 (um quinto) e em Segunda com qualquer número de Associados, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades, de acordo com o Novo Código Civil Brasileiro artigos 61 e 69 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. § 1º Em caso de extinção, o remanescente do seu patrimônio líquido, será destinado à entidade de fins não econômica já designada no estatuto ou, omissa, este, por deliberação dos associados à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes. **Art. 29º** - O presente estatuto poderá ser reformulado em qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, em Segunda convocação com qualquer número, de acordo com os artigos 59 e 67 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Art. 30º** - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral. **Art. 31º** - O presente Estatuto entrará em vigor na data do seu registro em Cartório. Em seguida a Presidente da Assembleia informou que estava esgotada a ordem do dia estabelecida, devendo ser lavrada a escritura pública de constituição e fundação, como esta previsto no Novo Código Civil e finalmente, processada a inscrição da Associação no registro de pessoas jurídicas. Prosseguindo, a Presidente facultou a palavra e como ninguém quisesse dela fazer uso, determinou a suspensão da Assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata e estatuto que, lida e aprovada, vai assinada por todos os presentes. Finalmente, o Presidente comunicou que fizesse a conclusão da assembleia, em face da aprovação do Estatuto pela Assembleia, da eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, daria início, imediatamente, aos atos necessários à constituição da ASSOCIAÇÃO, na forma exigida por lei, no que obteve a concordância unânime dos presentes.

APROVADO PELA ASSEMBLÉIA GERAL EM 13/04/2021.

Mombaça - Ceará, 13 de Abril de 2021.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Handwritten signatures and initials, including "ACP" at the bottom right.

ANEXO B – REGIMENTO INTERNO DA RÁDIO RESISTÊNCIA SALÃO FM 87,9



RÁDIO RESISTÊNCIA SALÃO FM 87,9

"Ocupado o Latifúndio do Ar!"

www.resistenciasalaofm.com

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I – LINHA EDITORIAL

Artigo 1. A Rádio Resistência Salão FM 87,9 é uma rádio com características comunitária e livre e tem os seguintes objetivos:

- a) Difundir a cultura, o lazer, o entretenimento, o esporte, o conhecimento técnico e científicos produzidos pela humanidade;
- b) Aperfeiçoar a formação humana, cidadã e profissional;
- c) Realizar formação contínua com os comunicadores para o bom funcionamento e exercício da comunicação social, democrática, ética, popular, comunitária e livre, comprometida com o justo e sustentável desenvolvimento da classe trabalhadora;
- d) Servir como instrumento de formação, Informação, Organização e Mobilização, contribuindo para a construção e fortalecimento da Reforma Agrária Popular;

Artigo 2. Possuímos vínculos Políticos e Organizativos com o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), assim sendo todos os comunicadores e comunicadoras e membros do coletivo da rádio são membros do Setor de Comunicação do MST Ceará.

Artigo 3. Temos um lado, somos e defendemos a classe trabalhadora.

CAPÍTULO II – ORGANICIDADE

Artigo 4. A Rádio Resistência Salão FM 103,5 é composta de três Coordenações com mandatos de dois anos podendo ser renovada por iguais períodos:

- I) **Coordenação Política**– Composta por duas pessoas e tem como função:
 - a) Conduzir os processos de articulação política com as organizações;
 - b) Acompanhar a programação garantindo o cumprimento das linhas editoriais e políticas;
 - c) Articular reuniões com o coletivo de comunicadores da rádio;

RÁDIO RESISTÊNCIA SALÃO FM 103,5 - www.resistenciasalaofm.com
Assentamento Salão, Distrito de Manoel Correia, Mombaça - CE



RÁDIO RESISTÊNCIA SALÃO FM 87,9

"Ocupado o Latifúndio do Ar!"

www.resistenciasalaofm.com

II) **Coordenação Técnica** – Composta por duas pessoas e tem como função:

- a) Manter o bom funcionamento da rádio, orientando os comunicadores no estúdio para o bom uso dos equipamentos;
- b) Cumprir as divisões de tarefas para acompanhar os comunicadores que tenham dificuldades no uso dos equipamentos, garantindo que todos e todas possam superar suas dificuldades técnicas.
- c) Responsabilizar-se pela articulação e conserto em caso de problemas com os equipamentos.

III) **Coordenação Financeira** – Composta por duas pessoas e tem como função:

- a) Coordenar as finanças da rádio, mantendo as movimentações financeiras da mesma, registrada em livro próprio;
- b) Garantir uma prestação de contas mensal, bem como expedir recibo de cada contribuição que receber;
- c) Manter contato com apoiadores, amigos e parceiros, buscando promover eventos e outras atividades em benefício da rádio;

Artigo 5. As reuniões do coletivo de Comunicadores e Comunicadoras acontecerão mensalmente com data e local a serem informados pela Coordenação da Rádio.

Artigo 6. Quem faltar três reuniões consecutivas sem justificativas e faltar com respeito (agressões físicas e verbais) com qualquer membro do coletivo receberá disciplina pedagógica definida pelos demais membros do coletivo.

Parágrafo Único - É condição indispensável a participação nas formações e nas atividades da Rádio de todos os comunicadores.

Artigo 7. Sempre que houver reuniões do Assentamento Salão os comunicadores e as comunicadoras devem priorizar a participação na mesma.

CAPÍTULO III – DA PROGRAMAÇÃO

Artigo 8. A grade de programação será definida pelo coletivo e qualquer alteração na programação deve ser discutida no coletivo.



RÁDIO RESISTÊNCIA SALÃO FM 87,9

"Ocupado o Latifúndio do Ar!"

www.resistenciasalaofm.com

Artigo 9. Trimestralmente terá avaliação da programação.

Artigo 10. Não é permitida a promoção ou autopromoção de pessoas individualmente usando os microfones da Rádio, bem como suas páginas na web.

Artigo 11. Quando algum dos Comunicadores não puder comparecer ao programa, avisar com antecedência mínima de um dia aos seus ouvintes e a coordenação da Rádio, exceto casos emergenciais.

Artigo 12. Informações e divulgação das lutas populares, e eventos do Movimento Sem Terra, terão sempre espaço livre durante qualquer programa, assim seja necessário.

CAPÍTULO IV – APOIOS CULTURAIS

Artigo 13. Os valores dos apoios, avisos de eventos com fins lucrativos e contribuições por programa, serão sempre discutidos em reuniões no coletivo.

Artigo 14. Jamais trocar nossos princípios por quaisquer que sejam os valores financeiros, princípios não se negocia.

Artigo 15. Os apoios financeiros sempre passarão pela Coordenação Financeira.

CAPÍTULO V – ESTÚDIO

Artigo 16. Não é permitido entrar ou permanecer no estúdio sem camisa;

Artigo 17. Não é permitido pessoas que tenha ingerido bebida alcoólica ou portando armas, permanecer no estúdio;

Artigo 18. É terminantemente proibido fumar no estúdio;

Artigo 19. É necessário manter o silêncio no estúdio;

Artigo 20. É proibido entrar com comida ou comer no estúdio;

RÁDIO RESISTÊNCIA SALÃO FM 103,5 - www.resistenciasalaofm.com

Assentamento Salão, Distrito de Manoel Correia, Mombaça - CE



RÁDIO RESISTÊNCIA SALÃO FM 87,9

"Ocupado o Latifúndio do Ar!"

www.resistenciasalaofm.com

Artigo 21. Os casos omissos nesse Regimento serão discutidos pelo coletivo de Comunicadores ou dependendo da gravidade discutidos por todo o Assentamento.

Artigo 22. Esse Regimento entrará em vigor a partir da data de sua aprovação.

Assentamento Salão – Mombaça – Ceará, 13 de outubro de 2019.

Coletivo de Comunicadores e Comunicadoras da
Rádio Resistência Salão FM 103,5

ANEXO C – DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGENS PARA FINS ACADÊMICOS

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS

Eu, Flaviana Silva Alencar, representante do coletivo de comunicação do MST, autorizo a estudante Antônia Aline Costa de Oliveira, regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM/UFC), a utilizar fotos produzidas e/ou cedidas pelo coletivo para fins estritamente acadêmicos.

A presente autorização compreende o uso das referidas imagens em trabalhos, pesquisas, publicações e apresentações vinculadas ao projeto acadêmico de Antônia Aline Costa de Oliveira, garantindo que a utilização seja destinada exclusivamente a atividades de ensino, pesquisa e extensão, sem fins lucrativos.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Mombaça, 22 de fevereiro de 2025.

Flaviana Silva Alencar
Flaviana Silva Alencar

Coletivo de Comunicação do MST